



Revista ^{do} IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 45 | Aracaju-SE | 2015

VOLUME 1:
Dossiê Dom Luciano Duarte

VOLUME 2:
**Dossiê Dinâmicas Coloniais
na Capitania de Sergipe d'El Rey**





© 2015 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Editor

Magno Francisco de Jesus Santos (IHGSE/FPD)

Conselho Editorial

Amâncio Cardoso dos Santos Neto (IHGSE/IFS)
Ane Luíse Silva Mecenas Santos (IHGSE/UNISINOS)
Antônio Carlos dos Santos (IHGSE/UFS)
Antônio Fernando de Araújo Sá (IHGSE/PROHIS-UFS)
Beatriz Góis Dantas (IHGSE/UFS)
Giliard da Silva Prado (IHGSE/UFU)
Josefa Eliana Souza (IHGSE/PPGED-UFS)
Lourival Santana Santos (IHGSE/PROHIS-UFS)
Neuza Maria Góis Ribeiro (IHGSE/UFS)
Terezinha Alves Oliva (IHGSE/UFS)
Vera Lúcia Alves França (IHGSE/NPGeo-UFS)

Conselho Consultivo

Carla Mary S. Oliveira (UFPB)
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Eliana Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Jaime de Almeida (UnB)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
José Ibarê da Costa Dantas (UFS/IHGSE)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Lília Moritz Schwarcz (USP)
Luis Alberto Romero (Universidad San Martín,
Argentina)
Luísa Tombini Wittmann (UDESC)
Mara Regina do Nascimento (UFU)
Maria Emilia Porto (UFRN)
Mary Del Priore (UNIVERSO/IHGB)
Martha Campos Abreu (UFF)
Mauro Passos (PUC-MG)
Olga Rosa Cabrera Garcia (UFG)
Peter Burke (Cambridge University)
Regina Célia Gonçalves (UFPB)
Roger Chartier (Collège de France)



Página 5 Serviços Editoriais

Projeto Gráfico | Diagramação | Capa

Débora Santos Santana
Jeane de Santana

Tratamento de imagens

Jeane de Santana

Ilustração de Capa

Heli Natã Alcântara Silva

Supervisão

Saulo Almeida Cabral

Brasão da capa

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe





Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual no 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução no 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal no 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.





REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

NÚMERO 45

VOLUME 1:
Dossiê Dom Luciano Duarte

VOLUME 2:
Dossiê Dinâmicas Coloniais na Capitania de Sergipe d'El Rey

ISSN: Edição eletrônica 2446-4856
ISSN: Edição impressa 1981-7347

EDITORA
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Aracaju-SE | 2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe / Instituto Histórico e Geográfico de
Sergipe. – Vol. 1, n.1 (1913) - . – Aracaju : IGHSE, 1913-

Semestral
Disponível em versão eletrônica a partir de 2014.
Disponível em: <www.revistaihge.org.br>.

ISSN 1981-7347
ISSN 2446-4856 (online)

1. Geografia – Sergipe. 2. História – Sergipe.

CDU 91+94(813.7)(05)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: Sumários de Revistas Bra-
sileiras - <http://www.sumarios.org/revistas/revista-do-instituto-hist%C3%B3rico-e-geogr%C3%A1fico-de-sergipe>





Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Rua Itabaianinha, nº 41,
Aracaju - Sergipe, 49010-190.

Fundado em 06 de agosto de 1912

Presidentes Honorários

Governador do Estado de Sergipe
Jackson Barreto Lima

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe

Deputado Luciano Bispo de Lima

Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe
Desembargador Luiz Antônio Araújo Mendonça

DIRETORIA

Presidente
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

Primeiro Vice-Presidente
José Ibarê Costa Dantas

Segundo Vice-Presidente
Igor Leonardo Moraes Albuquerque

Secretário Geral
José Rivadálvio Lima

Primeiro Secretário
Tereza Cristina Cerqueira da Graça

Segundo Secretário
Lenalda Andrade Santos

Orador
Terezinha Alves de Oliva

Primeiro Tesoureiro
Saumíneo da Silva Nascimento

Segundo Tesoureiro
Claudefranklin Monteiro Santos

Diretor do Arquivo e da Biblioteca
Lorena de Oliveira Souza Campello

QUADRO SOCIAL

Sócios Honorários

Jackson da Silva Lima
João Oliva Alves
Josué Modesto dos Passos Subrinho

Sócios Beneméritos

Antônio Carlos Valadares
Edvaldo Nogueira Filho
Francisco Guimarães Rollemberg
Gilton Feitosa Conceição
Itamar Freitas de Oliveira
João Alves Filho
João Gomes Cardoso Barreto
José Carlos Mesquita Teixeira
José Eduardo de Barros Dutra
José de Oliveira Júnior
Luiz Eduardo de Magalhães
Maria do Carmo Nascimento Alves
Verônica Maria Meneses Nunes

Sócios Efetivos

Adailton dos Santos Andrade
Afonso Barbosa de Souza
Agláé D'Ávila Fontes
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ana Maria Fonseca Medina
Ancelmo de Oliveira
Ane Luíse Silva Mecnas Santos
Anita Rocha Paixão Sotero
Antônio Carlos dos Santos
Antônio Fernando de Araújo Sá
Antonio Francisco de Jesus
Antônio Lindvaldo Sousa
Antônio Samarone de Santana
Beatriz Góis Dantas
Bruno Gonçalves Álvaro
Cesar Augustus Santos Barbieri
Claudefranklin Monteiro Santos
Cleiber Vieira Silva
Clóvis Barbosa de Melo



Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso
Darcilo Melo Costa
Djaldino Mota Moreno
Domingos Pascoal de Melo
Ednalva Freire Caetano
Eduardo Antônio Seabra
Estácio Bahia Guimarães
Eugênia Andrade Vieira da Silva
Eva Maria Siqueira Alves
Evande dos Santos
Fábio Costa Figueirôa
Fernanda Cordeiro de Almeida
Fernando José Ferreira Aguiar
Francisco José Alves dos Santos
Gerson Vilas-Bóas
Giliard da Silva Prado
Gilvan Rodrigues dos Santos
Hélio José Porto
Igor Leonardo Moraes Albuquerque
Ilma Mendes Fontes
Jean Marcel D'Avila Fontes de Alencar
João Francisco dos Santos
João Paulo Gama Oliveira
José Alberto Pereira Barreto
José Anderson do Nascimento
José Antônio Santos
José Francisco da Rocha
José Hamilton Maciel Silva
José Hamilton Maciel Silva Filho
José Ibarê Costa Dantas
José Lima Santana
José Maria do Nascimento
José de Oliveira Brito Filho
José Rivadálvio Lima
José Thiago da Silva Filho
José Vieira da Cruz
José Wilson Moura Santos
Josefa Eliana Souza
Juvenal Francisco da Rocha Neto
Kleber Luiz Gavião Machado de Souza
Lenalda Andrade Santos
Lorena de Oliveira Souza Campello
Lourival Santana Santos
Lúcio Antônio Prado Dias
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo
Luiz Vieira Lima
Magno Francisco de Jesus Santos
Manoel Alves de Souza
Marcelo da Silva Ribeiro
Marcos Antônio Almeida Santos
Maria Glória Santana de Almeida
Maria Neide Sobral da Silva
Marlene Alves Calumby
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Murilo Melins
Neuza Maria Góis Ribeiro
Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza
Paulo Amado Oliveira
Petrônio Andrade Gomes
Rafael Santa Rosa Cerqueira
Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

Rogério Freire Graça
Rômulo de Oliveira Silva
Rusel Marcos Batista Barroso
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
Saumíneo da Silva Nascimento
Sayonara Rodrigues do Nascimento
Suely Cristina Silva Souza
Tadeu Cunha Rebouças
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliva
Valéria Maria Santana de Oliveira
Vera Lúcia Alves França
Vilder Santos
Wagner da Silva Ribeiro
Wagner Gonzaga Lemos
Wanderlei de Oliveira Menezes

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

Aline do Nascimento Teixeira (atendimento ao público)
José Carlos de Jesus (Serviços Gerais)
Livia Borges Santana (museóloga)
Maria Fernanda dos Santos (secretária)
Nayara Santos de Jesus (supervisora de arquivo e biblioteca)
Pablo Renan Silva Campos (técnico de arquivo e biblioteca)
Rilnah Prado Menezes (pedagoga)

ESTAGIÁRIOS

Adriana Silva da Fonseca
Isaac Rodrigues Santos
Jhon Lennon Souza Santos
João Phellipe Santana de Oliveira
Jocelina Santos Silva
José Elves de Lima Oliveira
Leonice Pereira dos Santos
Milana Evany Santos Silva





Sumário

Volume 1

Dossiê Dom Luciano Duarte

APRESENTAÇÃO
Dom Luciano Duarte

13 *Magno Francisco de Jesus Santos*

DOSSIÊ

A Teoria do Mal Radical em Kant

17 *Paulo César Nodari*

Dom Luciano Cabral Duarte e sua
Atuação no Campo Educacional

39 *Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas*

Contribuições de Dom Luciano
José Cabral Duarte ao Ensino
Superior Sergipano (1950-1968)

45 *Fernanda Maria Vieira de Andrade Lima*

“Lutando com as Mãos Vazias,
Certos das Nossas Certezas”:
Luciano Duarte e a Faculdade
Católica de Filosofia de Sergipe

55 *João Paulo Gama Oliveira*

História e Propedêutica: o
Princípio da Pedagogia Divina e a
Interpretação Cristã da História

69 *Edmilson Menezes*

Judaísmo, Cristianismo e
Idealismo Alemão: a Propósito da
Correspondência entre F. Rosenzweig
e E. Rosenstock sobre Hegel

81 *Arthur Grupillo*





- Padre Luciano Duarte: Olhares de um Peregrino entre dois Mundos **89** *Magno Francisco de Jesus Santos*
- Ao Senhor dos Passos: Notas sobre a História de uma Túnica Oitocentista **107** *Samuel Barros de Medeiros Albuquerque*
- Dom Luciano José Cabral Duarte e as Vocações Sacerdotais em Sergipe **119** *Raylane Andreza Dias Navarro Barreto*
- O Sacerdote Artista da Palavra: Dom Luciano José Cabral Duarte e a Academia Sergipana de Letras **129** *Claudefranklin Monteiro Santos*
- “Aceitáveis com Restrições, Outras Totalmente Inaceitáveis”: Dom Luciano Cabral Duarte e as “Teologias da Libertação” **139** *Péricles Andrade*
- Dom Luciano José Cabral Duarte **151** *Ana Maria Fonseca Medina*
- RESENHAS*
- Leituras Kantianas: Resenha Crítica **165** *Cássia Virginia Moreira de Alcântara*

Volume 2

Dossiê Dinâmicas Coloniais na Capitania de Sergipe d'El Rey

APRESENTAÇÃO
Dinâmicas Coloniais na Capitania de Sergipe d'El Rey

DOSSIÊ

- Três Marcos De Sergipe Colonial: 1575, 1590 E 1637 **171** *Magno Francisco de Jesus Santos*
- A Experiência Jesuítica na Conquista de Sergipe **177** *Francisco José Alves*
- Do Gado à Cana: a Cultura Açucareira na Capitania de Sergipe d'El Rei (Século XVIII) **187** *Ane Luíse Silva Mecenas Santos*
- 195** *Wanderlei de Oliveira Menezes*





A Escravidão da Vila de São
Cristóvão/SE no Século XVIII: um
Perfil Demográfico

209 *Anderson Pereira dos Santos*

Entre Lavradores e Criadores de
Animais: um Perfil das Atividades
Econômicas dos Moradores das
Vilas Setecentistas da Capitania de
Sergipe d'El Rey

225 *Joceneide Cunha*

Requerimento de um Morador
da Vila Real de Santa Luzia como
Fonte para o Estudo da História
Social e Linguística do Brasil
Colonial

241 *Renata Ferreira Costa*

Dissertação Instrutiva sobre a
Escolha dos Governadores das
Conquistas; a sua Existência nos
Governos; e o seu Regresso para
a Corte de Francisco de Almeida
Silva (1780)

255 *Augusto da Silva*

ARTIGOS

Marcelo Déda e o IHGSE

289 *Ibarê Dantas*

O Legado do Artista: Arte
Brasileira na Coleção de Galdino
Guttman Bicho

301 *Paulo Knauss*

As Fontes sobre o Encontro
Cultural de Laranjeiras: Múltiplas e
Dispersas

323 *Beatriz Góis Dantas*

DISCURSOS

Discurso da Sessão Comemorativa
do 8 de Julho

347 *Terezinha Alves de Oliva*

O Sesquicentenário de Fausto
Cardoso

353 *Terezinha Alves de Oliva*

RESENHAS

Ecos da Modernidade e a
Arquitetura dos Grupos Escolares
em Sergipe

359 *Maria Fernanda dos Santos*

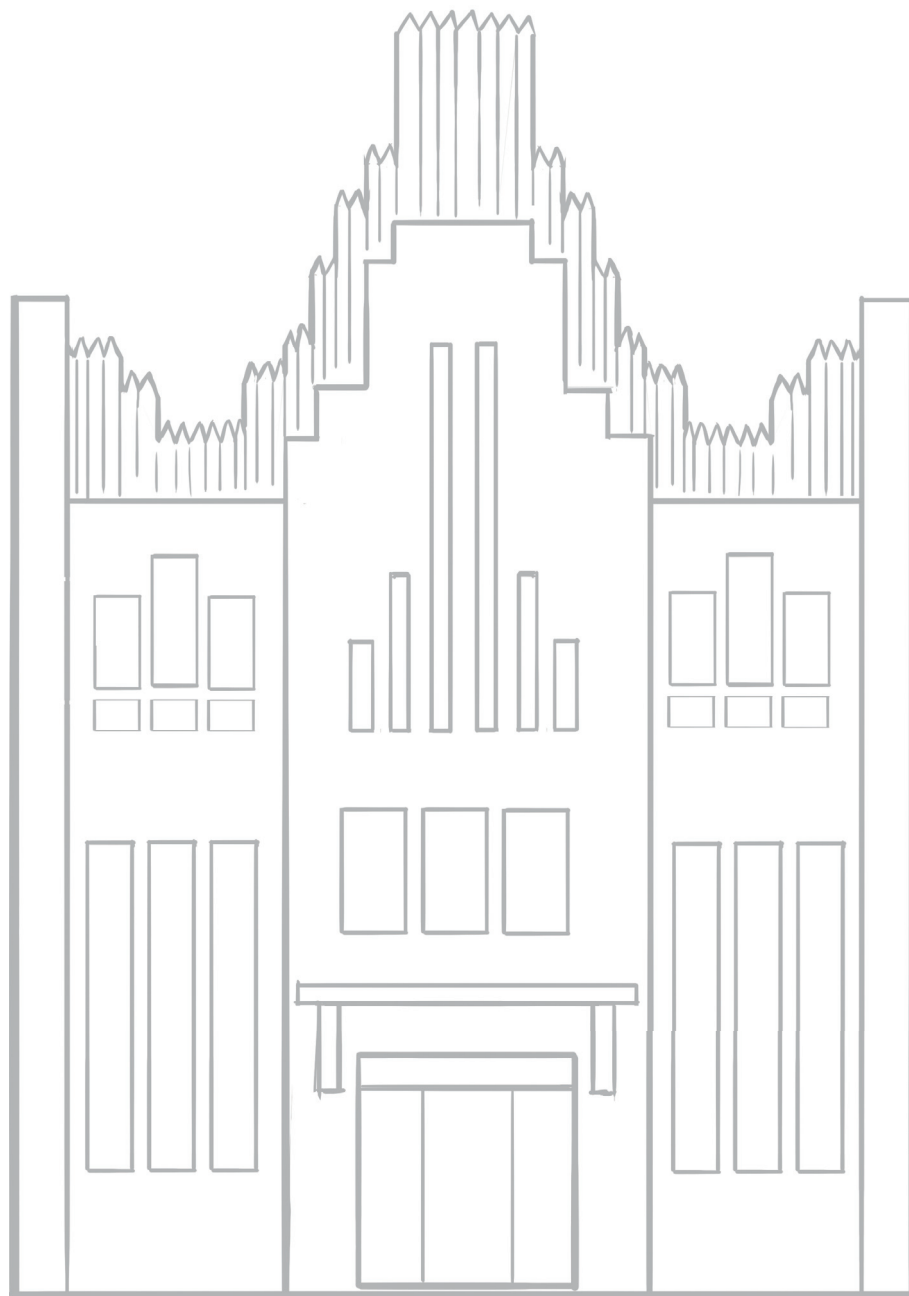






Volume 1

Dossiê Dom Luciano Duarte







Dom Luciano Duarte: Apresentação

Magno Francisco de Jesus Santos

No segundo semestre de 2014 o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe firmou uma promissora parceria com uma das principais instituições culturais de Aracaju, o Instituto Dom Luciano Duarte. Como primeira ação fruto dessa parceria, foi promovido em janeiro de 2015 o “Seminário Dom Luciano: Perfis”, como forma de celebrar o natalício de 90 anos do arcebispo emérito da Arquidiocese de Aracaju.

13
»»»
«««

O evento, realizado nas dependências das duas instituições, entre os dias 27 e 29 de janeiro, apresentou uma vasta programação, com o lançamento de livros, mesas redondas e conferências. Além disso, o seminário tornou-se um espaço profícuo de discussões acerca da trajetória de um dos principais intelectuais sergipanos da segunda metade do século XX, com destacada atuação no campo cultural do estado.

Luciano José Cabral Duarte nasceu em Aracaju, em 1925. Ainda jovem, despertou a vocação de ingressar no sacerdócio, levando-o a peregrinar por inúmeros seminários pelo país. Ordenado, teve uma destacada atuação como sacerdote, com suas afamadas homilias proferidas na Igreja São Salvador e na recém-criada Rádio Cultura de Sergipe. Na década de 50, ele tornou-se doutor em Filosofia pela *Université de Paris I / Panthéon Sorbonne*.

No campo religioso, o padre Luciano, como ainda é afetivamente chamado pelos familiares e amigos, destacou-se na reestruturação da JUC, na imprensa católica com o jornal “A Cruzada” e na “Rádio Cultura”, bem como na participação do Concílio do Vaticano II e na longa trajetória como arcebispo da Arquidiocese de Aracaju. Também destacou-se por suas polêmicas acerca da Teologia da Libertação, com uma série de artigos publicados nos principais impressos do país. Entre as camadas populares, evocam as memórias da voz firme e pausada no “Sermão das Sete Palavras” proferido no Batistão na Sexta-feira Santa.

No campo cultural, Luciano Duarte tornou-se um dos principais defensores da institucionalização do ensino superior em Sergipe. Primei-



ramente com a fundação e direção da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FAFI). Posteriormente, com a campanha em defesa da criação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atuou também como membro do Conselho Federal de Educação e tornou-se um entusiasta na preservação do patrimônio religioso, por meio da criação do Museu de Arte Sacra de São Cristóvão.

Essas diferentes facetas do intelectual foram debatidas no “Seminário Dom Luciano: Perfis” e agora, os textos apresentados no evento são disponibilizados ao público por meio de um dossiê que compõe o primeiro volume da edição 45 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Trata-se de uma forma de preservar a memória das discussões promovidas ao longo da última semana de janeiro de 2015, como também na estratégia em divulgar as relevantes contribuições apresentadas no seminário, sobre os diferentes campos de atuação do Padre, como a Filosofia, a Educação e a Religião.

Certamente, essa publicação evoca a um ato de justiça, pois esse dossiê temático em homenagem ao arcebispo emérito de Aracaju preenche uma lacuna da revista que, ao longo do século XX, tornou-se notória na difusão dos principais nomes da *intelligentzia* sergipana. Nas páginas que seguem, o leitor poderá ler as reflexões sobre a trajetória de Luciano Duarte e, assim, entender a dimensão da relevância desse ator social na história intelectual de Sergipe. Boa leitura!

Aracaju, 02 de julho de 2015

Magno Francisco de Jesus Santos
Editor



DOSSIÊ





A Teoria do Mal Radical de Kant

Paulo César Nodari¹

Introdução ao Problema do Mal

17



Por que existe o mal? Esse é um dos problemas mais importantes, difíceis e clássicos não só da filosofia, mas, por assim dizer, de todo pensamento humano, sobremaneira, porque desafia o homem a compreender-se como tal. A título de exemplificação, Agostinho (354-430 d. C.), por exemplo, em sua magnífica obra, *O livre-arbítrio*, muito provavelmente, concluída entre 394 e 395 da Era Cristã, investiga a origem do mal. Agostinho não se satisfaz com a resposta maniqueísta, buscando na resposta neoplatônica, especialmente, a partir da concepção de Plotino, uma resposta à questão do mal. Do maniqueísmo Agostinho não concorda com a tese de que o problema do mal pode ser respondido a partir da explanação dos dois princípios regentes do universo, a saber, o bem e o mal, ou seja, a luz e as trevas, obstruindo, por conseguinte, segundo o autor, a possibilidade de imputar responsabilidade moral à pessoa pelos atos que realiza.

Dos neoplatônicos, especialmente, de Plotino, ele aceita a tese de que o mal não é um ser, mas deficiência e privação do ser. Para Agostinho, o mal é privação do bem, isto é, ausência do que deveria ser. O mal não é percebido como uma substância, contudo uma defecção, deserção das substâncias mutáveis, pela substância imutável e suma que é Deus. E em não sendo substância em si mesma o mal acaba por perverter a vontade humana por conta de sua autossuficiência, e, conseqüente, abandono da busca da sabedoria. Assevera a esse respeito Agostinho, em sua obra, *O livre-arbítrio*: “Portanto, como é certo que todos queremos ser felizes, é também certo que queremos possuir a sabedoria. Pois ninguém é feliz sem a posse do sumo Bem, cuja contemplação e posse encontram-se nessa verdade que denominamos sabedoria.”².

1 Pós-Doutor em filosofia. Professor no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul

2 AGOSTINHO. *O livre-arbítrio*, II, 7, 19. São Paulo: Paulus, 1995, p. 107.



O livre-arbítrio é, sem sombras de dúvida, uma das obras que melhor apresenta o pensamento filosófico de Agostinho, que não faz da filosofia uma pura ocupação intelectual, sobretudo um caminho para encontrar-se com Deus, fonte de todo bem e de toda sabedoria. Por isso, para ele, não está em Deus a origem do mal, uma vez que o mesmo se origina do livre-arbítrio, que é um bem dado ao homem por Deus. Numa palavra, ele enfatiza: o mal não seria senão a vontade submeter-se às paixões e satisfações pessoais, ao invés de preferir a busca por uma realidade muito mais sublime do que a nossa mente e a nossa razão, que é a própria Verdade, fonte única da felicidade³. Nesse sentido, lembrando-se, pois, da afirmação de Agostinho de que o mal moral tem sua origem do livre-arbítrio da vontade humana, conclui-se este breve aceno, que pode articular-se de maneira parcialmente provocadora ao que vem a seguir com a articulação do mal radical em Kant, trazendo a afirmação paradigmática de Agostinho acerca da liberdade humana, que não consistiria ao homem, senão, em assentir, sem ir contra a sua própria vontade ao caminho da Verdade e da Sabedoria. Assevera o pensador de Hipona:

18

Eis no que consiste a nossa liberdade: estarmos submetidos a essa Verdade. É ela o nosso Deus mesmo, o qual nos liberta da morte, isto é, da condição de pecado. Pois a própria Verdade que se fez homem, conversando com os homens, disse àqueles que nela acreditavam: “Se permanecerdes na minha palavra sereis, em verdade, meus discípulos e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.” (Jo 8, 31.32). Com efeito, nossa alma de nada goza com liberdade se não gozar com segurança.⁴

Feita essa breve incursão ao pensamento de Agostinho, sobretudo, na obra, *O livre-arbítrio*, não se abordará, ainda, o problema do mal em Kant, sem antes, salientar um aspecto, que, por um lado, poderia parecer irrisório, no entanto, por outro, parece de relevância capital à presente problematização. Agostinho e Kant diferenciam-se diametralmente na concepção do mal, talvez, não tanto no que se refere à origem, que está para ambos no próprio homem, mas, muito mais, na compreensão do processo de conversão. Para Agostinho, não é possível pensar o livre-arbítrio da vontade, de outro modo, a não ser, como dádiva de Deus ao homem, para que ele o pudesse cultivar em sua busca itinerante pela Sabedoria, uma vez que, segundo Brachtendorf: “Sem a contribuição ativa de Deus pela graça, a vida do ser humano, segundo Agostinho, não pode atingir a plenitude.”⁵. Para ser feliz a pessoa deve possuir a sabedoria, e a verdadeira

3 AGOSTINHO. *O livre-arbítrio*, I, 11a, 21c. São Paulo: Paulus, 1995.

4 AGOSTINHO. *O livre-arbítrio*, II, 14, 37. São Paulo: Paulus, 1995.

5 BRACHTENDORF, Johannes. *Confissões de Agostinho*. São Paulo: Loyola, 2008, p. 24.

sabedoria é a sabedoria de Deus. Feliz, portanto, é quem possui a Deus⁶, sendo, então, a busca de Deus um processo contínuo de autoeducação, a fim de aproximar-se dos princípios eternos e imutáveis, corrigindo-se dos erros e afastando-se progressivamente do mal. E mediante tal caminho de busca é possível alcançar e encontrar a verdadeira sabedoria. O homem é, portanto, um ser itinerante que ruma para Deus e tanto mais sábio ele será quanto mais der lugar à fé, superando paulatina e progressivamente, tudo quanto possa afastá-lo de seu ser mais íntimo e, conseqüentemente, de Deus. Numa palavra, indo para dentro, sou levado para cima. Assim, a obra, *Solilóquios* não é um mergulho do Eu na própria essência do ser em seu subjetivismo abstrato, porém a busca do Tu que coabita essa mesma interioridade, ou seja, constitui-se na busca do *Outro de si*, que, em última análise, não é senão o próprio Deus⁷. Nas palavras de Agostinho, no mais íntimo do homem está o seu Mestre interior, sendo-lhe possível tal visão pelo olhar da alma, que é a razão correta e perfeita, acrescida destas três coisas da fé, esperança e caridade⁸. Em outras palavras, na base, isto é, na raiz da memória está Deus. A alma lembra-se, por conseguinte, de Deus, o *Outro de si*⁹. Nesse sentido, o caminho para “dentro de si” é o caminho para um “acima de si”, isto é, o caminho para Deus. Ele, Deus, na verdade, está mais próximo de si que o si mesmo, apesar de estar infinitamente acima de si mesmo. “Vós, porém, éreis mais íntimo que o meu próprio íntimo e mais sublime que o ápice do meu ser!”¹⁰.

Kant, por sua vez, situa-se no *Século das Luzes*, no assim chamado período do *Iluminismo*, ou também, do *esclarecimento*, saída de todas as amarras da menoridade rumo à maioridade, processo no e para o qual não mais haveria necessidade de instâncias heterônomas para dar rumo e sentido à existência, todavia tão-somente do próprio entendimento autônomo¹¹. Sair da menoridade é mais que um momento específico, é mais que um período histórico, é como que um processo contínuo e sem fim de *esclarecimento*. Por conseguinte, o charme característico e o valor próprio da filosofia do *Iluminismo* concentrar-se-iam no movimento, na energia do pensamento e na paixão de pensar os problemas, integrando-os numa espécie de unidade. A filosofia do *Iluminismo* mais do que apresentar um novo tipo de filosofia, um novo conjunto de sistemas, apresenta e cris-

6 AGOSTINHO. *A vida feliz*, IV, 34. São Paulo: Paulus, 1998.

7 NODARI, Paulo César. A busca de Deus nos *Solilóquios* de Santo Agostinho. In: *Teocomunicação*, V. 41, N. 1, 2011, pp. 150-168.

8 AGOSTINHO. *Solilóquios*. São Paulo: Paulus, 1998, p. 31.

9 AGOSTINHO. *A Trindade*, XIV, XV, 21. São Paulo: Paulus, 1994.

10 AGOSTINHO. *Confissões*, III, VI, 1. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

11 Cf. NODARI, Paulo César. Esclarecimento em Kant. Algumas ponderações críticas à luz da leitura da Dialética do Esclarecimento de Adorno e Horkheimer. In: *Argumentos*, V. 6, 2011, pp. 42-57.

taliza um novo modo de pensar. Dá-se uma mudança mesma do saber. Os conceitos e os problemas passam da condição de objetos àquela de forças propulsoras, de resultados a imperativos. Passa-se do conteúdo do pensamento ao uso do pensamento filosófico e essa filosofia não se limita apenas a acompanhar e a contemplar a vida. Enquanto espontaneidade originária, ela precisará refletir o papel do poder e organizar a vida individual e social. A tarefa do pensamento é de analisar, de examinar, contudo também, de provocar e de fazer nascer a nova ordem.

A racionalização de toda a prática da vida é o meio de o Iluminismo atingir seu objetivo principal, qual seja, a entronização do sujeito racional autônomo. Este programa funda-se na aceitação de que a realidade apresenta uma ordem racional e que a razão – e somente ela – tem a capacidade de perceber essa ordem que, quando perseguida, proporciona o progresso e possibilita ao ser humano atingir a felicidade na medida do possível.¹²

20

O *Iluminismo* traz imerso em seu conceito a ideia de progresso, de um movimento que caminha sempre mais para saltos progressivos da humanidade. E isso se evidencia nas ditas revoluções política, econômica, social, cultural. A revolução é, aqui, claramente, consequência da razão. Só há condições de se transpor algo na medida em que o entendimento permite a descoberta de suas leis de funcionamento, superando o estágio de ignorância em que a Humanidade se encontrava anteriormente. Razão e revolução conduzem a Humanidade à libertação dos jugos do passado, das crenças, dos dogmas e das superstições. O *Iluminismo* declara que o progresso e o evoluir orientam-se pelo poder da razão, a qual, enquanto impregnada de fé em sua unidade e imutabilidade, concentra e dá sentido à constante mutabilidade¹³. Afirma Cassirer:

A razão desliga o espírito de todos os fatos simples, de todos os dados simples, de todas as crenças baseadas no testemunho da revelação, da tradição, da autoridade; só descansa depois que desmontou peça por peça, até seus últimos motivos, a crença e a “verdade pré-fabricada”. Mas, após esse trabalho dissolvente, impõe-se de novo uma tarefa construtiva.¹⁴

12 KREIMENDAHL, Lothar (Org.). *Filósofos do século XVIII*. São Leopoldo: Unisinos, 2004, p. 30.

13 CASSIRER, Ernest. *A filosofia do iluminismo*. São Paulo: Unicamp, 1992, p. 23.

14 CASSIRER, Ernest. *A filosofia do iluminismo*. São Paulo: Unicamp, 1992, p. 33.

A razão penetra a realidade a ponto de desvelar todas as aparentes divergências, todos os acréscimos devidos à tradição e aos preconceitos. Trata-se da rejeição a tudo o que é autoridade, seja ela política ou eclesiástica. O termo progresso resume os ideais do *Iluminismo* a ponto de afirmar que o progresso deveria substituir o céu como objetivo e alvo da ação humana¹⁵. É preciso sublinhar que a ciência moderna, doravante, toma a verdade científica como critério da verdade, e, a partir desse critério, critica a religião histórica, a fim de extrair dela uma religião natural, dando-se, por conseguinte, um aumento na indiferença religiosa e nas críticas à tradição humanista. A razão pode alcançar a verdade sem a ajuda da teologia, delineando a marcha contra o autoritarismo religioso. Busca-se, doravante, excluir a religião como fonte da moral e dos valores éticos fundamentais, além disso, também, da teoria política. Assim, o conceito *Iluminismo* é concebido como o tempo e processo da confiança na razão e no progresso, ou então, como o início da nova era da história da liberdade. Tempo do progresso poderia ser denominado o tempo da razão e da ciência. É a construção de um processo de emancipação e de liberdade. É uma análise crítica da possibilidade de realização da liberdade como processo progressivo. Pode ter tanto a significação de processo progressivo do domínio e poder sobre a utilização da natureza através da ciência e da técnica, como também do processo da realização do ser humano na história em sua liberdade¹⁶. A Civilização Ocidental está na aurora de uma nova época, caracterizada pelo otimismo, pela confiança na razão, no cosmopolitismo e a fé no progresso universal. Em sendo assim, a característica principal do *Iluminismo* talvez seja a libertação do ser humano de todos os tipos de medo, de superstição, de bruxaria ou de feitiço. Este novo tempo caracteriza-se, por conseguinte, pela dúvida e pela crítica a tudo quanto carece de comprovação fática, tornando-se, assim, o conhecimento a chave da dominação da natureza. E isso é possível, porque o ser humano é portador do saber e saber é poder “para algo”. A dúvida torna-se o elemento essencial do progresso, porque o ser humano enquanto desejoso de conhecer e por querer saber como tudo funciona, está sempre à busca da explicação das coisas, desde as mais simples às mais complexas. A configuração deste novo modo de pensar significa criticar, duvidar, isto é, tudo deve ser submetido ao espírito crítico, apresentando-se a razão cada vez mais crítica à autoridade, à tradição, à Revelação.

Nesse contexto do *Século das Luzes*, isto é, do processo de secularização que o problema do mal continua a despertar questionamentos e a emitir continuamente raios de sua existência nos acontecimentos da história, não obstante conte-se com o avanço do progresso da ciência

15 GILES, Thomas Ransom. *História da educação*. São Paulo: EPU, 1987, p. 171.

16 OELMÜLLER, Willi. *Die unbefriedigte Aufklärung. Beiträge zu einer Theorie der Moderne von Lessing, Kant und Hegel*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1979, p. 144.

e do domínio crítico da razão. Como explicar, pois, a existência do mal em um contexto secularizado, isto é, não mais dependente da proteção e supervisão divinas, é a pergunta? Nesse ambiente secularizado em que o ser humano cria-se como capaz de se impor a sua própria lei moral acompanhada da faculdade de interpretá-la em cada situação particular¹⁷, agora sem recorrer a Deus, é preciso, no entanto, dar conta de algumas questões norteadoras, a saber, (1) como delimitar o que está bem e o que está mal, (2) como dar a cada indivíduo a possibilidade de ser motivado pela lei moral e unicamente por ela, (3) como retribuir o bem e o mal ao ser humano na luta contra o mal, sobremaneira, pensando-se, muito mais especificamente, na esfera da moral e não do direito¹⁸? Sem nenhuma dúvida Kant apresenta-se, como uma das possibilidades paradigmáticas da sociedade moderna para compreender o problema do mal, enquanto delimitado à capacidade do homem ser inteiramente livre para determinar sua vontade. Eis o que se busca investigar a seguir.

Aceno à Fundamentação Moral em Kant

Kant aborda a questão do *mal radical*, no escrito de 1793, *A religião dentro dos limites da simples razão* (*Die Religion innerhalb der Grenzen der bloßen Vernunft*). Trata-se de um texto muito importante de Kant sobre a religião, não obstante Deus, liberdade e imortalidade da alma, “objetivos supremos da nossa existência” (KrV A337/B395), ocuparam sempre lugar importante na filosofia kantiana, tanto teórica quanto prática. Mas é, sobretudo, no texto intitulado: *A religião dentro dos limites da simples razão* que Kant se defronta mais direta e objetivamente com a questão instigante acerca do problema do mal.

Antes, porém, de entrar na análise do problema do mal, é importante compreender a primazia que Kant dá à moral com relação à religião, exatamente, no sentido de a moral conduzir à religião e não o inverso. A moral não está submetida e dependente da religião. É possível, doravante, fundamentar a filosofia moral independentemente da religião e de instâncias externas ao homem, mas tão-somente na razão. Assim, a partir da transformação no modo de pensar da filosofia teórica, é possível afirmar que também na filosofia moral dá-se uma espécie de *revolução copernicana*¹⁹, graças à descoberta kantiana da inderivabilidade e incondicionalidade

17 MERLE, Jean-Christophe. O mal em um mundo sem Deus. *Conjectura*. V. 17, N. 1, 2012, p. 86.

18 MERLE, Jean-Christophe. O mal em um mundo sem Deus. *Conjectura*. V. 17, N. 1, 2012, pp. 83-100.

19 Cf. KAULBACH, F. *Immanuel Kants “Grundlegung zur Metaphysik der Sitten”*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1988, p. 3.

do dever moral²⁰. Da capacidade, portanto, do homem fazer uso de sua razão nasce a convicção kantiana a respeito da tese de que a razão tem em si mesma a força para desenvolver uma ética que seja universalmente válida e, por conseguinte, não seja meramente subjetiva²¹. Por isso, todas as tentativas heterônomas de fundamentar a ética em algo externo, em tradições, na vontade de Deus, na Revelação de Deus, em necessidades, são rejeitadas por Kant, rejeitando, portanto, todas as pretensões de validade externas e argumentando que toda autoridade tem de se justificar perante a razão²². Uma vez que nem Deus e tampouco a natureza podem ser a origem e o fundamento da validade da lei moral, deve-se fundamentar a lei moral na própria razão prática pura e tão-somente nela. Pois, exigir que a razão pura seja prática, segundo Allison, no sentido de Kant, não é meramente providenciar regras à ação, sobretudo estabelecer que estas regras sejam uma força motivacional à ação. Numa palavra, exigir que a razão pura seja prática é exigir que a mesma constitua-se capaz de determinar que sua vontade seja independente de toda e qualquer inclinação e de interesses subjetivos²³, uma vez que ser livre significa simplesmente ter uma vontade que se deixa comandar pela razão²⁴. Logo, para Kant, apenas quando entendida como meio para produzir a boa vontade, antes que satisfazer os desejos naturais, pode a razão prática pura encontrar, a seu próprio modo, seu verdadeiro contentamento²⁵. Todavia, para que isso seja possível, três aspectos devem ser salientados e receber consideração especial na elaboração dos fundamentos da filosofia moral: o princípio

- 20 Cf. KRONER, R. *Von Kant bis Hegel I: Von der Vernunftkritik zur Naturphilosophie*, Tübingen, J.C.B. Mohr, 1921, p. 169.
- 21 “Es kann kein sinnvoller Zweifel daran bestehen, daß Kants praktische Philosophie ein Meilenstein in der Geschichte der Philosophie darstellt und daß ihre Bedeutung nur mit der des Sokrates verglichen werden kann. Nicht nur in theoretischer, auch in praktischer Hinsicht stellt Kants Denken eine kopernikanische Revolution dar.” (HÖSLE, V. *Praktische Philosophie in der modernen Welt*. 2. Auflage. München: Beck, 1995, p. 15).
- 22 Para Höhle, a grandeza da filosofia prática de Kant baseia-se no fato de ela ser desenvolvida no marco de uma crítica da razão e de estar estreitamente associada à sua filosofia teórica, sua filosofia da religião e sua filosofia da história, ao passo que a maior parte do pensamento ético atual consiste de afirmações já não fundamentadas, casuismo desprovido de princípios e reflexões que carecem de unidade orgânica com o restante de nosso saber. Cf. HÖSLE, V. *Praktische Philosophie in der modernen Welt*. 2. Auflage. München: Beck, 1995, p. 16.
- 23 Cf. ALLISON, H. E. *Kant's theory of freedom*. 4 ed. Cambridge: University Press, 1995, p. 52.
- 24 Cf. WOLFF, R. P. *The Autonomy of Reason. A Commentary on Kant's Groundwork of the Metaphysics of Moral*. 2 ed. Gloucester; Mass.: Peter Smith, 1986, p. 216.
- 25 Cf. NEIMAN, S. *The unity of reason: rereading Kant*. New York: Oxford University Press, 1997, p. 106.

da generalidade como universalidade²⁶, a necessidade de que o conceito do dever não seja, de nenhum modo, empírico e que os conceitos da ética não sejam, absolutamente, ganhos da experiência²⁷.

A autonomia da vontade como o princípio supremo da moralidade marca um acento decisivo no pensamento de Kant²⁸. Porém, para que a vontade seja autônoma, a força da autonomia não deve provir de uma fonte externa e estranha ao próprio sujeito, senão da própria razão, sendo, conseqüentemente, a autonomia da vontade a capacidade do homem dar-se a si mesmo a lei moral com valor universal. Logo, se a lei moral tem valor por si, então, constitui-se como lei da vontade racional. É nessa perspectiva que Kant não aceita a tese da tradição de que a pesquisa ética deveria iniciar com a definição do bem, para que, dele se derivassem os conceitos da lei moral e da obrigação²⁹. O bem não deve mais ser pressuposto ou constituir-se em fundamento da lei moral, mas deve, antes, ser deduzido dela³⁰. Assim sendo, no Prólogo à primeira edição da RGV, Kant sustenta que a moral se funda no conceito do homem como um ser livre. Não precisa da ideia de outro ser acima de si para conhecer seu dever e nem de outro móbil diferente da própria lei. A moral não precisa, por conseguinte, de nenhum outro fundamento material à determinação da vontade. A lei moral é a única que ordena incondicionalmente (RGV BAIII-V). Para auxiliar na explicitação dessa tese, na KpV Kant salienta, por sua vez, que *bom* (*Guten*) e *mau* (*Böse*) não são princípios da razão prática pura, mas os únicos objetos de uma razão prática (KpV A101), os quais relacionam-se sempre à vontade determinada imediatamente pela lei moral. Bom (*Guten*) e mal (*Böse*) distinguem-se, por sua vez, de bem-estar (*Wohl*) e mal-estar (*Übel*), uma vez que estes significam e relacionam-se muito mais ao estado de prazer ou dor, ou ainda, ao estado de agrado ou desagrado (KpV A105). Em outras palavras, o conceito de *bom* e o conceito de *mau*

- 26 Cf. SCHÖNECKER, D.; WOOD, A. W. *Kants "Grundlegung zur Metaphysik der Sitten"*. Ein einführender Kommentar. Paderbon; München; Wien; Zürich: Ferdinand Schöningh, 2002, p. 36. Segundo Baumans, Kant revoluciona a ética com a ideia da autonomia moral da razão pura como a ideia da determinação da ação pela severa generalidade e necessidade. Cf. BAUMANS, P. *Kants Ethik. Die Grundlehre*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 2000, p. 09.
- 27 Cf. SCHÖNECKER, D.; WOOD, A. W. *Kants "Grundlegung zur Metaphysik der Sitten"*. Ein einführender Kommentar. Paderbon; München; Wien; Zürich: Ferdinand Schöningh, 2002, p. 26.
- 28 Cf. CARNOIS, B., *La cohérence de la doctrine kantienne de la liberté*. Paris: Seuil, 1973, p. 80. Para Schneewind, a concepção da moralidade como autonomia é algo novo na história do pensamento. "Kant inventou a concepção da moralidade como autonomia." (SCHNEEWIND, J. B. *A invenção da autonomia. Uma história da filosofia moral moderna*. São Leopoldo: Unisinos, 2001, p. 29).
- 29 Segundo Silber, Kant percebeu que o objeto da vontade deve ser determinado pela vontade em si antes que a vontade pelo objeto. Cf. SILBER, J. R. The Copernican Revolution in Ethics: the Good Reexamined. In: *Kant-Studien*, 51, 1959/60, p 87.
- 30 Cf. SILBER, J. R. The Copernican Revolution in Ethics: the Good Reexamined. In: *Kant-Studien*, 51, 1959/60, p. 85.

não podem ser definidos antes da lei moral e não podem determiná-la, já que os mesmos devem ser determinados segundo e através da lei moral (KpV A110). Com efeito, a lei moral, enquanto determina imediatamente a vontade (KpV A109), torna possível o conceito de bom (KpV A112). Isto é, “(...) a lei, então, determina **imediatamente** a vontade, a ação conforme a ela é **em si mesma boa** e uma vontade, cuja máxima é sempre conforme a essa lei, é **absolutamente e em todos os sentidos boa** e a **condição suprema de todo o bem**” (KpV A109).

Bem, e se isso é assim, então, advém uma pergunta crucial e derradeira: por que existe o mal e por que a natureza humana apresenta a *propensão ao mal* (*Hang zum Bösen*)? Diante desse questionamento, urge trazer à discussão alguns pontos relevantes. (1) O homem, enquanto ser racional, conta-se como pertencente ao mundo inteligível, e só chama vontade à sua causalidade como causa eficiente que pertence a esse mundo inteligível. Mas, por outro lado, tem consciência de pertencer ao mundo sensível, no qual as suas ações se encontram como meros fenômenos daquela causalidade (GMS BA110). Ora, se o homem pertencesse tão-somente ao mundo inteligível, todas as suas ações seriam sempre conformes à autonomia da vontade. Mas, como, e, ao mesmo tempo, pertence ao mundo sensível, suas ações devem ser conformes à autonomia da vontade (GMS BA110-111). Porque o homem tem consciência de pertencer ao mundo sensível, no qual as suas ações se encontram como meros fenômenos da causalidade natural, e, porque, simultaneamente, a ideia da liberdade o faz um membro do mundo inteligível, o imperativo categórico impõe-se como lei moral. Por isso, diante da vontade afetada pelos apetites sensíveis, sobrevém-lhe a vontade pura prática. Impõe-se o imperativo categórico, que ordena, porque o homem não é um ser puramente racional e não deseja sempre o bem. Requer, consecutivamente, algo que o auxilie a querer sempre o bem. Ele necessita, portanto, do imperativo categórico³¹.

(2) Na KpV, Kant afirma que a principal causa dos erros dos filósofos, no que se refere à fundamentação da ética, está em querer estabelecer a felicidade como princípio da moralidade (KpV A112). Eles querem determinar a felicidade antes da lei moral, o que, na verdade, deve ser exatamente o contrário, isto é, o conceito de bom deve ser determinado apenas segundo e através da lei moral (KpV A 110). Esta torna aquele possível (KpV A112), na medida em que o agente racional, ainda que um ser de necessidades naturais, enquanto

31 Segundo Schönecker e Wood, é interessante observar que o imperativo categórico é uma sentença sintética a priori, porque o ser humano não é um puro ser racional. É também sensível. SCHÖNECKER, D.; WOOD, A. W. *Kants “Grundlegung zur Metaphysik der Sitten”*. Ein einführender Kommentar. Paderbon; München; Wien; Zürich: Ferdinand Schöningh, 2002, p. 175. Krüger, por sua vez, sustenta a tese de que, porque o ser humano não é apenas racional, deve ser o imperativo categórico uma sentença sintética a priori. O imperativo categórico é obediência. É, por isso, um pensar imperativo e não discursivo. Cf. KRÜGER, G. *Philosophie und Moral in der Kantischen Kritik*. 2. Auflage. Tübingen: J.C.B.Mohr, 1967, p. 75.

faz parte do mundo inteligível (KpV A108), possui a capacidade de elevar-se acima das condições sensíveis (KpV A154-155) e determinar-se *a priori* pela lei fundamental da razão prática pura sua vontade imediatamente (KpV A127). Kant não estava, portanto, de acordo com seus predecessores que acreditavam ser possível iniciar a pesquisa ética com a definição do conceito de bom, para que deste fossem derivados os conceitos da lei moral e da obrigação³². Uma ação moral não é moralmente boa por perseguir o conceito de bom, senão que a lei moral precede e produz o conceito de bom. Portanto, o princípio prático da vontade não pode ser fundamentado sobre conceitos materiais, entretanto, à luz da capacidade do ser racional de dar-se a própria lei e de agir por respeito à lei moral, tão-somente por um princípio formal. O que significa dizer que a vontade deve ser incondicionada, independente e capaz de ser para si mesma a causa de suas ações³³?

26

(3) Para Kant, não é tarefa simples escolher sempre o *bem*, ainda que o homem esteja na contínua busca de perfeição. “Mas a plena conformidade da vontade à lei moral é a **santidade**, uma perfeição da qual nenhum ente racional do mundo sensorial é capaz em nenhum momento de sua existência” (KpV A220). Lembra-se que, para Kant, *santidade* não significa senão a plena conformidade da vontade com a lei moral. Nesse sentido, convém salientar, que, já na GMS, Kant diferencia vontade *santa*, que é absolutamente boa, a vontade de Deus, de uma vontade do agente racional, que não é absolutamente boa. “A vontade, cujas máximas concordem necessariamente com as leis da autonomia, é uma vontade **santa**, absolutamente boa” (GMS BA86). A vontade do agente racional, por sua vez, não se refere a um ser santo, mas que está a caminho da *santidade*. “A dependência em que uma vontade não absolutamente boa se acha em face do princípio da autonomia (a necessidade moral) é a obrigação. Esta não pode, portanto, referir-se a um ser santo. A necessidade objetiva de uma ação por obrigação chama-se dever” (GMS BA86). Logo, de acordo com Paton, a vontade santa age, necessária e espontaneamente, sempre de acordo com a lei moral, ainda que não esteja consciente da obrigação. Pois, se ela fosse obrigada ela já não seria uma vontade santa. A vontade do agente racional, por sua vez, deve ser obrigada a agir por respeito à lei moral³⁴. Deve buscar conformar progressivamente a vontade à lei moral. Assim sendo, o conceito de perfeição recebe aqui um significado ontológico antes que teológico (GMS BA91-92) no sentido de que a perfeição não é derivada de uma vontade divina, contudo constitui-se como que numa exigência intrínseca à moralidade. Na KpV, Kant afirma:

32 Cf. SILBER, J. R. The Copernican Revolution in Ethics: the Good Reexamined. In: *Kant-Studien*, 51, 1959/60, p. 87.

33 Cf. SILBER, J. R. The Copernican Revolution in Ethics: the Good Reexamined. In: *Kant-Studien*, 51, 1959/60, p. 90.

34 Cf. PATON, H. J. *The Categorical Imperative. A Study in Kant's Moral Philosophy*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1971, p. 116.

Mas a plena conformidade da vontade à lei moral é **santidade**, uma perfeição da qual nenhum ente racional do mundo sensorial é capaz em nenhum momento de sua existência. Porém, visto que ainda assim ela é necessariamente requerida como prática, ela somente pode ser encontrada em um **progresso** que avança ao **infinito** em direção àquela conformidade plena, e é necessário, segundo princípios da razão prática pura, assumir um tal prosseguimento prático como o objeto real de nossa vontade (KpV A220).

(4) Após as elucidações supracitadas, emerge a questão central desta investigação. Onde está a raiz do mal em Kant? A resposta a essa questão é preciso buscá-la, não exclusivamente, mas, especialmente, no escrito de 1793. Kant não é indiferente à tematização do mal moral³⁵. Antes, contudo, faz-se providente afirmar, com Höffe, que a teoria do mal radical em Kant não é um adendo ou um anexo à sua ética. Está estreitamente ligada à compreensão do homem como ser racional finito. A liberdade de um ser, que, por natureza, não é razão pura (prática) e comporta não somente a capacidade de cometer o mal, mas também a possibilidade de agir mal³⁶.

A Teoria do Mal Radical em Kant

O questionamento a respeito é uma queixa deveras antiga. Não é possível permanecer em simples devaneios. Faz-se urgente, por conseguinte, auscultar rigorosamente o porquê da *propensão* do homem ao mal (*Hang zum Bösen*). Não é mais possível aceitar, segundo Kant, começar o mundo pelo bem, pela Idade de Ouro, pela vida no paraíso (RGV BA3), para, em seguida, diante do mal, apelar para o restabelecimento da *doutrina cristã da queda* ou à noção de *liberdade decaída*³⁷. Em outras palavras, a explicação para o problema do mal não pode dar-se, pura e simplesmente, como provinda da experiência e nem como uma corrupção da razão legisladora moralmente. Ou seja, a raiz do mal não pode estar em nossas inclinações. Não pode basear-se na experiência (RGV BA6) e tampouco em nossa capacidade moral objetivamente considerada³⁸. Além disso, não é possível afirmar ser o homem moralmente bom e simultaneamente mau por natureza (RGV BA8-9), ou ainda, aceitar, pura e simplesmente, a afirmação de que o homem, enquanto ser racional e sensível é capaz, *ora*

35 PAVÃO, Aguinaldo. *O mal moral em Kant*. Curitiba: CRV, 2011, p. 20.

36 “Kants Theorie vom radikal Bösen ist kein zufälliger Zusatz zu seiner Ethik. Sie ist mit der Lehre vom Menschen als eines endlichen Vernunftwesens eng verbunden. Die Freiheit eines Wesens, das nicht von Natur reine (praktische) Vernunft ist, schließt verhängnisvollerweise nicht nur die Fähigkeit zum Bösen, sondern auch das Tun des Bösen ein.” (HÖFFE, Otfried. *Immanuel Kant*. 5. Auflage. München: Beck, 2000, p. 254).

37 Cf. MUNZEL, G. F. *Kant's conception of moral character*. The “Critical” link of morality, anthropology, and reflective judgment. Chicago and London: The University of Chicago Press, p. 133.

38 Cf. MUNZEL, G. F. *Kant's conception of moral character*. The “Critical” link of morality, anthropology, and reflective judgment. Chicago and London: The University of Chicago Press, p. 136.

do bem, e, *ora* do mal. Ou seja, o homem é bom em certas partes e mau noutras. Por isso, tanto as respostas **latitudinárias** (*moralmente bom ou moralmente mau*), como as **sincretistas** (*moralmente bom e mau ao mesmo tempo*) não possuem precisão e nem firmeza (RGV BA9). Para Kant: “O homem não é bom nem mau por natureza, porque não é um ser moral por natureza. Torna-se moral apenas quando eleva a sua razão até aos conceitos do dever e da lei” (Päd., p. 95).

A busca pela raiz do mal conduz-nos ao cerne da questão. Segundo Allison, a discussão sobre o mal radical em Kant é de uma profunda perplexidade, sobretudo pela sua estreita conexão com a liberdade. A doutrina acerca do mal radical precisa ser compreendida a partir dos princípios básicos de filosofia moral kantiana. Urge ter presente que no percurso do mal está a adoção de máximas contrárias à lei, ou seja, o mal radical fundamenta-se na possibilidade subjetiva da adoção de máximas imorais³⁹. Em outras palavras, para Kant, a máxima é sempre subjetiva e pretende tornar-se universalmente válida. E quando a máxima se transforma em lei objetivamente válida para todos os homens, constituindo-se em lei moral, seu seguimento torna-se dever. Logo, se o pressuposto do dever está corrompido, põe-se em risco a própria lei moral. “A disposição (*Gesinnung*), isto é, o primeiro fundamento subjetivo da adoção de máximas só pode ser *uma única* (*nur eine einzige sein*) e refere-se ao uso total da liberdade (*auf den ganzen Gebrauch der Freiheit*)” (RGV B14/A12). Consequentemente, segundo Herrero: “(...) a liberdade só tem sentido em relação com o dever, enquanto este é um único fundamento de determinação. A liberdade *deve* ser de acordo com essa lei incondicional. Deve adotá-la como máxima de todas as suas ações. Todo o seu ‘poder’ realizar o absoluto lhe vem desse ‘dever’.”⁴⁰. E caso vier a ocorrer tal inversão nos móveis que fundamentam as máximas e as ações, deixando-se, por sua vez, a vontade determinar pelo móbil do desejo de felicidade, a vontade acaba por se perverter, tornando-se má, por conta de assumir a inversão dos móveis como fundamento de *todas* as suas máximas e ações. Para tanto, o homem, ao inverter os móveis para o seguimento das máximas, acaba adotando móveis estranhos à moralidade⁴¹. Segundo Herrero: “Não é má apenas em um ato particular, mas totalmente má porque perverteu toda ação em seu fundamento, no que precede toda ação determinada na experiência”⁴².

A lei moral constitui-se, pois, na determinação imediata da vontade, porque tão-somente o respeito à lei constitui o móbil que pode dar à ação um valor moral (GMS BA86; KpV A139). A lei moral, sem qualquer coope-

39 Cf. ALLISON, Henry E. *Kant's theory of freedom*. 4 ed. Cambridge: University Press, 1995, p. 147.

40 HERRERO, Francisco Javier. *Religião e história em Kant*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 48.

41 Cf. PINHEIRO, Leticia Machado. Kant e o mal moral: a insuficiência da lei como móbil para o arbitrio. In: *Studia Kantiana*, N. 8, 2009, p. 145.

42 HERRERO, Francisco Javier. *Religião e história em Kant*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 79.

ração dos impulsos e inclinações sensíveis, poderá determinar imediatamente a vontade humana e conseguir superar a tendência natural ao amor próprio (*Eigenliebe*), ou seja, ao amor de si (*Selbstliebe*), que, na verdade, não deixam de constituir senão o egoísmo (*Selbstsucht*) (KpV A129; MST A139, §37). O amor de si (*Selbstliebe*) nunca poderá ser feito condição de seguimento da lei moral⁴³. Significa, em outras palavras, subordinar a lei moral ao amor de si como condição suprema à determinação da vontade⁴⁴. “O respeito pela lei moral é, pois, um sentimento que é produzido por uma causa intelectual e este sentimento é o único que conhecemos plenamente *a priori* e cuja necessidade podemos discernir.” (KpV A130). Para Kant, este sentimento moral é produzido meramente pela razão, constituindo-se unicamente no motivo, para que a razão não busque senão em si mesma sua própria máxima (KpV A135). Porque “(...) a própria lei deve ser o móbil numa vontade moralmente boa, o *interesse moral* é, pois, um interesse da simples razão prática pura e independente dos sentidos.” (KpV A141).

A Propensão ao Mal

A busca pela origem do mal não foi exclusividade de Kant. Como se mostrou no início deste artigo, dentre tantos, Agostinho, já, no início da Era Cristã, buscou argumentar acerca da origem do mal não estar senão no livre-arbítrio da vontade do homem. Embora com nuances distintas e bem demarcadas, também, para Kant, o mal precisa ser buscado não em instâncias e entidades externas e superiores, todavia no próprio ser racional, ou seja, em sua liberdade⁴⁵. Na RGV, Kant entende *natureza* do homem “o fundamento subjetivo do uso de sua liberdade em geral (sob leis morais objetivas) que antecede toda a ação que se apresenta aos sentidos” (RGV BA6). Entenda-se, aqui, natureza, no escrito de 1793, no sentido do homem, enquanto ser sensível, pertencer ao mundo inteligível e estar submetido às suas leis universais. Esse fundamento subjetivo é entendido como pressuposto da possibilidade tanto das ações boas como também das más⁴⁶. Em outras palavras, o homem não é só razão, mas ser racional do mundo sensível. Isso permite compreender, porque o homem pode produzir uma liberdade para o mal, em detrimento da presença da razão legisladora⁴⁷. E a propensão ao mal (*Hang zum Bösen*) não é des-

43 Cf. SCHMIDT, Josef. Das Problem des “Bösen” in der Philosophie des deutschen Idealismus. In: *Revista Portuguesa de Filosofia*, 57 (2001), p. 794.

44 Cf. BRUCH, Jean-Louis. *La philosophie religieuse de Kant*. Aubier: Montaigne, 1968, p. 71.

45 “Le mal a son origine dans la liberté, il est manifestation de la liberté radicale de l’homme, il est la liberté, il est manifestation de la liberté radicale de l’homme, il est liberté elle-même s’instituant comme *liberté pour le mal*.” (ROVIELLO, Anne-Marie. *L’institution kantienne de la liberté*. Bruxelles: Ousia, 1984, p. 133).

46 Cf. HERRERO, Francisco Javier. *Religião e história em Kant*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 79.

47 Cf. BRUCH, Jean-Louis. *La philosophie religieuse de Kant*. Aubier: Montaigne, 1968, p. 72.

te ou daquele homem, mas da espécie humana. Há, portanto, como que uma propensão para o mal, que pode ser considerada inata, na medida em que é explicada como possibilidade de uma propensão ao mal, quando o homem desvia-se das máximas da lei moral. E isso não se refere a este ou aquele indivíduo particular, mas a toda espécie humana, uma vez que, segundo Kant, um poderia considerar-se bom por natureza e outro mau. Logo, a propensão ao mal na natureza humana é radical, porque, ainda que consciente da lei moral, o homem admitiu em sua máxima desviar-se ocasionalmente (*gelegentlichliche*) da mesma (Cf. RGV B26-27/A24). Entretanto, mesmo assim, Kant recusa-se aceitar no homem uma natureza pecaminosa. Ele admite uma situação pecaminosa, tornada possível por uma propensão ao mal no homem, mas o que não é mesmo que afirmar ser uma natureza pecaminosa⁴⁸.

30

Nesse sentido, o mal, na espécie humana, é radical, exatamente, porque (a) corrompe o fundamento de todas as máximas, (b) consiste em uma perversão do coração humano, e (c) depende basicamente de um princípio mau que coexiste ao lado do princípio bom. O mal radical está, portanto, intimamente relacionado ao problema da liberdade, mas, particularmente, também, ao que ele julga ser uma predisposição natural do homem a inclinar-se a ceder às suas apetições⁴⁹. Pode-se, pois, afirmar, segundo Allison, que a propensão para o mal acaba sendo uma tendência deliberativa, uma vez que permite que as inclinações venham a pesar mais que as máximas morais⁵⁰. Segundo Pavão: “Na *Religião*, Kant defende que o mal radical (*radikales Böse*) consiste numa propensão natural que visa a corromper o fundamento da moralidade, por meio da admissão pelo arbítrio na sua máxima da influência de um móbil oposto à lei moral.”⁵¹. A compreensão de *propensão* (*Hang*) é importante para Kant. Ela significa, segundo Kant, uma predisposição para a ânsia de uma fruição. “Por uma *propensão* (*propensio*) eu entendo o fundamento subjetivo da possibilidade (desejo habitual, *concupiscentia*), na medida em que ela é para a humanidade em geral contingente” (RGV B20/A18). Numa nota de rodapé, Kant esclarecerá que a *propensão* é na verdade apenas a *predisposição* (*Prädisposition*) à ânsia de uma fruição, e quando o sujeito faz a experiência disso, ou seja, da ânsia de uma fruição, a *propensão* suscita a inclinação para ela (RGV B20/A18-19). A *propensão* ao mal, segundo Kant, é “(...) possível só como determinação do livre-arbítrio, mas este pode ser julgado como bom ou mau unicamente pelas suas máximas, deve consistir no fundamento subjetivo da possibilidade do desvio das máximas a respeito da lei moral” (RGV B21/A18-19). Assim, para Kant, o mal moral não tem sua origem numa instância

48 Cf. BRUCH, Jean-Louis. *La philosophie religieuse de Kant*. Aubier: Montaigne, 1968, p. 72.

49 Cf. CORREIA, Adriano. O conceito de mal radical. *Trans/Form/Ação*. 28(2), 2005, p. 83.

50 Cf. ALLISON, Henry E. *Kant's theory of freedom*. 4 ed. Cambridge: University Press, 1995, p. 153.

51 PAVÃO, Aguinaldo. *O mal moral em Kant*. Curitiba: CRV, 2011, p. 47.

externa ao homem⁵², nem na sensibilidade do homem (RGV B31/A27)⁵³ e tampouco na perversão da razão moralmente legisladora (RGV B31/A28)⁵⁴, mas tão-somente no arbítrio do homem como ser moral. “De fato, para que se possa significativamente pensar o mal moral, é necessário reconhecer a liberdade do arbítrio, que pode ser tanto para o bem ou para o mal.”⁵⁵ Logo, na medida em que o homem é um ser livre, “(...) a vontade do homem tem a capacidade de querer a transgressão da lei moral e agir contra a sua própria liberdade. Em outras palavras, o homem pode querer o seu mal e o mal dos outros”⁵⁶.

Há três graus distintos da propensão para o mal. O primeiro dos graus é caracterizado pela *fragilidade* do coração humano (*Gebrechlichkeit*). São Paulo reconhecia a fraqueza do coração, a ponto de exclamar: “não faço o bem que quero, e sim o mal que não quero” (Rm 7, 20). Coração pode ser visto como o sinônimo de intenção que é o primeiro fundamento subjetivo da aceitação das máximas. Embora, em Kant, não se possa afirmar com toda clareza que o mal procede da fragilidade humana, pode-se dizer que se a fragilidade procede da incapacidade de agir segundo princípios, então, ela não vai de encontro ao agir de um ser racional, que exige a ação baseada em máximas⁵⁷. Vislumbrando-se, todavia, aqui, que o querer não é, ainda, o cumprir. Logo, ainda que da fragilidade não nasça o mal, pode-se afirmar que, em certo sentido, na escala progressiva da perfeição moral, a fragilidade constitui-se em um grau do mal, ainda que em seu grau mais ínfimo⁵⁸. É o que Allison chama de fragilidade autoimposta⁵⁹.

O segundo é a *insinceridade* ou *impureza* (*Unlauterkeit*) que consiste numa mistura entre móveis morais e imorais no propósito subjetivo da ação. Ao tratar do segundo grau da propensão, Kant admite haver no

- 52 Segundo Pegoraro, apesar de toda crítica dirigida a Kant, a mesma em nada diminui o esforço e o mérito de Kant. “Sua teoria libertou a ética da tutela teológica de quase um milênio. Deus não dita normas éticas mas princípios de fé. Libertou a ética, também, da filosofia grega que derivava os postulados morais da natureza metafísica do homem. libertou a ética também das leis naturais e biológicas que comandam a sensibilidade e o instinto humano. Com Kant, a ética não será mais o comportamento virtuoso mas o cumprimento da lei moral” (PEGORARO, Olinto. *Ética dos maiores mestres através da história*. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 117).
- 53 Cf. GIACÓIA JÚNIOR, Oswaldo. Reflexões sobre a noção de mal radical. In: *Studia Kantiana*, 1, 1, 1998, p. 187.
- 54 Cf. GIACÓIA JÚNIOR, Oswaldo. Reflexões sobre a noção de mal radical. In: *Studia Kantiana*, 1, 1, 1998, p. 188.
- 55 PAVÃO, Aguinaldo. *O mal moral em Kant*. Curitiba: CRV, 2011, p. 48.
- 56 STRIEDER, Inácio. Meditação sobre o mal. Do mal radical à banalidade do mal. In: ULLMANN, Reinhold Aloysio. *Consecratio Mundi*. Festschrift em homenagem a Urbano Zilles. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 442.
- 57 Cf. PAVÃO, Aguinaldo. *O mal moral em Kant*. Curitiba: CRV, 2011, p. 49.
- 58 Cf. PAVÃO, Aguinaldo. *O mal moral em Kant*. Curitiba: CRV, 2011, p. 50.
- 59 Cf. ALLISON, Henry. *Idealism and freedom*. Essays on Kant’s theoretical and practical philosophy. New York: Cambridge University Press, 1996, p. 178.

homem a propensão de recorrer a outros móveis, além do móbil moral, para determinar o seu arbítrio. Em outras palavras, percebe-se que não obstante a máxima seja boa segundo o objeto, não se encontra na ação meramente a lei moral como móbil suficiente para a determinação do arbítrio. “Quando o móbil da máxima é uma inclinação, o valor moral da ação fica totalmente subtraído. Com efeito, nesse caso a pessoa age apenas conforme ao dever, mas não por dever. Uma ação virtuosa, portanto, não pode ter as inclinações como o seu fundamento.”⁶⁰. Nesse segundo grau, o homem age conforme ao dever, subordinando, consecutivamente, a lei moral aos móveis sensíveis, ou seja, ele não age em atenção às exigências morais, acabando por misturar os móveis sensíveis à lei moral.

O terceiro grau é caracterizado como a *malignidade* (*Bösartigkeit*) que consiste na propensão em adotar máximas más. Caracteriza-se como uma perversão do coração (*Verkehrtheit des Herzens*), ou então, como um estado de corrupção do coração (*Verderbtheit des Herzens*). Neste terceiro grau, a *propensão* para o mal se apresenta como perversidade radical do coração humano⁶¹, “(...) porque inverte a ordem moral a respeito dos móveis de um livre arbítrio e, embora assim possam ainda existir sempre ações boas segundo leis (legais), o modo de pensar é, no entanto, corrompido na sua raiz (no tocante à intenção moral), e o homem é, por isso, designado como mau” (RGV B23/A20-21). E tal propensão é designada por Kant de propensão moral para o mal, porque se dá a preferência por outros móveis para a determinação da máxima e detrimento do móbil moral. Este terceiro grau de propensão adquire importância decisiva na argumentação, pois os dois primeiros graus, respectivamente, a *fragilidade* e a *impureza* são ajuizados como culpa impremeditada, isto é, elas não conseguiram acolher a lei moral como móbil suficiente, ainda que passíveis de imputação⁶², ao passo que o terceiro grau, a *maldade*, é uma culpa premeditada, isto é, “(...) consiste em enganar-se a si mesmo acerca das intenções próprias boas ou más.” (RGV B37). Trata-se de perceber que o autoengano, muito provavelmente, segundo Allisson, um dos mecanismos mais perniciosos de evadir o agente de sua responsabilidade moral⁶³, pode estar muito atuante na propensão à *maldade*. Ainda que, segundo Kant, o mal moral esteja também no que se pode chamar de “tranquilidade da consciência” (RGV B 37-38), isto é, na “desonestidade de lançar poeira nos próprios olhos.” (RGV B 37-38), o mal radical é compreendido como

60 Cf. PAVÃO, Aguinaldo. *O mal moral em Kant*. Curitiba: CRV, 2011, p. 51.

61 “Il consiste en une perversion radicale du coeur humain, qui fait de l’homme un être ‘mauvais par nature’. Le mal enfin dépend d’un mauvais principe qui coexiste à côté du bon.” (BRUCH, Jean-Louis. *La philosophie religieuse de Kant*. Aubier: Montaigne, 1968, p. 69).

62 Cf. Cf. PAVÃO, Aguinaldo. *O mal moral em Kant*. Curitiba: CRV, 2011, p. 59.

63 Cf. ALLISON, Henry. *Idealism and freedom*. Essays on Kant’s theoretical and practical philosophy. New York: Cambridge University Press, 1996, p. 179.

uma inversão consciente da ordem moral⁶⁴. Portanto, no grau de maldade o agente age regular e deliberadamente com base em máximas más. As-severa Pinheiro:

O mal existe inevitavelmente, mas a sua efetivação depende de uma decisão do homem frente aos móveis tomados para o cumprimento de uma ação, pois o mal moral consiste na adoção de móveis exteriores à lei moral como suficientes por si sós. Kant com efeito não deprecia a liberdade humana ao associá-la à origem da propensão ao mal, ao contrário: a liberdade, na temática do mal radical, é sinônimo de arbítrio, de deliberação. Quer dizer, tanto o mal quanto o bem estão inerentes à escolha, eles estão aí enquanto possibilidades de efetivação. Daí que a imputabilidade reside precisamente na escolha feita. Nesse caso, o homem é imputado pela existência do mal porque optou em seguir os móveis exteriores ao campo da moralidade em detrimento da lei moral. Pode-se, enfim, dizer que o homem não é culpado pela existência do mal, mas por sua eficiência ou atuação. O mal é dito radical porque possui o consentimento do seu portador.⁶⁵

Por fim, é importante frisar a distinção kantiana entre maldade (*Bösartigkeit*), que caracteriza o coração humano sob o impacto do mal radical, e malignidade (*Bosheit*), a qual não existe, porque faria do mal uma estrutura originária e do homem um ser demoníaco⁶⁶, o que para Kant traria muitas dificuldades à imputação moral da ação. Portanto, o homem é mau, porque ele, consciente da lei moral, acolheu e assentiu, entretanto, à propensão ao mal na sua máxima a deflação ocasional a seu respeito. Essa distinção é de relevância, porque, mesmo tendo Kant afirmado estar o fundamento do mal radicado na humanidade, por conta de se tratar de uma propensão sempre autculpada, denominada, por isso, de um mal radical inato, ainda assim, é possível afirmar a rejeição de uma vontade maligna e diabólica, e, justamente, de uma vontade que se deixa perverter pela aquisição e determinação das máximas, cujos móveis não são os que se deixam determinar exclusivamente pelo valor moral, contudo pelas inclinações. É, justamente, nessa perspectiva, que se pode entender que o mal emerge de uma positividade da liberdade do homem, não sendo, por conseguinte, apenas a carência de algo que poderia ser⁶⁷. Segundo Pavão, lembrando que o mal radical

64 Cf. PAVÃO, Aguinaldo. *O mal moral em Kant*. Curitiba: CRV, 2011, p. 55.

65 PINHEIRO, Leticia Machado. Por que o mal é radical em Kant? In: *Tempo da ciência*, 15 (30), 2008, p. 126.

66 Cf. RENAUD, Michel. A questão do mal no livro de Kant sobre a religião. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 49, 1993, p. 527. Para Bernstein, apesar de ser difícil de aceitar a argumentação do mal radical na natureza humana no sentido de ser um auxílio para combater os efeitos do mal no mundo em situações concretas de espólio ao valor da vida humana, em Kant, não há possibilidade de afirmar ser o homem um ser diabólico. Cf. BERNSTEIN, Richard J. *El mal radical*. Una indagación filosófica. Buenos Aires: Lilmod, 2004, pp. 61-72.

67 Cf. HERRERO, Francisco Javier. *Religião e história em Kant*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 76.

não é apenas um não bem, mas, também, uma resistência efetiva ao bem, afirma-se: “A positividade do mal não está na vontade. A vontade não pode ser entendida como uma faculdade positivamente má. Mas a positividade está no princípio adotado pelo arbitrio. Ai sim há positividade. O ato do livre arbitrio é positivo, eis aí a positividade do mal.”⁶⁸.

A Disposição para o bem

Para Kant, se, por um lado, há uma distinção de graus da propensão ao mal, há, também, por outro lado, uma *disposição (Gesinnung)* originária para o bem na natureza humana. Então, ainda que haja propensão para o mal, a disposição para o bem não é abolida, uma vez ser ela intrínseca à natureza humana, por conta também da assimetria entre bondade e maldade⁶⁹, isto é, em última análise, a bondade é legisladora e não a maldade, condição para a realização do ser racional. Numa palavra, a propensão para o mal não corrompe a disposição originária do homem para o bem⁷⁰. Segundo Kant, o homem não pode renunciar à lei moral irresistivelmente, porque a lei moral penetra a natureza humana por força de sua disposição para o bem, ou seja, a força da moralidade é inerente ao homem. A disposição reduzida a três classes, a saber. A primeira é a disposição para a *animalidade* do homem enquanto ser vivo. “O primeiro, ainda que não o principal dever de um ser humano para consigo mesmo, na qualidade de sua animalidade (in der Qualität seiner Tierheit), é *preservar a si mesmo* em sua natureza animal” (MST A70, §5). Essa disposição tem em vista, primeiro, a conservação de si próprio, segundo, a propagação da espécie, e, terceiro, a vida com outros homens, isto é, a vida em comunidade.

A segunda é a disposição para a *humanidade* enquanto ser vivo e racional. O homem é criatura que precisa ser educada e disciplinada, pois, segundo Kant, o homem só se torna verdadeiro homem pela educação (Päd, A7), cabendo à disciplina a possibilidade de impedir ao homem de desviar-se do seu destino, isto é, impedi-lo de desviar-se da humanidade, através das suas inclinações animais (Päd, A3). “É dever para o ser humano erguer-se da tosca condição de sua natureza, da animalidade (quoad actum), cada vez mais, à humanidade, através da qual só ele é capaz de estabelecer fins; ele tem o dever de reduzir sua ignorância através da instrução e corrigir seus erros.” (MST A15). Assim sendo, para o homem, não constitui contradição estabelecer para si mesmo um fim (MST A6). O traço específico do conceito de humanidade, à diferença do de animalidade, é a capacidade de pôr-se fins (MST A23)⁷¹. Além disso, nesta segunda dis-

68 PAVÃO, Aguinaldo. *O mal moral em Kant*. Curitiba: CRV, 2011, p. 82.

69 Cf. PAVÃO, Aguinaldo. *O mal moral em Kant*. Curitiba: CRV, 2011, p. 88.

70 Cf. PAVÃO, Aguinaldo. *O mal moral em Kant*. Curitiba: CRV, 2011, p. 97.

71 Cf. ROHDEN, Valério. O humano e racional na Ética. In: *Studia Kantiana*, 1, 1, 1998, p. 313.

posição à *humanidade*, o conceito de humanidade deve ser devidamente respeitado em todo e qualquer ser humano, isto é, jamais seja tratado meramente como meio, mas sempre e tão-somente como fim em si mesmo. “Todo ser humano tem direito legítimo ao respeito de seus semelhantes e está, *por sua vez (wechselseitig)*, obrigado a respeitar todos os demais. A humanidade ela mesma é uma dignidade, pois o ser humano não pode ser usado meramente como meio por nenhum ser humano (quer por outros, quer, inclusive, por si mesmo), mas deve sempre ser usado ao mesmo tempo como fim, e nisso consiste precisamente sua dignidade (seine Würde (...))” (MST A139-140, §38). Esse segundo momento da humanidade, ainda que se trate do momento da contrição pela lei externa, é de importância fundamental, para que se possa compreender a passagem à terceira disposição, a personalidade. É o momento da civilização, isto é, o momento da organização em sociedades. É o momento da política, que tem a tarefa primordial de criar as condições de possibilidade à realização do ser humano como ser racional, o que só pode ocorrer enquanto processo de moralização. Ferraz a respeito esclarece:

Neste sentido, distinguimos, aqui, três disposições (*Anlagen*), a saber, a “animalidade” (*Tierheit*), a qual envolve uma tendência à auto-preservação, à procriação – à propagação da espécie pelo sexo –, e a preservação da sociabilidade. A “humanidade” (*Menschheit*), a qual envolve o tornar-se civilizado pela cultura (abarcando o fomento a boas maneiras, à legalidade, à formação, etc.). Humanidade seria, assim, a capacidade de fixar-se em fins (da razão) e cultivar tal capacidade. Humanidade corresponde a um ser dotado de razão (capaz de racionalidade). “Personalidade” (*Persönlichkeit*), por seu turno, seria a personificação da razão, correspondendo, pois, a um ser racional (*noúmeno*). Neste último caso temos uma capacidade de motivação pelo “respeito” (*Achtung, reverentia*) à lei.⁷²

A terceira é a disposição à *personalidade*. “A disposição para a *personalidade* é a susceptibilidade da reverência à lei moral *como de um móbil, por si mesmo suficiente, do arbitrio*” (RGV B18/A16). Disposição à personalidade no homem não significa já sua perfeição, ou, se quisermos, sua santidade, pois tanto a santidade quanto a perfeição pertencem tão-somente a Deus. Ao homem cabe-lhe o progresso contínuo rumo à perfeição e à santidade, ainda que não venha nunca a atingir tal estágio denominado perfeito e santo (MST A114, §22). Em outras palavras, na natureza humana está presente uma disposição que torna o homem capaz do bem, porque capaz de seguir a lei moral. Pois, para Kant, o homem pertence, ao mesmo tempo ao mundo sensível e ao mundo inteligível, sendo-lhe possibilitado, por essa razão, do ponto de vista inteligível, pensar-se como ser livre, e,

72 FERRAZ, Carlos. Progresso moral e justiça em Kant. *Studia Kantiana*, 11, 2011, p. 232.

do ponto de vista sensível, estar consciente de deveres e obrigações⁷³, e só uma visão desde os dois pontos de vista permite compreender o homem ao mesmo tempo como autônomo e obrigado⁷⁴, enquanto possibilidade e não necessidade do livre arbítrio determinar-se pela razão pura. É, por conseguinte, da possibilidade e não da necessidade que se pode perceber a natureza autodeterminante do livre arbítrio⁷⁵. Segundo Pavão: “Se ele não é necessariamente determinado pela razão pura, muito menos o é em relação às inclinações. Porque, com respeito às inclinações, ele é apenas *afetado*, jamais determinado. Já relativamente à razão pura, ele pode assumir ser determinado por ela.”⁷⁶.

A partir do que foi exposto até aqui, a questão emergente a exigir uma tentativa de resposta acerca do mal radical, é pensar, com Kant, a possibilidade de saída dessa seara na qual ele se encontra imerso, porque, por um lado, para Kant, o mal é inextirpável, e, por outro, apesar de o mal não pertencer à essência do ser humano, é considerado natural, na medida em que marca todo indivíduo, ou seja, toda a espécie; e inato, uma vez que o mal não possui origem temporal, porque, do ponto de vista moral, o mal tem que ser imputável, e, para tanto, precisa originar-se de um ato livre⁷⁷. Em outras palavras, o mal moral é a adoção de um fundamento, livremente adquirido, não necessário, assumido, por conseguinte, como máxima suprema à adoção das demais máximas⁷⁸. Ou seja, o homem, segundo, Kant, tem consciência da lei moral, mas admitiu em sua máxima desviar-se ocasionalmente desta lei.

A pergunta instigante é como, então, diante desse *desvio*, ou seja, da adoção corrupta das máximas, pensar a possibilidade de superação progressiva do mal radical? Em perspectiva kantiana, o meio de combate ao mal moral é aprender a deixar-se progressivamente guiar pela lei moral. É a capacidade e a coragem de sair da minoridade, da qual cada um é culpado, e dar-se a própria lei de conduta (BA A481), ou seja, a lei moral, porque o homem precisa assumir o processo de tornar-se sempre melhor (RGV B50/A46) “O que o homem em sentido moral é ou deve chegar a ser, bom ou mau, deve *ele próprio* fazê-lo ou tê-lo feito. Uma ou outra coisa tem de ser um efeito do seu livre arbítrio; pois de outro modo não lhe poderia ser imputada, por consequência, não poderia ser nem bom nem mau *moralmente*.” (RGV B48/A45).

73 Cf. WILSON, H. J. Kant's integration of morality and anthropology. In: *Kantstudien*, 88, 1, 1997, p. 89.

74 Cf. ROHDEN, Valério. O humano e racional na Ética. In: *Studia Kantiana*, 1, 1, 1998, p. 316.

75 Cf. PAVÃO, Aguinaldo. *O mal moral em Kant*. Curitiba: CRV, 2011, p. 96.

76 PAVÃO, Aguinaldo. *O mal moral em Kant*. Curitiba: CRV, 2011, p. 96.

77 Cf. JORGE FILHO, Edgard José. O mal radical e a possibilidade da conversão ao bem. In: *Studia Kantiana*, 2, 1 2000, p. 89.

78 Cf. JORGE FILHO, Edgard José. O mal radical e a possibilidade da conversão ao bem. In: *Studia Kantiana*, 2, 1, 2000, p. 89.

Entra-se, aqui, no campo da conversão em sentido moral e não religioso, porque a conversão não é constituída nem motivada por uma adesão a uma crença religiosa⁷⁹. A conversão tem por fim restabelecer o equilíbrio moral rompido pelo pecado e compreender o drama moral provocado pela queda⁸⁰. A conversão constitui-se no restabelecimento da disposição originária para o bem (RGV B52/A48), uma vez que a queda não anula a disposição ao bem no homem. “O bem originário é a *santidade das máximas* no seguimento do dever próprio; o homem acolhe deste modo na sua máxima tal pureza, embora não seja por isso já ele próprio santo (pois entre a máxima e o ato há ainda um grande hiato); contudo, está a caminho de se aproximar da santidade no progresso infinito” (RGV B52-53/A49). Kant define a conversão a conversão como “(...) a instauração da *pureza da lei* como fundamento supremo de todas as máximas.” (RGV B52). Daí ser necessária uma revolução e não uma simples reforma gradual e processual⁸¹. Assevera Kant a respeito:

Que alguém se torne não só um homem *legalmente* bom, mas também *moralmente* bom [...] tal não pode levar-se a cabo mediante a *reforma (Reform)* gradual, enquanto o fundamento das máximas permanece impuro, mas tem de produzir-se por meio de uma *revolução (Revolution)* na disposição de ânimo no homem (por uma transição para a máxima da santidade dela); e ele só pode tornar-se um homem novo graças a uma espécie de renascimento, como que por uma nova criação [...] e uma transformação do coração. (RGV B 54).

Portanto, como, para Kant, só Deus é santo, ou seja: “apenas a vontade santa é necessariamente determinada pela razão pura, segundo uma lei não obrigante.”⁸², o homem, por sua vez, está a caminho da santidade e tanto mais santo será quanto mais conformar sua vontade à lei moral, ainda que a plena conformidade daquela a esta nenhum ente racional do mundo sensorial é capaz em nenhum momento de sua existência (KpV A220). “Porém, visto que ainda assim ela é necessariamente requerida como prática, ela somente pode ser encontrada em um **progresso** que avança ao **infinito** em direção àque-la conformidade plena, e é necessário, segundo princípios da razão prática pura, assumir um tal prosseguimento prático como o objeto real de nossa vontade.” (KpV A220). E ao propósito firme de prosseguimento do dever denominamos *virtude*. O homem é virtuoso quando segue e observa as máximas do seu dever (RGV B53/A50). “*Virtude* é a fortaleza da máxima do ser humano no cumprimento de seu dever” (MST A28). A virtude não pode ser

79 Cf. BRUCH, Jean-Louis. *La philosophie religieuse de Kant*. Aubier: Montaigne, 1968, p. 79.

80 Cf. BRUCH, Jean-Louis. *La philosophie religieuse de Kant*. Aubier: Montaigne, 1968, p. 80.

81 Cf. PAVÃO, Aguinaldo. *O mal moral em Kant*. Curitiba: CRV, 2011, p. 97.

82 Cf. JORGE FILHO, Edgard José. O mal radical e a possibilidade da conversão ao bem. In: *Studia Kantiana*, 2, 1, 2000, p. 99.

vista como uma habilidade para ações livres em conformidade com a lei (MST A49). Ser virtuoso não significa outra coisa senão agir sempre por *respeito à lei moral*, ou seja, por dever. Significa não ter outro motivo impulsor além da representação do dever (RGV B54/A50). Implica estar em contínua e permanente vigilância, porque, não obstante no homem a plena conformidade da vontade à lei moral seja inatingível, ainda assim, a aproximação constante é um dever (MST A53). Por isso, a supressão da luta contra o mal não pode, de maneira nenhuma, ser suprimida. O combate contra a adoção de máximas que venham a afetar o fundamento supremo da representação do dever é obrigação cotidiana. A virtude caracteriza-se como luta contra propensões adversas⁸³. Virtude é a “(...) disposição moral em **luta**, e não **santidade** na pretensa **posse** de uma completa **pureza** das disposições da vontade (KpV A151). A conversão, segundo Kant, só se torna possível mediante “(...) uma *revolução* na disposição de ânimo no homem” (RGV B54/A50). Segundo Bruch, a conversão é necessariamente uma *revolução* na *mentalidade* (*Gesinnung*)⁸⁴. Conseqüentemente, poder-se-ia afirmar que virtude, em Kant, é uma conquista, sendo esta possível tão-somente se houver em tal propósito coragem moral⁸⁵, já que “(...) a moralidade humana no seu grau mais elevado não pode ser nada mais do que virtude” (MST A9), ou seja, uma *conquista* no sentido de que “(...) o homem como ser moral tem por arquétipo a idéia racional pura de humanidade, e cuja forma de moralidade chama-se virtude, pela qual é pensada a prática ética de um homem real.”⁸⁶.

Assim, para concluir, pode-se com as teses principais de Kant frisar que (1) não obstante a santidade seja um caminho inalcançável em época alguma nesta vida (RGV B 84), justamente, (2) porque a santidade e a perfeição requerem uma disposição para agir de acordo com a lei moral e não apenas agir em uma ou outra ação específica, (3) exigindo, por conseguinte, uma observância sempre constante e vigilante, (4) diante da impossibilidade de extirpar o mal, mesmo assim, parece plausível e justificável a conversão mediante o exercício da liberdade.

83 Cf. ROHDEN, Valério. O humano e racional na Ética. In: *Studia Kantiana*, 1, 1, 1998, p. 319.

84 Cf. BRUCH, Jean-Louis. *La philosophie religieuse de Kant*. Aubier: Montaigne, 1968, p. 81.

85 Cf. ROHDEN, Valério. O humano e racional na Ética. In: *Studia Kantiana*, 1, 1, 1998, p. 320.

86 ROHDEN, Valério. O humano e racional na Ética. In: *Studia Kantiana*, 1, 1, 1998, p. 313.



Dom Luciano Cabral Duarte e sua Atuação no Campo Educativo

Anamaria Gonçalves Bueno de
Freitas¹

39



A celebração dos 90 anos de Dom Luciano Cabral Duarte foi a inspiração inicial para refletir sobre algumas das ações desse importante pastor no campo educacional, não apenas em terras sergipanas, mas também além fronteiras. Assim, tomei a liberdade de escolher alguns fatos de sua biografia relacionados com a temática².

A atuação de Dom Luciano Cabral Duarte como docente do ensino superior -na antiga Faculdade Católica de Filosofia, desde sua fundação em 1951, na Faculdade de Serviço Social, a partir de 1954, e no início da Universidade Federal de Sergipe - está registrada na memória de seus ex-alunos e ex-colegas de trabalho³. O magnetismo que exercia na sala de aula é lembrado por muitos. Entre outras qualidades marcantes estão o domínio da oratória, a erudição, a organização, a disciplina, a atualização e a competência didática.

A docência, no entanto, não foi o único espaço ocupado por Dom Luciano no campo educacional⁴. Ele também foi membro do Conselho Estadual de Educação em Sergipe, nomeado em 1963, quando assumiu a liderança da Câmara do Ensino Superior e da Comissão de Trabalho que foi instituída em função da criação da Universidade Federal de Sergipe. No Conselho Federal em Educação exerceu três mandatos, entre 1968 e

- 1 Doutora em Educação e professora do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da UFS
- 2 Texto escrito para apresentação na mesa redonda “Eixo Temático: Educação”, em 28 de janeiro de 2015, integrante da programação do “Dom Luciano Duarte: Perfis – Seminário Comemorativo dos seus 90 anos, Aracaju, 27 a 29 de janeiro de 2015. Evento organizado pelo Instituto Dom Luciano Duarte e pelo Instituto Histórico Geográfico de Sergipe.
- 3 Sobre as memórias de ex-alunos e ex-colegas de Dom Luciano Cabral Duarte, entre outros estudos indica-se a consulta de: MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano Cabral Duarte: relato biográfico*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 1981.
- 4 Maiores informações sobre a atuação de D. Luciano Duarte no ensino superior, verificar entre outras referências: LIMA, Fernanda Maria Vieira de Andrade. *Contribuições de Dom Luciano José Cabral Duarte ao ensino superior sergipano (1950-1968)*. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2009. (Dissertação de Mestrado)



1986, período no qual produziu pareceres e reflexões que ainda hoje são referência para o debate educacional.

Sua atuação na imprensa – quer seja no jornal católico “A Cruzada”, que entre 1949 e 1954 contou com a sua direção e colaboração como colunista, em Aracaju, quer seja em períodos posteriores, em outros jornais e revistas, que circularam na Bahia, em São Paulo e no Rio de Janeiro - como o “Jornal do Brasil”, a revista “O Cruzeiro”, a revista “Veja”, entre outros – enfrentou polêmicas e críticas na defesa de seus princípios e ideais. Podemos identificar também um esforço educativo na difusão do catolicismo.

Fontes e possibilidades de pesquisa

Tive a oportunidade de participar da fundação do Instituto Dom Luciano Duarte (IDLD), em 2004, que tem como presidente Carmem Dolores Duarte, bem como do primeiro projeto de catalogação de fontes do acervo pessoal de Dom Luciano Duarte, coordenado pelo Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento. Este projeto inicial foi financiado pela FAPITEC, com a presença de bolsistas da Universidade Federal de Sergipe.

Mais de 5.000 registros impressos e cerca de 1000 fotos foram organizados, nesta primeira etapa, e estão disponíveis para os pesquisadores. Entre as fontes identificamos: textos datilografados e corrigidos manualmente pelo próprio autor; cadernos com textos manuscritos; anotações de cursos (recebidos e ministrados por ele); conferências, discursos; projetos; pareceres técnicos; ainda notas e apontamentos em textos de jornais; correspondências enviadas e recebidas; coleções de jornais sobre temas específicos, como: Teologia da Libertação, Ensino Superior, Política Externa, entre outros.

Muitos dos registros tinham uma unidade temática (organizados em dossiês, atualmente), que nos fez perceber que além de assíduo leitor da imprensa local e nacional Dom Luciano, buscava uma atualização permanente em textos estrangeiros. E antes de escrever sobre qualquer assunto pesquisava e registrava suas opiniões.

Além destes aspectos há também caixas com fichas bibliográficas e temáticas, organizadas em ordem alfabética, que eram comumente utilizadas na produção de textos e conferências por Dom Luciano Duarte, prática partilhada por outros intelectuais do século XX.

De suas visitas ao exterior, além das recordações expostas no IDLD, vamos encontrar livros de viagens⁵ (de sua autoria, publicados na década

5 Recentemente o Instituto Dom Luciano Cabral Duarte reeditou alguns dos livros de viagens produzidos por seu patrono: DUARTE, D. Luciano. *Europa ver e olhar*. 3. ed. Aracaju: Instituto Dom Luciano Duarte, 2010. ; DUARTE, D. Luciano. *Índia a vôo de pássaro*. 2. ed. Aracaju: Instituto Dom Luciano Duarte, 2010.; DUARTE, D. Luciano. *Viagem aos Estados Unidos*. 2. ed. Aracaju: Instituto Dom Luciano Duarte, 2010; DUARTE, Mons. Luciano Cabral. *Hungria-1963: registros de viagem*. Aracaju: J. Andrade, 2008.

de 1960), discos, coleções de slides, catálogos de exposições e anotações - que se transformaram em artigos, conferências e aulas.

Todas estas fontes e outras, ainda em processo de catalogação, permitem analisar a trajetória de Dom Luciano em suas diferentes frentes de ação, na Igreja Católica, na educação, nos movimentos sociais e religiosos, no enfrentamento de polêmicas, entre outros.

Os escritos sobre educação

Em 2008, o Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento e eu organizamos, a pedido da presidência do Instituto Dom Luciano Duarte, um livro intitulado “Escritos sobre Educação e outros temas”⁶.

Trata-se da seleção de alguns textos de autoria de Dom Luciano, publicados em diferentes veículos e suportes que versavam sobre a temática educativa. A intenção primeira da obra era disponibilizar para leitores e pesquisadores registros que pudessem estimular a leitura, o debate e a investigação da produção intelectual do autor.

Como lembrou o Prof. Dr. Edmilson Menezes na apresentação do livro: “pensamento coerente é sempre um estímulo àqueles que não renunciaram à prática da autonomia” (DUARTE, 2008, p.7). Esta é uma das características que perpassa discursos, conferências, aulas inaugurais e pareceres recolhidos, juntamente com o estímulo ao debate, à persistência na defesa das ideias e o aprofundamento da reflexão. Composto por onze capítulos, a referida obra abrange o recorte temporal de 1953 a 1986.

Selecionei para esta reflexão, momentos diferentes em que a produção intelectual de Dom Luciano Duarte sobre educação pode nos ajudar, a compreender os ideais, os valores e as perspectivas pelos quais combateu neste campo.

Em março de 1953, Dom Luciano proferiu a aula inaugural da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, destacando a importância da instituição para o Estado. O registro do encontro de diferentes interesses para a criação da instituição – principalmente, do Governo Estadual e da Igreja Católica - o clima intelectual e educacional propícios, permitem a visualização do cenário cultural do início dos anos 50, do século XX, em Aracaju. Como afirmou Dom Luciano, ao finalizar sua preleção: “de par com os conhecimentos científicos, juntamente com as pesquisas técnicas, nós daremos aos nossos alunos a formação espiritual de suas almas, o modelamento cristão de seus corações” (DUARTE, 2008, p.21).

Na Sessão de Encerramento da VII Assembleia Geral da Associação de Educadores Católicos do Brasil, em julho de 1971, para uma plateia de 1.200 participantes, ele tratou da problemática da escola católica e da res-

6 Maiores informações verificar: DUARTE, D. Luciano. *Escritos sobre educação e outros temas*. Aracaju: J. Andrade, 2008. Todas as citações literais daqui em diante se referem a este livro.

ponsabilidade e fidelidade do educador cristão, e reafirmou a necessidade: “[...] de uma escola católica presente ao destino dos homens, uma escola católica para a alfabetização dos adultos, para a promoção dos pobres, para a formação cristã de todas as classes” (DUARTE, 2008, p.71).

Em Tóquio, em agosto de 1972, ele proferiu a conferência intitulada “Educação de adultos: fator de desenvolvimento social, o trabalho do Movimento de Educação de Base e o desenvolvimento social”, no Congresso de Educação de Adultos, promovido pela UNESCO. Neste estudo ele retomou aspectos significativos da relação entre alfabetização e desenvolvimento, bem como apresentou resultados positivos da atuação do Movimento de Educação de Base (MEB), em diversas frentes de ação, entre elas: nas escolas radiofônicas e nos processos de escolarização direta. Dom Luciano fez questão de salientar, nesta oportunidade, a missão do movimento:

[...] para o MEB, educar é conscientizar o homem de seus valores, daí decorrendo dois efeitos primordiais: a) a luta pela superação dos obstáculos à promoção social, cultural e econômica do homem marginalizado; b) a possibilidade de o homem tornar-se sujeito agente de seu destino histórico. (DUARTE, 2008, p.84).

O tema da educação de jovens e adultos será retomado na Conferência pronunciada por Dom Luciano em Persépolis no Irã em 05 de setembro de 1975, no Simpósio Internacional de Alfabetização⁷.

Da década de 1980, foram selecionados dois textos que demonstram a fundamentação teórica e o embasamento filosófico da reflexão de Dom Luciano Duarte no campo educacional. O primeiro deles trata de sua participação no Simpósio de Educação Moral e Cívica, promovido pela Comissão Nacional de Moral e Civismo do Ministério da Educação, que aconteceu em Brasília em 25 de fevereiro de 1985, intitulado: “Os valores morais, podem ensinar-se?”⁸ Dividido em uma introdução, duas partes e uma conclusão, a intervenção de Dom Luciano ressalta a importância da formação moral da juventude, e no seu encerramento ele destacou:

[...] Reconheço a audácia que tive, amigos, ao tocar em temas que ora nos apontam para cumeadas inacessíveis e em outros momentos, nos dão vertigem de quem está margeando abismos sem fundo. O homem nunca é tão homem, “tão espírito encarnado”, quanto quando se atreve a levantar os olhos de seu pó, para dar de rosto com a claridade das alturas fulgurantes. Por isso, este exercício do pensamento que quase sai de si mesmo, em busca de sua origem, é indispensável em

7 DUARTE, D. Luciano. Simpósio Internacional de Alfabetização – Persépolis, Irã – 05.09.75. In: DUARTE, D. Luciano. *Escritos sobre educação e outros temas*. Aracaju: J. Andrade, 2008. p.90-94.

8 DUARTE, D. Luciano. Os valores morais, podem ensinar-se? – Brasília, 25.02.85. In: DUARTE, D. Luciano. *Escritos sobre educação e outros temas*. Aracaju: J. Andrade, 2008. p.124-139.

nosso caminhar pelo deserto, pelo areal da vida. Perdoem-me, se lhes disse coisas desconcertantes. Nosso problema é vital. A hora é decisiva. Como afinal são as horas marcantes de todas as gerações. (DUARTE, 2008, p.138).

A defesa dos valores religiosos para a formação da juventude, também foi tema do artigo publicado no “Jornal do Brasil”, em 19 de dezembro de 1986⁹. Neste artigo, Dom Luciano retoma todas as Constituições brasileiras, na tentativa de alertar os Constituintes, que preparavam a Carta Magna de 1988, sobre a necessidade do ensino religioso nas escolas públicas. Ao enfrentar a polêmica, que envolve a questão, afirma veemente: “[...] Uma escola fechada à Religião e puramente secularizada seria uma escola do Estado, mas não seria nunca uma Escola da Nação.” (DUARTE, 2008, p.143)

Considerações Finais

43

O objetivo principal desta singela contribuição foi apresentar as possibilidades de pesquisa sobre o intelectual e educador Dom Luciano Cabral Duarte, destacando sua produção no campo da educação. Bem como, ampliar o acesso aos registros do Instituto Dom Luciano Duarte e às publicações organizadas e/ou reeditadas pelo mesmo.

Nestes breves comentários temos uma amostra da contribuição intelectual de Dom Luciano Cabral Duarte no campo educacional e de sua ação/reflexão inteligente, rigorosa, erudita, corajosa, engajada e pedagógica.

9 DUARTE, D. Luciano. Ensino religioso na escola pública. In: DUARTE, D. Luciano. *Escritos sobre educação e outros temas*. Aracaju: J. Andrade, 2008. p.140-143.





Contribuições de Dom Luciano José Cabral Duarte ao Ensino Superior Sergipano (1950-1968)

*Fernanda Maria Vieira de Andrade
Lima¹*

Boa tarde!

Quero agradecer ao Instituto Dom Luciano Duarte, através das pessoas do Prof.Dr. Edmilson Menezes e de D. Carminha Duarte, que me fizeram o convite para estar aqui participando deste momento comemorativo e significativo da vida de Dom Luciano, que repercute em um momento de construção da história cultural e social sergipana.

Neste momento, no qual fazemos parte desta mesa que reteta o eixo temático EDUCAÇÃO, versarei sobre as “CONTRIBUIÇÕES DE DOM LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE AO ENSINO SUPERIOR SERGIPANO (1950-1968)”.

Somos conscientes que Dom Luciano se envolveu com outros níveis e aspectos ligados à instrução do nosso estado e até do nosso país, mas me deterei apenas ao ensino superior e ainda, mais especificamente ao período de 1950 a 1968. O marco temporal escolhido se deve ao fato de compreender, que foi durante essa fase, que à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – FAFL – e a Universidade Federal de Sergipe – UFS foram criadas. E ainda, partindo dessa premissa, por acreditar que a atuação do padre citado, no campo educacional, tenha sido muito marcante.

Podemos nos questionar como um representante da Igreja Católica poderia influenciar na educação, mais especificamente, no ensino superior do seu Estado, quando havia profissionais da área educacional que poderia estar à frente das situações. Para isso, foi necessário buscar vestígios² de auxílio na análise e na compreensão de situações, muitas vezes, imperceptíveis; mas que contribuem com a História da Educação em Sergipe.

Suas ações demonstravam seu elevado grau de conhecimento e cultura, o que leva a crer que tenha sido este um ponto forte para ter recebido

1 Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe e graduada em Pedagogia pela Faculdade Pio Décimo. Professora da Secretaria Estadual de Educação de Sergipe.

2 GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.



convites significativos diante de funções religiosas e sociais. Já reconhecido pela cúpula católica, recebeu a convocação para atuar frente às necessárias providências de criação e consolidação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, onde foi diretor e professor de várias disciplinas importantes para os cursos ofertados³.

A História da Educação, amparada pela História Cultural, apresenta-se, particularmente, rica no sentido de abrigar diferentes possibilidades de estudo de campos temáticos atravessados pela noção de cultura; pois, segundo Chartier⁴, a história cultural “tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

É por meio dessa perspectiva, que falaremos aqui sobre às relações de força e o campo de poder vividos por Dom Luciano diante das providências para a criação e à implantação da primeira universidade pública no território sergipano.

O espaço social é compreendido através das práticas dos grupos que lutam pelo poder e dominação dos seus anseios, produzindo estratégias e práticas que tendem a impor uma autonomia dos pertencentes à determinada posição social e econômica sobre os outros menos favorecidos na sociedade; pois, segundo Abreu⁵, “os indivíduos são seres que participam ativamente da cultura da qual fazem parte, o que significa um duplo movimento de incorporação dos valores nos quais são socializados e de atuação e modificação da própria cultura”. Por isso, as representações do mundo social, assim estabelecidas, supõem-nos como um campo de concorrências e de competições.

Entretanto, a Igreja não se limitou à criação de seminários. Ela foi além, criando faculdades. A Faculdade Católica de Filosofia e a Faculdade de Serviço Social, ambas fundadas em Aracaju, nos anos 50 do século XX, foram exemplos de faculdades criadas pela Igreja.

Em 1951, a Igreja interveio no processo educacional e inaugurou a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, quando Dom Fernando Gomes era arcebispo, o qual entregou a direção do referido estabelecimento para o padre Luciano José Cabral Duarte, aluno aplicado em todos os seminários pelos quais passou, além de ser grande estudioso de Filosofia e Teologia⁶.

3 As disciplinas e os cursos ofertados na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – FAFI – serão especificados no capítulo que trata sobre essa instituição.

4 CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990, p. 16 e 17.

5 ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Artemídia Rocco: Lapa, 1996, p. 28.

6 SOUSA, José Carvalho de. *Presença participativa da Igreja Católica na história dos 150 anos da cidade de Aracaju*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2006, p. 59.

O padre Luciano buscava sempre o seu aprimoramento intelectual. E posto diante do desafio do ensino superior, que é exige aperfeiçoamento constante, pois, é nessa instância da educação, que, além da transmissão de conhecimentos, também há sua crítica, produções e descobertas⁷.

A FAFL nasceu da necessidade de uma boa formação para professores que ensinariam às novas gerações, mas também da necessidade de difundir no meio acadêmico os dogmas de fé da Igreja Católica.

O governador da época, José Rollemberg Leite, sensível às necessidades de uma melhor orientação para a juventude da época, tinha como uma de suas metas, a criação de uma faculdade de Filosofia para preparar professores, porém o Estado não dispunha de aporte financeiro para tal fim. Persistente, o governador convidou a Diocese de Aracaju para que se envolvesse no processo, garantindo uma subvenção através da Assembléia Legislativa.

No ano de 1959, Monsenhor Luciano fundou e supervisionou o campo para a prática de ensino dos alunos da FAFL, o Ginásio de Aplicação (G.A.), que, de acordo com a concepção da época, visava atender a necessidade de formação de docentes para o ensino secundário.

Formar professores capazes era uma exigência dos novos tempos que começavam na segunda metade do século XX, afinal de contas, a industrialização em massa vinha substituindo a produção agrícola em importância na economia brasileira. Sergipe não poderia perder essa oportunidade. O clero também não poderia deixar essa tarefa a leigos ou aos temidos comunistas que começaram a despontar com a organização do Partido Comunista.⁸

De acordo com Nunes⁹, as influências externas que atingiram o Brasil nessa época já encontraram o país abalado pelas “transformações socioeconômicas trazidas pela Revolução de 1930”, sendo destacada a importância da vida urbana em relação à rural. Tais transformações influenciaram bastante no sistema educacional.

Nesse sentido, Estado e Igreja se uniram para propiciar condições de formar professores com condições de se adequar ao sistema político vigente e acrescentar, à educação formal, firmes sentimentos religiosos embasados na doutrina social católica.

7 MORAIS, Gizelda. *D. Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. 1ªed. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008, p. 99.

8 Cassado desde 1928, o Partido Comunista Brasileiro voltou à legalidade em 1945. Embora tenha durado pouco na legalidade, os comunistas atuavam na clandestinidade, aderindo a ele principalmente intelectuais, dentre eles muitos professores (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL In: FLORES, Moacyr Dicionário de História do Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996).

9 NUNES, Maria Thetis. A Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, a formação da intelectualidade e a criação da Universidade Federal de Sergipe. Conferência proferida no Seminário: *O Pensamento Sergipano – cultura e religião em Luciano Duarte*. Aracaju/SE: 21 de janeiro de 2005.

Foi nesse clima que a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe foi pensada e criada, sendo aprovado o funcionamento dos cursos de Filosofia, Matemática, História e Geografia, Letras Anglo Germânicas, Letras Neolatinas e Pedagogia, por meio do Decreto publicado no Diário Oficial da Capital Federal, de nº 29.311 de 28 de fevereiro de 1951.

De acordo o Regimento Interno da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – FAFL, os seus três principais objetivos eram: “promover o desenvolvimento da cultura do espírito, como meio de formação integral do homem e da elevação moral da sociedade; estimular a investigação científica; e, preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal¹⁰”.

Fundada a Faculdade Católica de Filosofia, surgiu o desafio maior que era fazê-la funcionar. Foi nesse momento que a figura do padre Luciano Duarte foi focalizada como a de um grande lutador.

Antes mesmo da fundação da Faculdade, ainda em 1950, o padre Luciano buscava profissionais liberais e outras pessoas com formação superior, que fossem conhecidas pela sua cultura, selecionando, assim, professores para a futura faculdade. Mas a luta do padre Luciano não se resumia a conseguir professores; buscava também atrair alunos; por isso, o padre tentava convencer rapazes e moças a ingressarem na faculdade. Quando o problema era financeiro, ele reduzia, ainda mais, a mensalidade, a qual já era de um valor simbólico.

O padre Luciano, além das já citadas atribuições por ele desenvolvidas na FAFL, lecionou no curso de Filosofia. No primeiro ano, foi responsável pelas disciplinas: Introdução à Filosofia, Psicologia, e Teologia; No segundo ano, lecionou Teologia. No terceiro ano, Teologia, Psicologia e Filosofia Geral. No curso de Letras Neolatinas, ministrou aulas de Língua Latina. No curso de Didática, ministrou aulas de Psicologia Educacional.

O Jornal Católico “A Cruzada” publicou minuciosamente os primeiros passos da Faculdade e dos seus cursos, sempre exaltando a sua alta procura, o seu ótimo funcionamento, entre outros aspectos positivos que essa instituição estava proporcionando para a sociedade sergipana.

Já na pesquisa realizada por Nunes¹¹, ela justifica a pouca procura, pois, segundo a autora, o Colégio N. S. de Lourdes apresentava diversos problemas estruturais, além do fato mais agravante que seria sua localização no centro da cidade, na rua Itabaianinha, próximo ao mercado. Aliado a isso, o funcionamento dos cursos dava-se no período noturno e os pais viam com bastante preocupação o fato de suas filhas freqüentarem uma faculdade¹² mista, situada perto do mercado e da zona de prostituição.

10 Regimento da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Art. 1º (Verificar Anexo II).

11 NUNES, Marta Suzana Cabral. *O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968)*. São Cristóvão/SE: Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2008, p. 30 (Dissertação de Mestrado).

12 Fato bastante novo na vida do Estado, pois o “normal” era que os homens fizessem o curso superior, cabendo às mulheres o magistério, através dos cursos pedagógicos.

A contradição encontrada nas fontes citadas nos leva a concluir que, possivelmente, como o jornal é um meio de propaganda, decidiu enfatizar a procura como meio de atrair alunos. E, para o Padre Luciano esse era mais um fator de preocupação e desgaste.

Apesar de parecer contraditório, na época, a carência desse nível de ensino fez com que houvesse a preocupação de implantação do ensino superior; no entanto, quando a Faculdade já estava em funcionamento, a escassez de matrículas punha a instituição em difíceis condições financeiras.

Fazendo a avaliação de dez anos de funcionamento da FAFI, na Revista da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe¹³, encontramos a informação de que a FAFI começou a funcionar com quatro cursos: Filosofia, Geografia e História, Letras Anglo-Germânicas e Matemática. Em 1952, começou o curso de Línguas Neo-Latinas. Até o ano de 1961, não havia começado a funcionar a Faculdade de Pedagogia. Os cinco cursos funcionaram regularmente até 1957. A partir do ano seguinte, os cursos de Filosofia e Matemática foram suspensos, haja vista a falta de alunos¹⁴ e as dificuldades financeiras por que passava a Faculdade. Nos dez anos de funcionamento, a Faculdade diplomou 72 alunos, sendo dois em Matemática, cinco em Filosofia, 28 em Geografia e História, 31 em Letras Neo-Latinas e 6 em Letras Anglo-Germânicas. Além disso, conferiu grau de Bacharel a oito alunos, sendo um em Filosofia, um em Matemática, dois em Letras Neo-latinas e quatro em Geografia e História.

O aperfeiçoamento dos professores era uma grande preocupação da Faculdade. Devido a essa necessidade de aperfeiçoamento, o padre Luciano foi para a França estudar Filosofia na Sorbonne; o professor de Inglês, Paulo Nascimento, foi para os Estados Unidos para aperfeiçoar a língua. Outro professor, José Silvério Fontes, foi para a França, porém retornou por motivos de saúde. Em 1958, a Diretora do Ginásio de Aplicação, Rosália Bispo dos Santos, recebeu uma bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES¹⁵ – para um ano de estudos de Francês no Rio de Janeiro. Em 1960, a bolsa foi destinada à Vice-Diretora. Também no final de 1960, Dom Luciano foi para os Estados Unidos com uma bolsa de estudos de quatro meses para observar o ensino de Psicologia Educacional¹⁶.

Diante do exposto, visualizamos que Sergipe, tendo passado tantos anos sem possuir cursos de ensino superior para levar seus jovens ao caminho do conhecimento e da intelectualidade, foi agraciado, na década de 50 do

13 ROTEIRO DE UM DECÊNIO. In: *Revista da Faculdade Católica de Filosofia*. Nº 01, ano 1. Aracaju, 1961, p. 221-222.

14 Durante o ano de 1957, os dois cursos, nas três séries, contavam com apenas três alunos.

15 A CAPES, é uma agência de fomento à pesquisa brasileira que atua na expansão e consolidação da pós graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados do Brasil.

16 ROTEIRO DE UM DECÊNIO. In: *Revista da Faculdade Católica de filosofia*. Nº 01, ano 1. Aracaju, 1961, p. 223.

século XX, com o surgimento da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – uma instituição que, além de ter facilitado o acesso à cultura superior, também promoveu a formação de professores para o ensino secundário.

Essa Faculdade surgiu como marca registrada pela apreciável intenção do Governador do Estado, Dr. Gonçalo Rollemberg Leite, e da ação do Bispo Dom Fernando Gomes, que escolheu, de maneira sábia, o padre Luciano Duarte para ficar à frente de todo o processo de criação e funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

É lúcido fazer referência à atribuição da Igreja frente à formação do mundo civilizado. E, foi isso que, em terras sergipanas, o então padre Luciano Duarte se engajou em pôr em prática tal projeto, ainda que enfrentando dificuldades estruturais e financeiras, além das ideológicas, que, por algumas vezes, gerou polêmicas e dificultou o andamento das atividades.

A Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe¹⁷ foi uma significativa instituição superior que cumpriu sua missão formadora de professores. Estes, posteriormente, assumiram carreiras profissionais de destaque nas reconhecidas instituições de ensino do Estado e na primeira Universidade de Sergipe. Sua projeção se deve ao empenho do então padre Luciano Duarte, ao desejo dele de ver prosperar o panorama da inteligência em sua terra e ao apoio dos docentes que, mesmo tendo que sobreviver às dificuldades salariais, não negaram abraçar a causa.

Sergipe iniciou a década de 60 do século XX com seis faculdades em funcionamento (Faculdade de Ciências Econômicas, Escola de Química de Sergipe, Faculdade de Direito, Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, Faculdade de Serviço Social e a Faculdade de Medicina), o que ampliou as possibilidades para um possível surgimento de uma universidade.

Apesar de ser considerado o menor Estado pertencente ao Brasil, mostrou que acompanhava tanto quanto os maiores Estados, os acontecimentos e as inquietações que o mundo vivia, durante a segunda metade do século XX, no momento em que era possível notar a busca pelo progresso em todo o país, o qual, mesmo abalado pelas transformações sócio-econômicas, apresentava a visível importância que as áreas urbanas vinham adquirindo para o status médio da população, anseios manifestados na busca de solução dos problemas educacionais e surgimento das universidades em meio à crise do pensamento e do monopólio intelectual da Igreja, das descobertas científicas, das transformações técnicas e econômicas. Foi nesse mesmo cenário que emergiu a idéia da criação da primeira universidade em terras sergipanas, sendo ela de caráter público.

O padre empenhou-se na nova missão e iniciou as viagens com o objetivo de buscar as orientações necessárias e os elementos exigidos pela lei

17 Ver Anexo IV.

e pelas exigências governamentais. Na época, Sergipe era o único Estado nordestino que não possuía uma universidade, então isso parece ter instigado mais ainda o Padre a buscar a realização do sonho de muitos jovens estudantes que desejavam condições de expansão cultural, social, política e econômica, desobstruindo, dessa forma, os obstáculos que os impediam de se integrar na realidade do progresso brasileiro e suprir as necessidades e os anseios da população.

Com todas as Faculdades em funcionamento, aconteceram reuniões com seus diretores, para que fosse posta em prática a congregação de todas elas, posto que a criação de uma universidade era necessária. Opiniões ora se entrelaçavam, ora divergiam, mas havia a consciência da não condição de continuidade de algumas das Faculdades, caso a Universidade não surgisse, por questões de abalos financeiros.

Com exceção da Faculdade de Medicina, que funcionava no Hospital Cirurgia, todas as demais possuíam prédio próprio, seja do Estado, seja da própria entidade. Isso significa bom indício para o funcionamento dessas instituições, porém ainda assim não haveria um desenvolvimento educacional satisfatório se não fosse solucionada a situação de todos os professores que nelas trabalhavam e que recebiam salários simbólicos; em algumas delas, eles recebiam salário mínimo e em outras, o que fosse possível à instituição pagar. No entanto, a única solução encontrada para resolver tal problemática foi à federalização; dessa maneira, mobilizaram-se, com apoio político, para conseguir do Governo Federal a criação da Universidade Federal de Sergipe.¹⁸

Em pleno período de revolução, marcado pela tutela militar, com o objetivo de combater a subversão e reorientar a política nacional, o padre Luciano estava à frente dos embates e das repercussões, mas não temeu, seguiu adiante, e alguns fatores lhe facilitaram tolerar pressões e mal entendidos que retardavam a mais rápida efetivação do processo existencial de uma universidade em Sergipe. Foram eles: sua posição como clérigo, que tinha suas ações reconhecidas com louvor pela Igreja; ciclo de amizade com pessoas de influência social, cultural e política, o fato de ser membro do Conselho Estadual de Educação e a oportunidade de ter sido nomeado Bispo no ano de 1966. Tais fatos possibilitaram um maior reconhecimento da sua pessoa e agilidade de todo processo burocrático para a criação de um segmento de tamanho porte.

Foi nesse clima ditatorial que o projeto da Universidade em Sergipe se desenvolveu. As divergências eram crescentes, especialmente, no que se refere ao combate dos adversários da revolução. Na época, a política do Ministério da Educação e do Estado Ditatorial era de só admitir Universidades Federais criadas na forma jurídica de fundação, seguindo padrão

18 MACHADO, Manoel Cabral. Entrevista concedida à autora em 23 de março de 2005. Aracaju/SE.

de todas as universidades surgidas após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1961, e não mais de Autarquia, que, em sua concepção, evidenciava a existência de empregos altamente remunerados, o que ia de encontro à cultura e à política econômica do país, na época. Essa exigência do Governo Federal causou desavenças e incompreensões.

A temeridade quanto ao fato de que interesses americanos fossem impostos na nova universidade e que a dominação dos estudantes brasileiros viesse a acontecer, como nos modelos americanos, trouxe a lembrança de que Dom Luciano Cabral Duarte teve oportunidades de visitar universidades diversas, em outros países; inclusive, nos Estados Unidos, como nos comprova citação retirada de documento: “Em 1961, o Diretor da Faculdade de Filosofia é agraciado pela Embaixada Norte-Americana com uma “bolsa de estudos” sobre o ensino nos Estados Unidos, onde passa quatro meses, observando a vida universitária naquele país”¹⁹.

Existiu o receio de que Dom Luciano Duarte direcionasse o perfil da futura universidade para os filhos da elite, assim como fez a Igreja ao implantar as Pontifícias Universidades Católicas (PUC's); posto que a instituição seria construída com verbas públicas, com padrões elevados de qualidade, porém, com taxas a serem pagas pelos alunos.

O que percebemos é que, há muito, pretendia-se uma universidade para Sergipe. A população acreditava que ela chegaria; todavia, as opiniões divergiam e punham em exposição a sua vinda por meio das mãos de Dom Luciano Cabral Duarte, representante de um poder católico, de direita, conservador e dominante, que poderia denotar que a Universidade seria paga e poderia sofrer ingerências norte-americanas.

Enfim, os embates aconteciam. As divergentes representações marcavam a história da Universidade de Sergipe e a definição, por uma das formas de regime jurídico a ser adotado, permanecia. Apesar da duplicidade de anseios, era notório o desejo de todos, para que fosse adotado o regime que proporcionasse melhor condição à Universidade, a fim de que a mesma fosse criada e instalada, movimentando recursos materiais e humanos, projetando dias melhores para as pessoas que dela iriam fazer parte e para todo o Estado.

Impasses não faltaram. Inclusive por parte do Ministério da Educação, que através de seus relatores apresentou a dificuldade em agilizar os encaminhamentos. O Monsenhor Luciano Cabral Duarte viveu momentos desgastantes e conflituosos, pois era ele quem estava à frente do processo tão esperado da Universidade Federal de Sergipe.

Foram três relatores que passaram pelo caso da criação da universidade em Sergipe, o sergipano José Barreto Filho, o paraibano Durmeval

19 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Galeria dos ex-presidentes: Conselho Diretor. Aracaju/SE: Centro de Impressão Eletrônica Universidade Federal de Sergipe, 1998, p.10-14.

Trigueiros e por fim, Newton Sucupira. Este último visitou Aracaju em setembro de 1966, com o objetivo de manter contato com as Faculdades.

Durante a visita na Faculdade de Direito de Sergipe, o Dr. Newton Sucupira teve a companhia do Monsenhor Luciano e do Diretor da casa, o Dr. Gonçalo Rollemberg Leite. Fora do esperado, aconteceu um incidente. Um grupo de estudantes realizou protesto contra a universidade “vinda das mãos de Dom Luciano Duarte”²⁰.

Em primeiro de novembro de 1966, Dom Luciano Duarte recebeu telegrama do Dr. Newton Sucupira, convocando-o para comparecer ao Rio de Janeiro, a fim de acompanhar a apresentação do parecer, que aconteceria na semana de seis a treze de novembro²¹.

Enfim, a apresentação do parecer do Dr. Newton Sucupira à Câmara de Ensino Superior aconteceu no dia nove de novembro, contando com a participação dos seis Conselheiros componentes da Câmara, que debateram, julgaram e decidiram pela aprovação unânime do parecer do Conselheiro Newton Sucupira. No entanto, ainda não foi neste momento que os fatos se resolveram, uma vez que surgiu a necessidade de enviar o processo para apreciação do Ministério da Fazenda, que deveria observar a existência de fundos disponíveis para a criação de uma nova universidade, já que um ano antes tinha sido adotada, pelo Conselho Federal de Educação, uma Resolução que decidia não mais se criar Universidade Federal, tendo em vista que o Fundo Nacional do Ensino Superior se encontrava superonerado. Esta etapa foi também difícil, pois, levantada pelo Conselheiro Celso Kelly²², que apresentava posição não de oposição, mas de abstinência em votar o parecer, o mesmo fora aprovado, mesmo sem seu voto.

Com o projeto aprovado, faltava apenas o Presidente da República assinar o decreto, autorizando a instalação da Universidade de Sergipe, o que veio a se tornar realidade no dia 28 de fevereiro de 1967, quando o Presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, assinou o Decreto-Lei nº 269, que criou a Fundação Universidade Federal de Sergipe, realizando, enfim, um sonho.

Há muito que se vislumbrou que se chegasse o dia da criação da Universidade; afinal, foi uma luta empreendida por intelectuais sergipanos, mas que terminou envolvendo outras pessoas da sociedade, na tentativa de vencer os obstáculos e as incompreensões que caracterizaram o cenário educacional e político sergipano.

20 Expressão encontrada na entrevista a Dom Luciano Duarte, realizada pelo jornal “A Cruzada”. Relator do Processo da universidade em Sergipe. *A Cruzada*. Ano 48, nº1170. Aracaju/Se, 24 de setembro de 1966, p.8.

21 Universidade à vista. *A Cruzada*. Ano 48, nº 1177. Aracaju/SE, 19 de novembro de 1966, p. 10.

22 Na época, professor da Universidade do Brasil.

Ainda em 1967, no dia 07 de março, o Bispo Luciano Duarte foi nomeado membro do Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal de Sergipe, composto por seis membros²³, que elegeram também o Bispo como o primeiro Presidente, cargo ocupado durante três mandatos consecutivos de dois anos cada um.

Com a Universidade já criada, a instalação só veio a acontecer em 15 de maio de 1968, incorporando seis Faculdades que a formavam e que ocupavam prédios espalhados pela cidade de Aracaju, que, doados à Fundação, constituíram o seu patrimônio inicial.

A Universidade Federal de Sergipe foi constituída somente em 1968, com dez cursos, 576 alunos, e 168 professores. Ao ser organizada, a instituição foi vista pelas elites locais como uma agência formadora que retiraria das famílias mais poderosas o ônus financeiro e afetivo de apartar-se dos seus filhos que, antes, tinham a necessidade de migrar, principalmente para a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, a fim de concluir os estudos universitários²⁴.

A cerimônia de instalação aconteceu no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, contando com a presença do Ministro da Educação, Raymundo Muniz de Aragão, além de outras personalidades sergipanas, num momento tão significativo para a vida acadêmica do Estado de Sergipe.

Os episódios, as repercussões e as variantes incompreensões deixaram marcas lamentáveis, as quais servirão para mostrar que a persistência dos envolvidos, no processo, ultrapassou e venceu os obstáculos encontrados. Iniciava-se nova realidade em solo sergipano, trazendo a esperança da transformação do panorama social, educacional e cultural.

23 Eram também Conselheiros o Dr. Lauro de Britto Porto, Dr. Clóvis Conceição, Dr. Manoel Aquiles Lima, Dr. João Moreira Filho e Dr. Eduardo Vital Santos Melo.

24 NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas de Carvalho do [et.al.]. Educação Superior em Sergipe 1991 – 2004. In: *Educação Superior Brasileira: 1991 – 2004*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, p. 25- 26.



“Lutando com as Mãos Vazias, certos das Nossas Certezas”: Luciano Duarte e a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe

João Paulo Gama Oliveira¹

Resumo:

No presente trabalho o foco incide sobre um dos sujeitos fundamentais na história da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: Luciano José Cabral Duarte. Analisa-se a atuação do religioso como diretor da instituição, desde os primeiros passos, a inauguração em 1951 e mesmo diante da incorporação a Universidade Federal de Sergipe em 1968. Diante das investigações empreendidas por meio de fontes como cartas, jornais, relatórios semestrais da FCFS e depoimentos orais, salienta-se as constantes viagens nacionais e internacionais do sacerdote, a sua “rede de sociabilidade” que perpassava o “campo” político, religioso e educacional e de alguma forma respingavam de maneira positiva na FCFS, seja na aquisição de verbas, material ou novas contratações de professores. Tudo isso culminou na consolidação da FCFS como um marco na formação de professores e de alguns pesquisadores em distintos campos do saber em Sergipe.

Palavras-chave: História do Ensino Superior. Faculdade de Filosofia. Luciano Duarte.

Abstract

In this work the focus is about one of the fundamental person on history of Faculdade Católica de Sergipe: Luciano José Cabral Duarte. Analyse the religious performance of as director of the institution, since the first steps, the inauguration in 1951 and even on the Universidade Federal de Sergipe incorporation in 1968. On the investigations undertaken through sources such as letters, newspapers, semi-annual reports of FCFS and oral testimonies, noted the constant national and international travels of the priest, his “network of sociability” permeating the “field” political, religious and educational and somehow reflected positively on FCFS, either in the acquisition of resources, material or new hiring teachers. All this culminated in consolidation of FCFS as a landmark in the formation of teachers and researchers in different fields of knowledge in Sergipe.

Keywords: History of Higher Education. Faculty of Philosophy. Luciano Duarte.

55



1 Doutorando em Educação pela UFS. Mestre em Educação pela UFS.



É belo trabalhar por um salário. Jesus Cristo mesmo disse: o operário é digno de seu salário. Porém, é mais belo ainda trabalhar por um ideal, mesmo sem a compreensão material equivalente. Nós éramos um grupo liderado invisivelmente pela figura de Dom Quixote, lutando com as mãos vazias, certos das nossas certezas².

As palavras do Monsenhor Luciano José Cabral Duarte, na comemoração dos quarenta anos de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS)³, instituição criada em 1951 sob os auspícios da Igreja Católica com subvenções do Estado de Sergipe, sendo Luciano Duarte um dos idealizadores, diretor e professor, fornece alguns “indícios” das práticas ocorridas naquela pioneira instituição de ensino superior. Da citação exposta pode-se sublinhar a questão do salário dos funcionários da instituição, bem como o “ideal” que guiava aquele grupo.

56

No ano de 1950, período que ainda se organizava a implementação da FAFL, depois de tomadas as primeiras providências, conseguindo a subvenção de CR\$ 100.000 anuais do Governo do Estado⁴, o processo de criação da FCFS foi encaminhado ao doutor Jurandir Lodi, diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação no Rio de Janeiro, aguardando a autorização do Conselho Federal de Educação. Com a visita do inspetor federal do Ministério da Educação, Hermilo Guerreiro, tendo em vista verificar as condições para o início das atividades da futura Faculdade Católica de Filosofia a tarefa era divulgar a faculdade que estava prestes a funcionar.

Ainda no final daquele ano, Luciano Duarte escreveu uma matéria “explicativa” no Jornal A Cruzada (19 de novembro de 1950, ano XVI, nº 677) sobre o significado de uma Faculdade de Filosofia para o povo sergipano, numa tentativa de legitimar um projeto do qual ele era uma dos principais membros. Somadas à citada matéria, atrelavam-se notícias sobre a instalação da instituição de ensino superior quase semanalmente, quando em 11 de março 1951, o Jornal A Cruzada (Ano XVII, nº 692) publicou a manchete: “Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe” e ali constava o decreto publicado no Diário Oficial da Capital Federal, de nº 29.311, de 28 de fevereiro de 1951, o qual “Concede autorização para funcionamento de cursos na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe”.

- 2 DUARTE, Dom Luciano José Cabral. *Palavras de Dom Luciano na Celebração da Missa em Comemoração aos 40 anos da FAFL*. Texto não publicado, datilografado, com anotações e correções a mão. 15 de Maio de 1991.
- 3 Sobre a história da FCFS, ver: OLIVEIRA, João Paulo Gama. *A formação do professor de História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: entre disciplinas, docentes e conteúdos (1951-1962)*. São Cristóvão-SE: Editora UFS: 2013.
- 4 Tal subvenção foi instituída pelo Decreto nº 221, de 15 de Junho de 1950, publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe em 17 de junho de 1950, Ano XXII, nº 10.766, Aracaju - SE. Além dessa, também foi concedida pelo prefeito do município de Aracaju uma subvenção anual de quarenta e oito mil cruzeiros pela Lei nº 77 de 23 de outubro de 1951, publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe em 26 de outubro de 1951, Ano XXIII, nº 11.157, p. 3 e 4.

Segundo Morais⁵, em maio de 1950 o Padre Luciano Duarte visitou as Faculdades de Filosofia de Recife, ouviu também as experiências de D. Carlos Camélio de Vasconcelos Mota, cardeal arcebispo de São Paulo, e de D. Antônio dos Santos Cabral. Logo depois das visitas e conversas, começou a estruturação da Faculdade com a ativação de uma *rede de sociabilidade*⁶ liderada principalmente pelo Padre Luciano Duarte, o primeiro diretor da nascente escola de ensino superior⁷.

Convidando professores de porta em porta, pedalando sua bicicleta⁸, ou mesmo com a participação de outros docentes, já anteriormente empenhados na criação da instituição, Luciano Duarte organizou um grupo, com experiência na docência e reconhecidos no *campo*⁹ educacional. Os docentes da FCFS eram médicos, dentistas, advogados, engenheiros, e poucos licenciados, como Maria Thétis Nunes e Cleonice Xavier de Oliveira.

Diante do exposto, o foco do trabalho incide sobre um dos sujeitos fundamentais na história da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, desde os primeiros passos, a inauguração em 1951 e mesmo da sua incorporação a Universidade Federal de Sergipe em 1968, analisa-se a atuação do seu primeiro diretor e também professor, Luciano José Cabral Duarte.

- 5 MORAIS, Gizelda. D. Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008.
- 6 As “estruturas de sociabilidade” são entendidas, conforme explica Sirinelli, para este pesquisador: “Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de aprender, mas que o historiador não pode enganar ou subestimar”. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) **Por uma história política**. 2. ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.
- 7 O Padre Luciano José Cabral Duarte configura-se como um dos pilares fundamentais na construção da FCFS como também do ensino superior sergipano. Segundo Lima (2009), Luciano Duarte, nascido em 21 de janeiro de 1925, na rua de Japarutuba, Aracaju – SE, fez seus estudos primários na “Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe”. Em Aracaju, primeiramente ingressou no Seminário Menor na capital sergipana, e logo depois em 1942 foi admitido no Seminário provincial de Olinda em Pernambuco, onde cursou dois anos de Filosofia e um de Teologia. Em 1945 ingressou no Seminário Central de São Leopoldo/RS, onde terminou seus estudos, sendo ordenado sacerdote em 1948, com 23 anos de idade. Foi diretor e professor de Grego e Latim no Seminário Menor de Aracaju, dirigiu o Jornal A Cruzada, de 1949 a 1954, além de diretor da FCFS, de 1951 a 1954 e de 1958 a 1968, lecionou Latim, Psicologia, Teologia, Filosofia, Conversação Francesa e Psicologia Educacional. Ainda em 1954 bacharelou-se em Teologia pela Faculdade de Teologia de São Paulo; nesse mesmo ano viajou a Paris, permanecendo até o ano de 1957, quando recebeu o título de doutor em Filosofia com a mais alta menção da Sorbonne. LIMA, Fernanda Maria Vieira de Andrade. **Contribuições de Dom Luciano José Cabral Duarte ao Ensino Superior Sergipano (1950-1968)**. São Cristóvão-SE: Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2009 Dissertação (Mestrado em Educação).
- 8 Segundo NUNES, Maria Thétis. Professora do Curso de Geografia e História da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 15 de agosto de 2007. Aracaju-SE.
- 9 Para Pierre Bourdieu “[...] os campos são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Um campo não se orienta totalmente ao acaso. Nem tudo nele é totalmente possível e impossível em cada momento” (BOURDIEU, Pierre. O campo intelectual: um mundo à parte. In: **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 169-180

O comando da instituição recaía sobre o diretor, a Congregação e o Conselho Técnico Administrativo (CTA), conforme o Regimento Interno da FCFS (s/d). A primeira reunião da Congregação ocorreu em 12 de março de 1951, presidida pelo bispo Dom Fernando Gomes¹⁰ e tinha como objetivo a eleição do diretor. Foram indicados os nomes dos padres Luciano Duarte, Euvaldo Andrade e Artur Pereira, sendo escolhido e nomeado o primeiro. Possivelmente a eleição cumpria apenas um caráter burocrático, uma vez que o Regimento da Faculdade deliberava a escolha para o cargo de diretor um nome que compusesse uma lista triplíce. Mas o cargo já era “exercido” pelo Padre Luciano Duarte mesmo antes da fundação efetiva da instituição superior de ensino, quando esse fez a faculdade funcionar, convidou professores para lecionar, organizou o local das aulas, divulgou o primeiro concurso de habilitação, entre outras ações do religioso.

58

Sendo assim, após a nomeação do diretor, aconteceu a eleição de seis membros para o CTA, a saber: Padre Euvaldo Andrade, Gonçalo Rollemberg Leite, Felte Bezerra, Manuel Ribeiro, Lucilo da Costa Pinto e José Barreto Fontes. O CTA tinha a função de um órgão deliberativo e estava subordinado à Congregação da instituição. Mas na FCFS, essa relação era muito intrínseca e boa parte dos professores lecionavam na Faculdade a convite do Padre Luciano Duarte que presidia a reunião de ambos os órgãos administrativos, o CTA e a Congregação.

Pela figura de diretor, sacerdote e amigo dos docentes ali reunidos, dos quais alguns estavam em ambos os órgãos, percebemos, pela análise das atas, que a maioria das decisões ficava centralizada no diretor. Nas

10 Em trabalho intitulado “Presença participativa da Igreja Católica na História dos 150 anos de Aracaju”, Mons. José Carvalho de Sousa (2006) nos diz que Dom Fernando Gomes dos Santos foi transferido da Diocese de Penedo – AL no dia 31/10/1948 para a Diocese de Aracaju, com o intuito de substituir Dom José Thomaz. Dom Fernando Gomes assumiu como bispo a diocese no período de 1949 a 1957. Dentre as contribuições apontadas pelo referido autor, destacam-se as ações educacionais como a participação na criação da FCFS, como uma instituição necessária para a formação das novas gerações de professores. Dom Fernando Gomes entregou a direção da Faculdade ao então padre Luciano Duarte, além de contribuir também para a criação da Faculdade de Serviço Social, na qual contou com a participação direta das Irmãs Missionárias de Jesus Cristo Crucificado. SOUSA, José Carvalho de. **Presença Participativa da Igreja Católica na História dos 150 anos de Aracaju**. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2006. Em crônica sobre os dez anos da FCFS, Monsenhor Luciano Duarte assim descreve a participação de Dom Fernando Gomes: “O surgimento da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, em 1951, se deve ao bispo de extraordinária coragem e lucidez que foi entre nós, Dom Fernando Gomes. A oportunidade da criação da Faculdade surgiu. Ele reuniu seus padres pesou as dificuldades, sentiu a escassez de meios, mas a grandeza da obra era mais importante que tudo, e ficou decidida que a Faculdade seria criada, e assim se fez” (Jornal A Cruzada, 23 de setembro de 1961, Ano XXV, nº 1.220).

reuniões poucos embates eram travados – ou não eram registrados nas atas, exceto quando os alunos do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo entravam em pauta¹¹.

Deste modo, a figura presente e responsável pelas decisões da FCFS nos diferentes âmbitos era o seu diretor. Este contou com o apoio de Gonçalo Rollemberg Leite e frei Edgar Stanowski no cargo de vice-diretor, em diferentes períodos, e do Padre Euvaldo Andrade, que de início era secretário do CTA e depois assumiu a direção da instituição entre 1954 e 1957, período de estudos do Padre Luciano Duarte na França.

Na parte administrativa da Faculdade trabalharam: Hélio de Souza Leão, Wellington Elias, além de Maria Ariosvalda de Santana Teles, Josefa Dinorah Nunes Siqueira e Maria Leonor Teles de Santana. Já a biblioteca ficava sob a responsabilidade de Valdice Pereira Gomes. Em depoimento concedido a Morais¹², ela relata sua experiência como bibliotecária da FCFS, seu curso superior em Biblioteconomia na Bahia, feito com uma bolsa de estudos obtida por Dom Luciano Duarte. A senhora Dinorah Siqueira também ficava responsável pelo controle da frequência dos discentes. O ex-aluno, Alexandre Felizola Diniz, assim descreve essa rotina na Faculdade:

Havia controle de frequência, que ele (Padre Luciano Duarte) fazia questão de mandar uma funcionária ir de sala em sala. O professor estava dando aula, ela entrava e contava os alunos, via os alunos e marcava na caderneta. [...] Eu mesmo faltava muita aula, mas Dona Dinorah não me botava falta, eu

- 11 Um exemplo pode ser considerado a XIX Reunião da Congregação da FCFS de 05/06/1962, entre outras discussões, tratava-se da greve dos alunos da instituição reivindicando participação no CTA e na Congregação. Após intenso debate, foram colocadas em pauta as propostas de alguns professores e a sugestão do diretor que deixava claro o fato de a congregação não resolver nada sobre pressão da greve dos alunos e que o CTA deveria fazer a reforma do regimento após obter a Regulamentação das Leis de Diretrizes e Bases (1961) e de instruções do Conselho Nacional de Educação. Enquanto isso não fosse resolvido, ficaria um estudante no CTA e um estudante na congregação. Após a votação, a proposta do diretor venceu por doze votos a três, contando com uma abstenção, possivelmente do presidente do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, Alexandre Felizola Diniz (RELATÓRIO SEMESTRAL DA FCFS – 1962/1). A atuação do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo muitas vezes provocou acirrados embates com a direção da Faculdade. Greves e contestações faziam parte desse diretório. Interessante observar como os alunos conseguiam manter uma boa relação com a direção mesmo com tantos protestos. Segundo Diniz (2010), “[...] tudo era muito pequeno”. Alguns alunos do curso de Geografia e História participaram do diretório como também da União Estadual dos Estudantes Sergipano, dentre outros, cabe destacar o nome de José Alexandre Felizola Diniz, ex-presidente da citada união de estudantes, preso durante o período militar. O Diretório Jackson de Figueiredo, como parte da estrutura da FCFS, merece um estudo próprio, não sendo assim explicitado neste trabalho. Com relação os movimentos estudantis universitários em Sergipe, ver CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985.** Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFBA. 2012.
- 12 MORAIS, Gizelda. D. **Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico.** Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008.

ia fazer política estudantil e dizia a Dona Dinorah: to saindo, e ela: 'pode ir!' E não me colocava falta (risos)¹³.

Essa fala de Diniz aponta para o cotidiano dos alunos na instituição e algumas das normas da instituição para o controle de determinadas práticas, como a saída durante o horário de aula e a vigilância que o diretor buscava impor. Merece ser também mencionado o fato de a faculdade funcionar à noite concentrando majoritariamente estudantes mulheres, quebrando um tabu na sociedade aracajuana de meados do século XX. Para Thétis Nunes, no texto "Amigos de Dom Luciano. Meus Amigos":

As aulas eram noturnas, o que ocasionaria grande impacto na tranqüila vida provinciana de Aracaju na época. Quebrava-se o tabu de moças saírem sozinhas à noite. Recordo-me que uma das alunas vinha acompanhada por uma jovem empregada que dormia no fundo da sala. Com a malícia própria do estudante, as alunas apelidaram a colega de Sinhá Moça¹⁴.

60

Diante desses problemas referentes à localização do colégio cedido para a faculdade no turno da noite, a construção da sua sede era uma necessidade, além de concretizar materialmente a instituição diante da sociedade sergipana. Segundo o periódico *A Cruzada*, edição de 4 de abril de 1959 (Ano XXIV, nº 1082), a inauguração da parte principal da nova sede da FCFS ocorreu em 29 de março de 1959 e contou com a presença do então governador do estado Luís Garcia; do bispo Dom José Távora, professores, estudantes, sacerdotes, reunindo parte considerável da intelectualidade sergipana de outrora.

Pelo discurso de inauguração com tom de agradecimento do diretor, notamos o quanto os políticos locais contribuíram para a construção do novo prédio. O religioso cita os nomes de: Durval Cruz, Lourival Fontes, Júlio Leite, José Rollemberg Leite, Arnaldo Garcez e Leandro Maciel. Fica nítida a existência de uma profícua relação entre a FCFS e os representantes políticos da época, como também o reconhecimento social angariado por essa instituição educacional de formação docente.

A faculdade deixa o espaço do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, local onde funcionou por mais de oito anos, para construir um novo ciclo na sua história. Entretanto, as dificuldades com relação às obras continuaram. Em carta a Armando Barcelos, pessoa com quem Monsenhor Luciano Duarte mantinha constantes correspondências, o diretor descreve:

As obras da Faculdade estão indo, em ritmo lento. Já recebemos os móveis do salão da Congregação (Pequeno Auditório), cuja

13 DINIZ, José Alexandre Felizola. Ex-aluno do curso de Geografia e História da FCFS. Entrevista concedida a João Paulo Gama Oliveira em 1º de Junho de 2010. Aracaju-SE.

14 NUNES, Maria Thétis. *Amigos de Dom Luciano. Meus Amigos*. Não publicado. S/D.

fitas de inauguração o sr. cortará em breve. Infelizmente, não se conseguiu que o Presidente não cortasse os 30% das verbas. Até das subvenções ordinárias esta porcentagem foi cortada. Paguei há poucos dias a última promissória do terreno [...]”¹⁵

Em 16 de agosto desse mesmo ano, tendo obtido a resposta de Armando Barcelos, o diretor agradece as verbas conseguidas e relembra, como tantas outras vezes, a necessidade de verbas maiores para a conclusão das obras, subvenção esta que estaria em votação no Senado. Em outra correspondência, agora a Luís Alfredo da Silva, o Monsenhor agradece o envio do número do Diário Oficial da República contendo o decreto que concede autorização de cinco milhões de cruzeiros para as obras da FCFS.¹⁶

Faz-se necessário salientar que o Armando Barcelos, no ano de 1958, sugeriu ao diretor que seguisse os diversos parlamentares sergipanos em busca de parcelas das seções ordinárias para a instituição. Como afirmou o próprio Monsenhor, de tanto enviar cartas e telegramas solicitando verbas já ficava “com acanhamento de falar-lhe em tantos aspectos do permanente problema financeiro da Faculdade. O sr., que se constitui como nosso patrocinador, irá tendo paciência”¹⁷.

Com sede própria, a FCFS tinha autonomia para usar o seu espaço nos três turnos, e a assim o fez. Em resposta ao ofício enviado por José Carlos Marques, então coordenador dos Jogos da Primavera em Aracaju SE, Monsenhor Luciano Cabral Duarte assinalava não poder atender à solicitação de empréstimo da quadra de esportes, uma vez que:

[...] o prédio da Faculdade tem que funcionar nos três expedientes de cada dia: pela manhã, todas as aulas da Faculdade; pela tarde, todas as aulas do Colégio de Aplicação; pela noite, temos as aulas do Instituto de Pesquisas Sociais da FCFS, além das aulas do pré-vestibular que prepara candidatos ao concurso de habilitação do próximo ano¹⁸.

Com a construção da primeira parte do prédio, buscou-se concluir as demais instalações. Com o fim dessa etapa já em meados da década de 1960, o desejo do diretor consistia em “ir preparando, aos poucos, a renovação do quadro dos nossos professores”, como afirmou em carta enviada a José Calasans em 1965, na qual pedia bolsa de estudos para uma aluna do curso de Geografia na Bahia. Solicitou ainda que fosse paga sua estada, uma vez que ela era de família humilde.

15 DUARTE, Luciano José Cabral Duarte Carta ao doutor Armando Barcelos, 8 de agosto de 1961.

16 DUARTE, Luciano José Cabral Carta a Luís Alfredo da Silva, 7 de junho de 1962.

17 DUARTE, Luciano José Cabral Duarte Carta ao doutor Armando Barcelos, 16 de agosto de 1961.

18 FCFS, Ofício nº 27/65, Resposta do Padre Luciano Duarte a José Carlos Marques.

Os primeiros docentes da instituição se desdobravam para lecionar nos diferentes cursos e disciplinas da faculdade. Eram intelectuais que circulavam nos diferentes espaços da sociedade sergipana, alguns membros da Academia Sergipana de Letras e/ou do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e seus nomes figuravam constantemente em artigos publicados na imprensa local; outros escreviam livros, assumiam cargos na política e trilhavam os caminhos do magistério em diferentes instituições.

Além do esforço para lecionar a noite diante dos vários trabalhos ao longo do dia, existia ainda a questão do salário. O professor Manuel Cabral Machado, também um dos idealizadores e professores da Faculdade Católica, comentou em entrevista:

A faculdade só tinha, como recurso, a subvenção. Nós ficávamos nos fundos do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, pela Rua Itabaianinha. Então o Colégio entrava pela Rua de João Pessoa e a Faculdade pelos fundos. A Faculdade de Filosofia funcionando à noite, porque pelo dia era o Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Não tendo recursos, o nosso salário era simbólico, nós não ganhávamos salário, era simbólico¹⁹.

O referido professor enfatiza o salário “simbólico” que os docentes da FCFS recebiam. Levando-se em consideração as preleções de Bourdieu²⁰ ao afirmar que “os agentes sociais não realizam atos gratuitos”, podemos afirmar que, embora com um pequeno reconhecimento econômico, ser professor da FCFS proporcionaria um “lucro simbólico”, já que o “[...] capital simbólico é um capital com base cognitiva, apoiado sobre o conhecimento e o reconhecimento”²¹. Com o ideal do “conhecimento e reconhecimento”, os docentes lecionavam na instituição.

O salário inicial dos professores da faculdade era de CR\$ 50,00. Ao longo dos anos, mudanças ocorreram: em 1964 pagavam-se seiscentos cruzeiros por aula; já um ano depois, o salário era de “18.000 mensais, aos professores que davam três aulas por semana, o que correspondia a 1.200 por aula, contando-se cinco semanas ao mês” (FCFS, Ata da XXIV Reunião da Congregação da FCFS, 8 de março de 1965, Relatório Semestral, 1965/1).

O próprio diretor, em carta enviada ao então presidente da República, Jânio Quadros, em 26 de Junho de 1961, descreve quanto era gasto para a manutenção de uma faculdade federalizada e as dificuldades existentes para a manutenção da FCFS. Segundo o religioso, o catedrático de

19 MACHADO, Manuel Cabral. Professor do Curso de Geografia e História da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 30 de agosto de 2007. Aracaju-SE.

20 BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Papirus Editora. Campinas: 1996. p. 138

21 BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Papirus Editora. Campinas: 1996. p. 138

uma faculdade federalizada ganharia quarenta e três mil cruzeiros mensais que, somados a outras despesas, resultariam em um montante de gastos de trinta e seis milhões, cento e vinte mil cruzeiros de despesas anuais para cada faculdade. Já em Sergipe, devido aos inúmeros problemas, a FCFS só agregava quatro cursos em 1961 – Geografia e História, Letras Neo-Latinas, Letras Anglo-Germânicas e Didática –, mesmo tendo autorização para ofertar sete cursos e setenta cadeiras. No entanto, para isso, precisaria de no mínimo dezoito milhões e sessenta mil cruzeiros anuais, além de outra quantia para a manutenção do prédio, administração da instituição, ampliação de biblioteca, entre outros aspectos. Diante do exposto, Monsenhor Luciano Cabral Duarte enviou carta ao presidente Jânio Quadros, em 26 de junho de 1961, sugerindo um convênio entre a FCFS e o Ministério da Educação e Cultura. A Faculdade ficaria obrigada a ofertar todos os cursos ali regulamentados de forma inteiramente gratuita, e ao Ministério caberia proporcionar os recursos que o diretor já havia estipulado.

Apesar de não localizarmos a resposta do presidente à carta citada, deduz-se que ela foi negativa, tendo em vista que a faculdade só passaria a integrar os quadros federais de ensino quando da sua incorporação à UFS em 1968. Sublinha-se a tentativa do diretor, diante da baixa procura pelos alunos e das dificuldades de manutenção da instituição, de torná-la federalizada, buscando utilizar sua rede de influências para atingir tal fim. Mesmo não logrando êxito, o fato é digno de nota.

Os docentes ensinavam por afinidade com as disciplinas, pela sua formação ampla e experiência docente, ou mesmo para suprir as lacunas constantes no quadro de professores da FCFS, contudo, outro problema da Faculdade eram as constantes faltas dos docentes. Tal situação levou o diretor a expedir uma circular no ano de 1961, comentando as faltas dos professores referentes ao ano anterior. Diante da análise, Monsenhor Luciano Cabral Duarte assevera:

Assim é que, enquanto das 73 aulas previstas para o Curso de Didática eram efetivamente dadas 67, e das 136 aulas de Anglo-Germânicas, eram dadas 126; nos cursos de Letras Neo-Latinas e de Geografia e História os índices de falta eram graves. Em Neolatinas, das 136 aulas previstas, eram dadas 103, e em Geografia e História, das 139 aulas previstas eram dadas apenas 96 (Circular nº 2 aos professores da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, 4 de maio de 1961, grifo nosso).

Dessa forma, o diretor pede a compreensão dos professores, que em suas palavras “são a alma da Faculdade de Filosofia”, para que esses continuem o esforço de assiduidade das aulas, ou se for o caso que procurem melhorar a frequência. Diante da circular, observamos um número elevado de faltas dos professores. O motivo das faltas dos professores da faculdade não foi localizado, mas ao analisar as diferentes atividades as

quais os professores da instituição estavam envolvidos, visualizamos as várias funções exercidas em outros cargos e instituições, sendo a FCFS mais uma atribuição, essa vinculada mais a “um ideal” do que a salários, como afirmou Dom Luciano Duarte (1991).

Todavia, outros professores da faculdade se desdobravam e procuravam garantir o funcionamento de todas as disciplinas que deveriam ser lecionadas. As amizades dos docentes, dentro e fora da instituição e as conversas na sala dos professores da FCFS também fizeram parte da história desse curso. A sala dos docentes pode ser visualizada na foto 01.

Figura 1: Sala dos Professores da FCFS 1959. Da esquerda para a direita: Padre Luciano Duarte, José Bonifácio Fortes Neto, Fernando de Figueiredo Porto, José Silvério Leite Fontes, Josefina Leite Campos, Frei Edgar Stanikowski e Padre Claudionor Fontes.

64



Fonte: Acervo do Instituto Dom Luciano Duarte
Autoria: Desconhecida.

A fotografia da sala dos professores da FCFS congrega alguns dos docentes Bonifácio Fortes, Fernando Porto, Silvério Fontes, Josefina Leite, além do Monsenhor Luciano Duarte, e dos outros dois religiosos: Frei Edgar Stanikowski e Padre Claudionor Fontes. Esses e outros professores lecionaram na antiga FAFL, uns por menos tempo, outros por mais, contudo, deixando de alguma forma seus traços nas disciplinas ministradas.

Figura 02: Professores e discentes da FCFS na cerimônia de colação de grau – 1962. Da esquerda para a direita os professores: José Bonifácio Fortes Neto, Frei Edgar Stanikowiski, não identificado, Fernando Figueiredo Porto, Luiz Rabelo Leite, Monsenhor Luciano José Cabral Duarte, Gonçalo Rollemberg Leite, José Silvério Leite Fontes, José Rollemberg Leite, Manuel Cabral Machado e não identificado. As discentes não foram identificadas.



65

Fonte: Acervo particular de Maria de Andrade Gonçalves
Autoria desconhecida

Por meio de uma análise dessa imagem percebemos que a FCFS dispunha de um corpo docente formado exclusivamente de homens, já o discente, somente de mulheres. Todos os professores de terno e sérios, mas algumas formandas arriscavam um sorriso singelo. O quadro ao fundo com a imagem de Jesus Cristo crucificado também traduz um pouco do ambiente daquela faculdade católica. Tal quadro atualmente encontra-se na sala de reuniões do CECH/UFS, e nos auxilia como mais um elemento da FCFS que permanece “vivo” no cotidiano da UFS.

Outra dificuldade enfrentada pelo religioso, além da própria localização do colégio, do horário das aulas, dos problemas financeiros, da carência de professores, entre outros fatores, diz respeito à falta de livros na instituição e a quase inexistência de uma biblioteca. Em carta enviada a Mamede Paes de Mendonça, Monsenhor Luciano Cabral pede a intervenção desse amigo junto à firma Cory Brothers em Salvador- Bahia, diante de uma encomenda remetida pela “United States Book Exchange, Inc.”, uma organização dos Estados Unidos. Tratava-se de duas caixas contendo 198 livros usados e destinados à faculdade que deveriam estar naquela empresa e precisavam ser enviados para Sergipe (DUARTE, Luciano José Cabral. Carta ao senhor Mamede Paes Mendonça, 17 de Julho de 1962).

outra carta, esta endereçada ao cônsul da República Federal Alemã, em Recife-PE, o diretor agradece os sessenta livros recebidos pela faculdade que seriam destinados à Língua e Literatura Alemã. Na carta, o diretor fala das dificuldades financeiras enfrentadas pela FCFS e da necessidade de recorrer a embaixadas e consulados com o intuito de obter livros para a biblioteca pela qual “passam todos os professores secundários que em Sergipe se formam” (DUARTE, Luciano José Cabral. Carta ao cônsul da República Federal Alemã, 16 de maio de 1962). Cita ainda os livros já recebidos da França e dos Estados Unidos e os que ele começava a receber da Alemanha, lembrando de pedir mais livros de outras temáticas relacionadas àquele país, como gramáticas, dicionários, ensino alemão e estrangeiro, e sobre a civilização e a cultura germânica.

66

Outras pistas sobre as origens dos livros da FCFS localizam-se nas atas do CTA. Em reunião realizada em 13 de fevereiro de 1960, o diretor afirma que, em visita aos Estados Unidos, adquiriu 800 livros para a instituição. Já Silvério Leite Fontes quando viajou a Paris doou 150 dólares para a compra de livros em uma livraria da capital francesa. Em 1960 ocorreu a aquisição de parte da biblioteca do professor Felte Bezerra, que, ao deixar a faculdade e o estado de Sergipe, negociou com a instituição livros versando principalmente sobre Etnografia e Antropologia, ambas disciplinas do curso em análise.²² Dessa forma, os livros que chegavam à FCFS procediam de diferentes locais, por compra dos seus docentes em viagens, por doação de ex-professores, doação de outras instituições e até mesmo quando se solicitava a determinados órgãos que os enviassem. Além de todas essas formas de aquisição de livros, ocorria a compra efetuada diretamente pela instituição e a solicitação de disponibilidade das bibliotecas das escolas aracajuanas para a consulta dos seus acervos pelos acadêmicos, como o Colégio Atheneu Sergipense e o próprio Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Vale ressaltar também a prática constante relaciona-se ao empréstimo de livros por parte dos professores para a elaboração dos trabalhos acadêmicos. Como a faculdade contava com turmas de diminuto número de alunos, estes se reuniam em grupos e realizavam os trabalhos ou mesmo estudavam pelo livro do docente.

No final da década de 1960, quando da incorporação à UFS, a biblioteca da FCFS já contava com um variado número de autores e obras, diferindo daquela inicial. O carimbo da “F.C.F.S.” ainda permanece nas páginas amareladas de livros que atualmente compõem o acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, como uma marca “viva” da presença daquela faculdade, mesmo depois de incorporada à UFS.

22 FCFS, Ata da XXIX Reunião do CTA, 13 de fevereiro de 1960 FCFS, Relatório Semestral, 1960/1.

Assim, alguns dos problemas aqui destacados foram enfrentados e transpostos, outros negligenciados e omitidos. Contudo, é preciso deixar registrado que a FCFS formou dezenas de professores e intelectuais que contribuíram sobremaneira para a sociedade sergipana na segunda metade do século XX. E como afirmou Monsenhor Luciano José Cabral Duarte, por ali passavam todos os professores secundários que se formavam em Sergipe.

Outro ponto digno de nota concerne ao “tamanho” da instituição. A FCFS constituía-se com uma faculdade católica, particular – com mentalidades simbólicas, contando com o apoio de subvenções públicas para existir – localizada na Aracaju dos anos 1950. Ou seja, o número de alunos por ano na FCFS variou entre o mínimo de 19 matriculados no primeiro ano de funcionamento e 77 em 1959. Esses alunos por vezes já se conheciam e suas famílias eram amigas. O padre que dirigia a instituição era o mesmo que celebrava a missa dominical frequentada por alunos e professores. Os docentes eram antigos vizinhos dos seus alunos, amigos dos seus pais ou mesmo com um grau de parentesco. É dentro desses largos traços, de um quadro difícil de desenhar, que a FCFS precisa ser vislumbrada diante dos olhos de quem a “observa” mais de meio século depois de criada e também há muitas décadas já extinta. Todavia, embora pequena e com um “caráter doméstico”, como afirma Dantas²³, percebemos que a FCFS formou dezenas de professores e conseguiu legitimar-se no *campo* do ensino superior em Sergipe, ainda em formação em meados do século XX.

Ginzburg²⁴ lembra aos amantes de Clio que o conhecimento do passado é sempre incompleto, pois, tomando como base alguns fragmentos e ruínas daquilo que já passou, indubitavelmente ficam as lacunas e incertezas sobre o efetivamente vivido. Dentro dessa perspectiva desenvolveram-se as análises do presente trabalho.

Destarte, as investigações empreendidas por meio de fontes como cartas, jornais, relatórios semestrais da FCFS e depoimentos orais mostram que as constantes viagens nacionais e internacionais do sacerdote, a sua “rede de sociabilidade” que perpassava o “campo” político, religioso e educacional de alguma forma respingavam de maneira positiva na FCFS, seja na aquisição de verbas, material ou novas contratações de professores. Tudo isso culminou na consolidação da FCFS como um marco na formação de professores e de alguns pesquisadores em distintos campos do saber em Sergipe. Apesar disso, ao longo da sua história a FCFS se deparou com sérias dificuldades para sua manutenção.

Diante da pesquisa realizada pode-se afirmar que a Faculdade de Filosofia sergipana, como tantas outras no Brasil, enfrentou uma série de

23 DANTAS, Beatriz Góis Dantas. Ex-aluna do curso de Geografia e História da FCFS. Entrevista concedida a João Paulo Gama Oliveira em 3 de Junho de 2010. Aracaju-SE.

24 GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.



problemas para permanecer “viva” ao longo dos dezessete anos que esteve em atividade. Sobressaem-se as dificuldades para funcionar no período da noite em prédio do centro da cidade de Aracaju dos anos 50 do século XX, a pouca procura de alunos, aliada a problemas financeiros, e mesmo à carência de professores para lecionar as distintas disciplinas dos cursos ali inaugurados. Destaque para a figura do seu principal diretor, Luciano José Cabral Duarte, que foi capaz de liderar um grupo “lutando com as mãos vazias, certos das nossas certezas”.





História e propedêutica: o princípio da pedagogia divina e a interpretação cristã da história¹

Edmilson Menezes²

History and propaedeutic: the principle of divine pedagogy and the Christian interpretation of history

Resumo:

O trabalho busca analisar o princípio da pedagogia divina como um dos elementos principais da interpretação teológica da história assumida pelo Cristianismo. Ressalta-se o princípio como propedêutica, como preparação.

Palavras-chave: História, Pedagogia Divina, Interpretação teológica da história

Abstract:

The paper analyzes the principle of divine pedagogy as one of the main elements of the theological interpretation of history assumed by Christianity. It emphasizes the principle as propaedeutic, as preparation.

Keywords : History, Divine Pedagogy, theological interpretation of history

69



- 1 O artigo é dedicado ao Prof. Dr. Luciano José Cabral Duarte, Professor Emérito da UFS e Decano dos filósofos sergipanos, a quem tive a honra de substituir no Departamento de Filosofia, em 1992, por ocasião de sua aposentadoria.
- 2 Professor Associado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista Produtividade do CNPq.



A relação de Deus à história é considerada como uma característica específica da experiência de Deus e da teologia cristã: “Hujus religionis sectandae caput est historia”³. Com efeito, a salvação a nós ofertada por Deus é uma salvação do homem; porque o gênero humano vive e se desenvolve no tempo, a exposição de seu resgate, por consequência, assumirá a forma histórica. O cristão interessa-se pela história⁴, pois Deus nela revela-se, nela age: graças às grandes ações pelas quais Deus dirige a história de seu povo, nós sabemos quem é Ele. A história que segue seu curso torna-se o espaço da ação da providência salvífica de Deus e, conseqüentemente, o espaço da história – estruturado pela economia de salvação – amplia-se. Assim, a Encarnação do Verbo faz-se plenitude e *centro do tempo*, precedido de um tempo de preparação e seguido de um tempo da Igreja. A história é, para o cristão, aprendizado.

70

A idéia que a história representa um manancial educativo remete suas origens à historiografia greco-romana. Políbio considera a história em analogia à natureza. Ele se interroga sobre as causas dos processos históricos, mas não procura neles uma significação, embora busque escrever uma história uniforme do mundo. “Assim, foi ele que preparou, até certo ponto, o caminho para a historiografia cristã mundial ulterior.”⁵ O ponto em direção ao qual se dirigia a história que o precedera era o império romano: “Qual homem no mundo seria tão estúpido ou frívolo para não querer conhecer como e por qual modo de governar quase todo o mundo habitado, conquistado em menos de cinqüenta e três anos, esteve sob uma única autoridade, aquela de Roma?”⁶ Sua historiografia se diz pragmática porque essencialmente política; ela se reivindica também útil, e a historiografia é necessária, pois ela é o pedagogo do homem político⁷: “Se os historiadores que escreveram antes de mim omitiram-se de fazer o elogio da história propriamente dita, talvez seja necessário recomendar a todos a escolha e o estudo desse tipo de obra, pois não há lição mais apta à instrução dos homens do que o conhecimento das coisas passadas.” O louvor nasce da constatação: “a escola e o aprendizado mais verdadeiro da ação política é o saber retirado da história.”⁸ Do que se deve concluir: “a melhor educação para as realidades da vida

3 (“Nesta religião, o ponto essencial a admitir é a história”). AGOSTINHO. De Vera Religione, VII, 13. In: *Opera Omnia* (Patrologiae Latinae, 34) Paris: J-P Migne, 1841.

4 “Porro ut mihi necessaria, sic etiam utilissima hujus argumenti tractatio omnibus, ut spero, antiquitatis cognoscendae studiosis videbitur”. EUSÉBIO DE CESARÉIA. *Historiae Ecclesiasticae*, I,1,5. In: *Opera Omnia* (Patrologiae Graecae, 20). Paris: J-P Migne, 1857.

5 BULTMANN, R. *Histoire et eschatologie*. Trad. de R. Brandt. Neuchâtel: Delachaux & Niestlé, 1959, p. 28.

6 POLÍBIO. *Histoires* (I, 1,5). Trad. de P. Pédech. Paris: Les Belles Lettres, 1989. (Edição Bilingue).

7 expressão é de BULTMANN, R. Op. cit., p. 28.

8 POLÍBIO. *Histoires* (I, 1,2).

é a experiência colhida na história política.”⁹ Tito Lívio também concebe a história a partir de um princípio educativo, em particular, concebido como esteio para a conservação da lembrança das ações nobres: “A principal e mais salutar vantagem da história é expor diante de vossos olhos, num quadro luminoso, os ensinamentos de toda ordem que parece vos dizer: Eis o que deves fazer em vista do teu interesse e daquele da república, eis o que deves evitar (...).”¹⁰

Essa educação, pensada a partir de uma concepção ética do homem, visa, em primeiro lugar, um controle de si e um senso de justiça; cultivados, esses dois princípios evitam o mal e constroem a virtude; negligenciados, eles implicam uma desarmonia entre a própria natureza humana e o cosmos. Contudo, comportando-se dessa última forma, o homem não comete um mal positivo, isto é, ativo, objetivo, mas um erro que pode ser suplantado pela educação. A possibilidade de recolocar-se em harmonia consigo e com a natureza insere-se, dessa forma, num âmbito de uma história que pode, recolhidas as instruções que interessam, a todo o momento, servir-nos de pedagogo. História e educação convergem e formam uma espécie de ciência cujo controle recai sobre o humano enquanto seu agente e usufrutuário maior. À convergência, atrela-se um valor invariável que é o equilíbrio, sempre sob ameaça e, por isso, sempre alvo de cautela, da vida política: o homem se educa para a vida ética e política, instruindo-se com o objetivo de manter o fiel entre o que é da república e o que é do interesse próprio. O conhecimento das coisas passadas mostrará aos homens onde e como os seus antecessores falharam na construção harmoniosa da vida da polis. Estamos diante de uma concepção pragmática que se situa longe da transcendência e aproxima-se, por seu turno de uma aprendizagem direcionada e humanista¹¹.

Na tradição bíblica, a concepção de educação é totalmente diferente. O pedagogo, ou seja, o mote educativo, não é a história, porém o que está fora dela porque, para o homem, a base ética requererá muito mais do que a experiência vivida e julgada do passado - com a qual se aprende. A historiografia israelita não era uma ciência no sentido grego do termo. Ela não procurava conhecer as potências imanentes reveladas no transcurso da história, mas a intenção e o plano de Deus que, como criador, é também o mestre da história e a conduz para um fim. Disto resulta uma idéia de organização da história. “A história em seu conjunto é articulada em períodos e em épocas (...) e cada uma possui sua importância para a estrutura total. A significação da história repousa sobre a educação divina

9 POLÍBIO. *Histoires* (I, 35,9).

10 TITO LÍVIO. *Histoire Romaine* (Préface). Trad. de G. Baillet. Paris: Les Belles Lettres, 1991. (Edição Bilingue).

11 Sobre a formação humanista na educação antiga, ver: MARROU, H-I. *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité* (Tome I – Le monde grec; Tome II – Le monde romain). Paris: Seuil, 1948.

ou sobre a marcha em direção a seu alvo.”¹² Se o hebreu se interessa pelo conhecimento, esse é um conhecimento de si, e o historiador convoca seu país a tal noção ao lhe recordar as ações de Deus e como Ele conduz *seu povo*. Ao mesmo tempo, há um apelo para que o povo assuma suas responsabilidades face ao futuro, pois o porvir lhe trará prosperidade ou destruição, a graça divina ou a merecida pena. Assim, a historiografia hebréia não é um meio de educação para a vida política, mas uma predicação dirigida ao povo *escolhido*. Considerar o passado significa, à vista disso, examinar como os desígnios de Deus se cumpriram, deles retirando as lições da mesma forma que um filho aprende com os feitos de seu pai.

A inscrição deuteronomina caracterizou desta maneira o comportamento de Deus, liberando e constituindo seu povo: “Compreendas, portanto, que Jahveh, teu Deus, te corrigiu como um pai corrige seu filho.”¹³ A exortação do livro de Oséias, de forma análoga, faz apelo à figura paternal e educativa para falar de Israel: “Quando Israel era uma criança eu o amei (...) Aos de Efraim eu ensinei a andar, segurando-lhes os braços (...) eu os conduzi com laços de amor (...) e me inclinei para dar-lhes de comer.”¹⁴ O amor de Deus para com o seu povo traduz-se num amor que educa e corrige, num amor que prepara um modo de bem se conduzir, amor anunciado pela revelação primeira, aquela que destacou na história a grande nação: “Eis o que falou Jahveh: Meu filho primogênito é Israel.”¹⁵ As lições de Jahveh a seu povo são os signos efetivados no Egito, as maravilhas mostradas nas paisagens, enfim, toda a grande obra da libertação. Israel deve, pois, refletir sobre as provações experimentadas durante a marcha no deserto. Ele sentiu de perto a fome para compreender que o homem não vive somente de pão, mas daquilo que sai da boca de Jahveh. Por meio dessa prova de dependência cotidiana, Israel deveria aprender a reconhecer a solicitude de Jahveh, seu pai: “O Senhor teu Deus te guiou pelo deserto estes quarenta anos, para te humilhar, e te provar, para saber o que estava no teu coração, se conservarias os seus mandamentos, ou não. E te humilhou e te deixou com fome, e te sustentou com maná, que tu não conhecestes, nem teus pais o conheceram; para te dar a entender que o homem não viverá só de pão, mas de tudo que sai da boca do Senhor. Nunca se envelheceu a tua roupa, nem se incharam os teus pés nestes quarenta anos.”¹⁶ Por essas duras provas, o povo de Israel estava destinado a revelar *o mais recôndito de seu coração* e a instalar um diálogo com Jahveh. Ao lado disso, foi lhe dado outro instrumento para a sua

12 BULTMANN, R. Op. cit., p. 31.

13 Deuteronomio 8, 5.

14 Oséias 11, 1-4.

15 Êxodo 4, 22.

16 Deuteronomio 8, 2-4.

educação: A Lei. “Do céu, Ele te fez entender sua voz para ti instruir.”¹⁷ Ela servirá de instrumento para a expressão dos mandamentos objetivos da vontade divina e, do mesmo modo, para a comprovação do seu amor para os eleitos. Tomada literalmente, a Torah, com suas promessas carnis e suas ameaças terrenas, serviu de freio aos judeus, do qual Deus tinha necessidade para estabelecer o milagre subsistente das profecias realizadas. Ela era um fardo pesado. Se os santos observavam a Lei, era com o intuito de que o povo observasse também. Mas, ao mesmo tempo, por causa da multiplicidade, da minúcia e das exigências de seus preceitos, a Lei, que pouco se cumpria, propunha ao homem o reconhecimento de sua impotência e o convite à humildade. A Torah tornou-se um *pedagogo*. Como bom educador, Jahveh promete retribuir a observação da Lei, todavia, esse povo escolhido é também o povo que desguia-se: “Porque o meu povo é inclinado a desviar-se de mim, ainda que clamem ao Altíssimo, nenhum deles o exalta”¹⁸ De fato, o povo de Israel longe de descobrir sua fraqueza, se glorificava de suas práticas legais e pretendia-se justo e salvo.

Deus, segundo a narrativa bíblica, amplia seus planos educativos e envia o *exemplo vivo*: se a Lei apontava e prescrevia o ensinamento, a vinda do Cristo consubstancia o mandamento divino e torna-se ação efetiva, ele é o próprio ensinamento. “Antes da vinda da fé, nós estávamos custodiados sob a guarda da Lei, reservados para a fé que deveria se revelar. Deste modo, a Lei nos serviu de pedagogo até o Cristo, para que obtivéssemos nossa justificação pela fé. Mas, a fé veio, nós não estamos mais sob um pedagogo, pois sois todos vós filhos de Deus pela fé em Jesus Cristo.”¹⁹ Era preciso que certas coisas fossem anunciadas pelos patriarcas, segundo o modo dos patriarcas; que outras fossem prefiguradas pelos profetas, segundo o modo da Lei; e que outras recebessem uma forma correspondente à sua conformação segundo o Cristo. Patriarcas e profetas, sob o influxo divino, agiram como pedagogos, como preparadores de um campo a ser disposto para receber as sementes da Verdade vindoura, agora, de forma a espargir-se sobre todos, embora nem todos aceitassem essa verdade; “É por essa razão que os escribas e os Fariseus, que haviam começado desde os tempos da Lei a desprezar Deus, também não receberam seu Verbo, quer dizer, não creram no Cristo. (...) Ao contrário, aqueles que temiam a Deus e reverenciavam sua Lei acorreram ao Cristo e foram todos salvos. (...) Não coloquemos sob a responsabilidade da Lei a incredulidade de certo número. A Lei não lhes impedia de crer no Filho

17 Deuteronômio 4, 36.

18 Oséias 11, 7.

19 “Prius autem quam veniret fides, sub lege custodiebamur conclusi in eam fidem, quae revelanda erat. Itaque lex paedagogus noster fuit in Christum, ut ex fide iustificemur; at ubi venit fides, iam non sumus sub paedagogo. Omnes enim filii Dei estis per fidem in Christo Iesu”. Gálatas, 3, 23-27.

de Deus; ela, na verdade, a Ele os atirava, ao dizer que os homens não poderiam ser salvos da antiga ferida da serpente se não cressem naquele que, elevado da terra sob o madeiro do calvário segundo a semelhança da carne do pecado, atrai tudo para si e vivifica os mortos.”²⁰ As palavras de Irineu traduzem uma perspectiva que esteve, antes dele, muito presente e permitia supor que cada vez mais claramente as nações foram implicadas no agir de Deus, quer dizer, foram contempladas no seu plano. Cada vez mais, Jahveh fazia valer sua vontade salvífica não somente a Israel, mas, na condição de verdadeiro Rei, estendia seu reino sobre toda a terra: “E o Senhor será rei sobre toda a terra, naquele dia um será o Senhor, e um será o seu nome.”²¹ Também, nitidamente, se percebia a promessa de uma salvação universal, de um reino de paz que a tudo abarca, excedendo todas as possibilidades de realização histórica e que o plano de Jahveh vai mais além das vicissitudes dos acontecimentos no mundo.²²

74

A tradição profética considera a história como espaço de realização da vontade santa e justa de Deus. Mas ela também O apresenta como o Criador, que, como o Senhor da Criação, não se deixa cair em disputa com os usurpadores de sua propriedade, porém dela será o Rei. Contudo, a mensagem profética, segundo a qual Jahveh imporá seu direito de propriedade – direito à vida dos pobres e pequenos – contra seus desfrutadores ilícitos, coincidirá cada vez menos com a realidade histórica. A história perdia a transparência que permitia ver Jahveh agir como o educador de seu povo, e parecia dominada pelo mal, pelo pecado, que se via fluir inelutavelmente. A Boa Nova permitirá, então, reascender o crédito de uma história reconduzida pelas mãos divinas ao atestar a chegada do reino de Deus: *Si autem ego in Spiritu Dei ejicio daemones, igitur pervenit in vos regnum Dei*²³. O testemunho cristico é a âncora para que se firme a continuidade da promessa e visibilidade do Reino; mas, a morte do Filho de Deus e sua Ascensão levam, também, aquela transparência vivida e atestada e reconduz ao problema da descontinuidade entre o plano e a promessa. No entanto, como a predicação e o exemplo do Cristo foram marcados por um elevado senso de *Libertação*, que começara naquele momento, pode-se afirmar uma salvação escatológica – fundadora de um outro reino, um reino intermediário entre o momento da instauração do Reino com a vinda do Cristo e o momento de sua volta gloriosa. Reencontramos a continuidade entre o plano e a promessa. *Oportet autem illum*

20 IRINEU DE LYON. *Contre les Hérésies* (IV, 2, 7). Trad. de A. Rousseau. Paris: Éditions du Cerf, 1965. (Edição Trilingue). (Collection Sources Chrétiennes).

21 Zacarias 14,9.

22 Cf.WERBICK, J. “Histoire/Action de Dieu”. In: EICHER, Peter. *Nouveau Dictionnaire de Théologie*. Paris: Les Éditions du Cerf,1996.

23 Evangelho segundo Mateus 12,28 (Se é pelo espírito de Deus que eu expulso os demônios, é que o Reino de Deus chegou para vós).

*regnare donec ponat omnes inimicos sub pedibus ejus. Novissima autem inimica destruetur mors.*²⁴

A demora na instalação definitiva do Reino sob o Cristo Glorioso conduziu a teologia do cristianismo primitivo a salvaguardar o significado do tempo intermediário, que se prolongava, pelo recurso a uma necessidade divina atinente à esfera da “história da salvação”. Segundo Werbick²⁵, os teólogos da antiguidade perceberam a história do período precedente e aquela que se segue como determinadas pela ação pedagógica providencial de Deus, respectivamente como *praeparatio* e como o tempo no qual a ação salvífica de Deus se faz reconhecer entre as nações. A humanidade, prisioneira dos desejos, deveria dispor, primeiramente, da experiência de que ela não pode salvar-se por meio de seus próprios méritos e forças e que, por isso mesmo, depende de um *Redentor*. Desse modo, a teologia do Ocidente concebeu globalmente a história como história de uma educação regulada, em todos os seus detalhes, pela providência divina: como Deus “quis” a liberdade do homem, Ele só pode agir sobre a liberdade humana por meio da *educação*, ganhar o homem, progressivamente, sob um longo período de tempo, durante gerações inteiras, e não sem infortúnio, para divinizá-lo.²⁶ Eusébio de Cesareia²⁷ compreende a história, em seus diferentes domínios, como o processo de restauração da natureza humana decaída, como história da ação pela qual Deus se revela ao homem, o educa (e corrige), ação sabiamente adaptada ao desenvolvimento da humanidade. Talvez um dos modelos mais fecundos dessa tradição seja aquele fornecido por Clemente de Alexandria.

O pensador cristão escolhe um título engenhoso para traduzir, numa obra prima do cristianismo, a formação moral convergindo para uma etapa superior, a contemplação: *O Pedagogo*. O grego π ou o latim *paedagogus* designava, no início, o escravo ou o servidor que se encarregava da criança dos sete aos dezoito anos. Ele a conduzia à escola, protegia-a contra os perigos da exposição à rua. Também supervisionava igualmente a criança ao lhe ensinar os bons modos, forjar seu caráter e resguardar a moral. Clemente distinguirá, de modo preciso, o pedagogo do mestre (*Didascale*): este será encarregado da instrução e estará sujeito a uma série de interferências filosóficas, retóricas e científicas, ele se encarrega do manejo intelectual técnico; aquele, ao contrário, assume as funções de uma espécie de *governante*, cuja jurisdição atinha-se àquele jovem espe-

24 I Epístola aos Coríntios 15, 25-26 (Pois é preciso que reine até que tenha colocado todos os inimigos sob seus pés. O último inimigo a ser aniquilado é a morte).

25 WERBICK, J. Op. cit.

26 Ver ORIGENES. Commentariorum in epistolam B. Pauli ad Romanos, VIII, 12. In: *Opera Omnia* (Patrologiae Graecae, 14). Paris: J-P Migne, 1857.

27 “Christi doctrinam utpote totius sapientiae ac virtutis apicem, nondum capere poterat priscorum hominum vita”. EUSÉBIO DE CESARÉIA. *Historia Ecclesiae*, I, 2, 17. Ed. cit.

cífico e à sua conduta. Em sua origem desprezado por sua condição servil e sua ascendência, amiúde, bárbara²⁸, o pedagogo havia visto, com o curso dos séculos, sua consideração aumentar na mesma proporção que a de seu papel: sob o império romano, a *paedagogorum custodia* constitui, ao lado da ação dos pais e mestres, um dos elementos indispensáveis da educação. Ajudando a criança a fazer seus deveres ou a aprender suas lições, ele é o *studiorum exactor*; mas, sobre o plano da instrução propriamente dita, seu papel permanece subordinado àquele do mestre qualificado. Em compensação, a ele cabe o essencial da função de educador sobre o plano moral, devido à pouca confiança que a sociedade antiga depositava, quanto a esse ponto, na escola e no seu mestre.²⁹ Com efeito, é para esse aspecto que Clemente de Alexandria remeterá a figura do pedagogo.

O que de imediato nos chama a atenção é o fato do autor continuar utilizando, a propósito da formação dos cristãos, o título de Pedagogo para o Verbo, mesmo depois do que expõe a Epístola aos Gálatas. Sua indiferença às sugestões que poderiam lhe fornecer as fontes cristãs, levamos a crer, com Marrou³⁰, que a inspiração para a preferência pela figura do pedagogo vem de outros mananciais, que passam, por exemplo, pela literatura, pela filosofia e pelo helenismo clássico. Com isso, Clemente de Alexandria pode elaborar uma doutrina da educação progressiva da humanidade a partir, sobretudo, de uma unidade da história que não está explicitamente nas páginas da Bíblia, mas na interpretação subsequente, como a de Santo Irineu³¹: o estado atual dos homens é o resultado de uma longa preparação³², que se estende por ação do Verbo. Desse modo, o pedagogo é aquele que quer educar e não ensinar: “ele visa a tornar a alma melhor; não quer instruí-la, mas mostrar-lhe o caminho da sabedoria e não aquele da ciência.”³³ Entretanto, “o Verbo quer também ensinar, mas

28 Quanto a isto, é exemplar a descrição que faz Platão: “Assim falando, havia eu a intenção de provocar o debate entre alguns dos ouvintes mais velhos. Mas, nesse momento, como divindades malfazejas, intervieram os pedagogos, aquele de Lisias e aquele de Menexenes, trazendo consigo os irmãos dos dois jovens: eles os chamam e ordenam a sua volta, pois se fazia tarde. Nós tentamos, de início, com os assistentes, afastar os inoportunos. Porém, sem nenhuma deferência às nossas observações, colericamente nos insultaram em seu péssimo grego e de novo chamaram os jovens. Eles haviam bebido nos festins em louvor a Hermes e não pareciam encontrar-se em condições de escutar-nos. Cedemos, ao fim, e interrompemos a conversação.” PLATÃO. *Lysis* (223 a,b). Trad. de A. Croiset. Paris: Les Belles Lettres, 1972. (Edição Bilingue).

29 Ver MARROU, H-I. “Introduction”. In: CLÉMENT D’ALEXANDRIE. *Le Pédagogue*. Trad. de M. Harl. Paris: Les Éditions de Cerf, 1960, p.15. (Collection Sources Chrétiennes). Do mesmo autor, ver, também, *Histoire de l’éducation dans l’Antiquité* (T. I, Partie II, Chapitre V) Loc.cit.

30 Cf. MARROU, H-I. “Introduction”. In: CLÉMENT D’ALEXANDRIE. *Le Pédagogue*, p.18.

31 Ver IRINEU DE LYON. Op. cit.

32 CLEMENTE DE ALEXANDRIA. *Pedagogus* I, 67, 1. In: *Opera Omnia* (Patrologiae Graecae, 8). Paris: J-P Migne, 1857.

33 Id. *ibid.*, I, 1,4.

não de imediato. Quando ele esclarece ou revela os pontos da doutrina, ele ensina. O Pedagogo, que se ocupa da vida prática, nos exortou, primeiramente, a estabelecer para nós próprios uma boa vida moral; agora, ainda nos convida a cumprir nosso dever: Ele edita os preceitos perfeitos e mostra às novas gerações o exemplo dos erros cometidos no passado.”³⁴ O pecado e o erro, inclusos na história, são a ocasião para intervir a ação pedagógica da providência que deles se serve para nos educar. A falta cometida é colocada em evidência, como nos dá testemunho as profecias, para nos lembrar a condição mais notável da passagem humana na história. “A profecia tem por objeto a obediência e a desobediência, a fim de que nós sejamos salvos por uma, e educados pela outra.”³⁵

A iniquidade, marca indelével do passado, confere à história o seu caráter pedagógico, pois, pelo que foi feito, *avalio* as possibilidades futuras, *posso* melhor entender os ensinamentos e *pôr-me* do lado da obediência e da salvação. É como se um horizonte novo se abrisse para o homem e para o tempo. Liberado dos modos que provinham do primeiro Adão, da queda, do pecado e da expiação da cruz, o tempo da criatura abre-se, assim, à esperança: “É preciso que Ele seja o maior e dissemine sobre tudo (...), e isso não somente neste mundo, mas da mesma forma no mundo futuro, a fim de que Deus seja sempre aquele que ensina e o homem sempre aquele que é ensinado por Deus. O apóstolo não afirma que quando todo o resto tiver desaparecido, só estas três coisas permanecerão: a fé, a esperança e a caridade? Porque nossa fé em nosso Senhor permanece incessantemente inquebrantável, damos testemunho de que Ele é o único e verdadeiro Deus e o amamos sempre verdadeiramente, pois Ele é o único Pai; e afim de que esperemos, além disso, receber e aprender de Deus alguma coisa a mais, pois Ele é bom e possui uma riqueza inesgotável, um reino sem fim e uma ciência sem limites”³⁶

Segundo Agostinho, quando *o povo* recebe a Lei, ela vem revestida de uma série de prescrições, ao mesmo tempo em que se apresentavam recompensas visíveis. Ambas, prescrições e recompensas, vinham do alto e possuíam o intuito de instruir os homens. A Providência servia-se de tais recursos com vistas ao invisível.³⁷ É desse modo que se pode dizer que a Lei anuncia e prepara a vinda da Graça: de quatro estados diferentes, “o primeiro encontra-se antes da Lei, o segundo sob a Lei, o terceiro sob a Graça e o quarto na plenitude e perfeição da paz. É assim que o regime do povo de Deus foi ordenado através dos tempos, tal como aprovou a

34 Id. *ibid.*, I, 2,1.

35 Id. *ibid.*, II, 5,3.

36 IRINEU DE LYON. *Op.cit.*,(II, 28, 3).

37 AGOSTINHO. *De Civitate Dei*, X, 14. In: *Opera Omnia* (Patrologiae Latinae, 41). Paris: J-P Migne, 1841.

Deus.”³⁸ A maturação lenta dos desígnios divinos engendra uma Pedagogia que age na história, de modo a podermos assimilá-la ao processo de um homem que se educa com o passar do tempo: “O Gênero humano, concernido no povo de Deus, compara-se a um só homem: sua boa educação se faz no curso de etapas de tempo, à maneira do desenvolvimento das idades no indivíduo; de tal modo, nos elevamos das coisas temporais à inteligência das coisas eternas, e das visíveis às invisíveis.”³⁹

A vida terrestre é para a humanidade um tempo de formação; logo, ela ainda não está completamente formada. É o tempo no qual ela deve afirmar e conquistar sua plenitude espiritual em detrimento da carne e da matéria; é fato que, por conseguinte, ela não possui ainda sua realização de espírito. É o tempo de sua ascensão rumo a um fim, o que quer dizer que ela ainda não manifesta a sua grandeza definitiva. Mas esta apreciação positiva do curso da história não faz desaparecer, frise-se, a certeza escatológica, e, dessa forma, a possibilidade de se pensar a história também como história mesclada, comparada aos versos do Salmista: “Eu vi”, diz ele, “na mão de Deus, um cálice cheio de três licores. *Calix in manu Domini vini meri plenus mixto.*” Há, primeiramente, o vinho puro, *vini meri*; em segundo lugar, o vinho misturado, *plenus mixto*; enfim, há a lia, *verumtamen faex ejus non est exinanita*⁴⁰. A distinção dos bens e dos males e o equilíbrio de sua repartição obedecem a um lógica invisível, cujo vetor é fornecido pela divina providência, que “tira proveito de todas as categorias de homens e de situações para curar as almas e educar o povo espiritual”.⁴¹ Sem uma idéia de pedagogia divina não haveria como descortinar um motivo plausível para a interferência providencial, sem cair no absoluto do mistério. A história ganha, com ela, uma interpretação coerente a um plano salvífico, que se torna, também, educativo e permite a estruturação da teologia da história não só como uma guardiã do mistério, porém, do mesmo modo, como possibilidade explicativa do rumo tomado pela humanidade educável. Definitivamente, o tempo não aparece como portador necessário de valores tão somente positivos: tudo aparece nele enleado, pois se trata de tempo de vida e tempo de morte. A pedagogia e a história possuem como serviço a frutífera, e não por isso simples, capacidade de nos lembrar esse aspecto ontológico que se associa ao tempo em seguida ao pecado. Nada depois da queda apresenta-se sem *mistu-*

38 AGOSTINHO. Enchiridion, sive de Fide, Spe et Charitate, CXVIII. In: *Opera Omnia* (Patrologiae Latinae, 40). Paris: J-P Migne, 1857.

39 “Sicut autem unius hominis, ita humani generis, quod ad Dei populum pertinet, recta eruditio per quosdam articulos temporum tamquam aetatum profecit accessibus, ut a temporalibus ad aeterna capienda et a visibilibus ad invisibilia surgeretur.” AGOSTINHO. De Civitate Dei, X, 14.

40 Salmo LXXIV, 9.

41 AGOSTINHO. De Vera Religione, VII, 11. (Ita omnibus generibus hominum et exemplorum ad animarum curationem, et ad institutionem spiritualis populi, utitur divina providentia).

ra. Mas, como educar a humanidade na ambigüidade do tempo? Ou seja, como educar na variação, na qual tudo muda e degenera?

Mesmo o bispo de Hipona colocará limites à idéia de uma pedagogia divina. O conhecimento da Lei não tornou os judeus melhores, ela simplesmente, como tudo que está no Velho Testamento, prepara a vinda do Cristo. Como observa Sellier, a Lei tornou-se um pedagogo, mas é importante perceber o quanto esse termo nos coloca longe de uma progressão histórica da santidade no povo de Deus. Essa pedagogia somente conduziu a alguns santos, não numerosos. Tais santos, que a graça iluminou, não só compreenderam que a Torah era um freio para um povo tão apegado à carne e um guia, logo depois tornado inútil para ele, como também descobriram um terceiro aspecto - o mais importante no plano de Deus: toda a antiga Aliança anunciada, prefigurava a nova.⁴² Assim, o que Clemete e Irineu entenderam como um exemplo a ser estendido para a história da salvação, isto é, uma história progressivamente educativa, não encontra inteiro respaldo no Doutor de Hipona: não há muito a fazer depois da queda. “Depois da queda de Adão e sua expulsão do Paraíso, os dias foram sempre maus. Perguntemos a estas crianças recém-nascidas porque sua primeira aparição é de choro – eles, que bem poderiam rir.”⁴³ A queda será sempre o limite a ser enfrentado na história, ela torna o homem refratário ao ensinamento e não permite aguardar mais do que “dias maus”. Essa indelével constatação serve também para o povo eleito sob o pedagogo, o que nos leva a acreditar que a pedagogia divina tenha apenas o caráter *propedêutico*, preparatório, e nada podemos ansiar a mais do que isto.

42 SELLIER, Philippe. *Pascal et saint Augustin*. Paris: Albin Michel, 1970, p. 443.

43 “Ex quo enim lapsus est Adam, et de paradiso expulsus, nunquam fuerunt dies nisi mali. Istos pueros qui nascuntur, interrogemus, quare a ploratu incipient, qui et ridere possunt.” AGOSTINHO. *Sermones de Scripturis* (Sermon 167). In: *Opera Omnia* (Patrologiae Latinae, 38). Paris: J-P Migne, 1841.





Judaísmo, cristianismo e idealismo alemão: a propósito da correspondência entre F. Rosenzweig e E. Rosenstock sobre Hegel

Arthur Grupillo¹

Resumo:

Durante longos anos entre o final do século XIX e o início do XX, cujos debates são emblemáticos para a filosofia da história, o enfrentamento com a militância cristã, como é o caso de Franz Rosenzweig, significou ao mesmo tempo um combate à filosofia da história de Hegel. Na correspondência com Eugen Rosenstock, historiador e filósofo cristão, Rosenzweig é constantemente levado a estabelecer um contraponto quase maniqueísta entre judaísmo e cristianismo, de modo que a salvaguarda da ideia de redenção parece exclusiva do primeiro, enquanto o cristianismo aparece como a única religião para a qual o mundo é essencialmente movimento e mudança, reforçando assim a interpretação secularista de matriz hegeliana, e que Rosenstock tenta desfazer.

Palavras-chave: Redenção, judaísmo, cristianismo, idealismo alemão, filosofia da história

Abstract:

many years between the ends of the 19th century and the beginnings of the 20th, whose debates are emblematic for the philosophy of history, the intellectual struggle against Christian militancy, as in the case of Franz Rosenzweig, has meant at the same time a struggle against Hegel's philosophy of history. In the correspondence with the Christian historian and philosopher Eugen Rosenstock, Rosenzweig is constantly lead to establish an almost Manichean counterpoint between Judaism and Christianity, so that the safeguard of the idea of redemption seems exclusive to the former, while Christianity appears as the only religion for which the world is essentially movement and change, thereby reinforcing the secularist interpretation informed by Hegel, and whose tendency Rosenstock tries to dismount.

Keywords: redemption, Judaism, Christianity, German idealism, philosophy of history

81



1 Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutor em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, ambos da UFS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Filosofia da História e Modernidade. (NEPHEM).



Apresentação²

Gostaria de agradecer, inicialmente, a oportunidade muitíssimo honrosa de participar desta mesa com tema filosófico no âmbito das comemorações dos 90 anos de Dom Luciano Duarte, arcebispo emérito da cidade de Aracaju e professor emérito da Universidade Federal de Sergipe, onde atuou proficuamente no departamento de filosofia.³ Quero dizer que o mais interessante, neste evento, chamado também “Perfis”, em alusão à diversidade de saberes aos quais se dedicou Dom Luciano, é que ele forma sem dúvida uma unidade. Unidade esta muitas vezes questionada e de difícil compreensão para o homem comum, como a que existe, desde sempre, entre a filosofia e a fé cristã. O gnosticismo muitas vezes tentou reduzir esta àquela. O fideísmo tentou, por sua vez, o caminho oposto. E ambos constituem heresias retumbantes, tanto do ponto de vista filosófico quanto do ponto de vista da religião cristã. Muito mais precisa é a chamada “contradição equilibrada” de Pascal, quando afirma:

“A nossa religião é sábia e louca; sábia, porque é a mais sábia e a mais fundada em milagres, profecias, etc.; louca, porque não é tudo isso que nos faz o que somos; o que faz é condenar os que não o são, mas não crer nos que o são. O que o faz crer é a cruz, *ne evacuata sit crux*. E, assim, São Paulo, que veio em sabedoria e em sinais, disse que não veio nem em sabedoria nem em sinais”.⁴

O cristianismo, desde o início, procurou equilibrar-se delicadamente entre a sabedoria dos gregos e os “sinais” da profética judaica, apropriando-se de um e de outro, sem se deixar identificar nem com um nem com outro. Embora diferentes questões tenham rapidamente dominado o cenário da patrística no século II, principalmente em relação à filosofia grega, uma demanda que mais urgentemente teve de ser resolvida, em seu estágio inicial, fora a relação entre o cristianismo e o judaísmo. “As cartas de Paulo, no Novo Testamento, apontam a importância dessa matéria no primeiro século da história cristã, uma vez que uma série de questões doutrinárias e práticas passaram a ser consideradas. Os cristãos gentios

- 2 Texto apresentado no Seminário “Dom Luciano Duarte: Perfis”, comemorativo dos 90 anos do Arcebispo Emérito de Aracaju. A apresentação ocorreu no dia 28 de janeiro de 2015 no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.
- 3 Sendo sua obra filosófica mais conhecida: *A natureza da inteligência no tomismo e na filosofia de Hume*. Aracaju: J. Andrade, 2003, fruto de sua tese de doutoramento defendida na Sorbonne em 1957 e só tardiamente traduzida e publicada em língua portuguesa.
- 4 Pascal, G. *Pensamentos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p.182 (Pensamento 588)

(isto é, os não-judeus) deveriam ser obrigados a circuncidar-se? Os cristãos teriam que observar as leis judaicas sobre o que comer? E como o Antigo Testamento deveria ser corretamente interpretado?”⁵

Pois bem, algumas vezes as duas delimitações estão tão intimamente ligadas, que é impossível tratá-las separadamente. O que me proponho aqui é indicar uma das fisionomias possíveis da tensão entre filosofia e fé cristã a propósito da filosofia da história. Para isso, tomei a iniciativa de apresentar sucintamente o diálogo entre um pensador judeu, Franz Rosenzweig, e um pensador protestante, Eugen Rosenstock,⁶ como parte da tentativa de acomodar uma perspectiva mais ampla a que eu chamo ousadamente “ortodoxia cristã”, e que inclui, obviamente, o melhor da teologia católica e o melhor da teologia protestante, segundo penso. Digo isso inspirado pelo apologista cristão G.K. Chesterton, membro da Igreja da Inglaterra por mais de vinte anos e convertido à Igreja de Roma aos 48 anos de idade. Na verdade, a correspondência entre Rosenzweig e Rosenstock é apenas um capítulo, a ser ainda desenvolvido, na pesquisa que venho empreendendo sobre as aproximações e divergências entre idealismo alemão e cristianismo ortodoxo, particularmente entre Hegel e Chesterton. Com efeito, a crítica da filosofia da história hegeliana constituiu uma das frentes principais do pensamento judeu. Minha suspeita é a de que, se for possível mostrar as afinidades do pensamento cristão ortodoxo com o pensamento judeu, obviamente sem identificá-los, teremos uma boa chance de demarcar os limites desse mesmo cristianismo ortodoxo em relação à filosofia de Hegel. *Acredito que uma certa postura em relação à história é capaz de delimitar bem as duas coisas.* E o diálogo com a temporalidade sagrada do judaísmo é, por sua vez, também capaz, por uma afinidade eletiva, de apoiar essa distinção.

Portanto, não chego como protestante, que de fato sou, a uma festividade católica, propondo um diálogo entre judaísmo e protestantismo, completamente deslocado, como um convidado deslocado numa festa de poucos conhecidos. Não. É inicialmente na condição de professor e entusiasta da filosofia que me permito esse diálogo; depois, na condição ainda mais profícua da fraternidade cristã, que diante dos complexos desafios contemporâneos, tanto no contexto nacional quanto no transnacional, mais nos une do que divide; e se mesmo esta ainda não bastasse, há ainda a própria condição humana, que São Paulo chamou de “indesculpável”, por naturalmente conhecer a Deus e à lei do coração. (Epístola aos Romanos 1.20 e 2.14-15)

Antes de mais, no entanto, preciso dizer algumas poucas palavras sobre os pensadores aqui em discussão. Franz Rosenzweig (1886-1939), nas-

5 McGrath, A. *Christian Theology: an Introduction*. Chichester, England Malden: Wiley-Blackwell, 5.ed., 2011, p.70

6 Devemos a Stéphane Mosès a exploração filosófica dessa correspondência.

cido na cidade de Kassel, na Alemanha central, é um dos mais eminentes filósofos e teólogos judeus entre os séculos XIX e XX, tendo influenciado grande parte do pensamento judaico contemporâneo, nas figuras de Walter Benjamin ou Emmanuel Lévinas, por exemplo. A experiência da Primeira Grande Guerra leva Rosenzweig a uma redescoberta do judaísmo, herdado de uma família meramente assimilada à nação alemã, cujas práticas judaicas eram tidas como “frouxas” pela geração seguinte mais “radical”. Desde sua participação efetiva na guerra, Rosenzweig antecipou seus sentimentos em relação à filosofia da história de Hegel, na qual o Absoluto, sujeito da história, cobra quaisquer custos necessários, principalmente na forma de vítimas humanas, à consecução dos mais altos fins do Espírito. Seu contemporâneo, Eugen Rosenstock (1888-1973), historiador e filósofo de fortes incursões teológicas, provém, assim como Rosenzweig, de uma família de origem judaica assimilada; porém, em vez de radicalizar-se judeu, converte-se ao cristianismo e se torna uma das mentes mais conscientes dessa tensão, que se expressará de forma exemplar na correspondência entre os dois.

84

Cristianismo e idealismo alemão: afinidade eletiva por contraste ao pensamento judaico

Depois da morte de Hegel, em 1831, a filosofia alemã entraria, segundo Herbert Schnädelbach, numa crise de identidade da qual não sairia até o presente.⁷ Slavoj Žižek vai além, ao colocar essa situação na base da filosofia contemporânea. Para ele,

poderíamos considerar que a filosofia dos últimos dois séculos constituiu-se por um distanciamento de Hegel. Hegel encarna o monstro do “panlogicismo”, da mediação dialética total da realidade, da dissolução total da realidade no automovimento da Ideia; frente a esse monstro, afirmou-se de maneiras diversificadas o elemento que supostamente escaparia à mediação do conceito.⁸

Digo isto para tornar compreensível por que não é raro relacionar-se certa imagem da história com o modelo teleológico que caracteriza o pensamento histórico do ocidente, “tanto na forma religiosa da teodiceia cristã como na forma secularizada de uma dialética da razão imanente à história”.⁹ Sem querer ainda entrar nos detalhes da contraposição entre tal modelo teleológico da história e o modelo alternativo da esperança messiânica judaica, associado a pensadores judeus como Rosenzweig ou

7 Cf. Schnädelbach, H. *Philosophie in Deutschland 1831-1933*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991.

8 Žižek, S. *O mais sublime dos históricos: Hegel com Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p.13

9 Mosès, Stéphane. *El Ángel de la Historia: Rosenzweig, Benjamin, Scholem*. Madrid: Cátedra, 1997, p.23

Benjamin, também esta tendência de vincular a filosofia teleológica da história com a teodiceia cristã ou, em sua forma secularizada, com uma dialética da razão, já de imediato identifica, está-se a ver, o cristianismo com o idealismo alemão de modo demasiadamente apressado.

É que durante longos anos entre o final do século XIX e o início do XX, cujos debates são emblemáticos para a filosofia da história, o enfrentamento com a militância cristã, como é o caso de Rosenzweig, significou ao mesmo tempo o combate à filosofia da história de Hegel. O cristianismo é visto como o princípio fundador de uma civilização que se apresenta como o último representante histórico do Absoluto. A história como a “religião do século dezenove” – expressão de Rosenzweig – era uma consequência inscrita no próprio destino do cristianismo, a saber, secularizar-se, como já havia diagnosticado o jovem Hegel.¹⁰

Na correspondência com Rosenstock, Rosenzweig é constantemente levado a estabelecer um contraponto quase maniqueísta entre judaísmo e cristianismo, de modo à salvaguarda da ideia de redenção parecer exclusiva do primeiro, enquanto o cristianismo aparece como a única religião para a qual o mundo é essencialmente movimento e mudança, reforçando assim a tendência secularista de matriz hegeliana. Para Rosenstock, contudo,

a dualidade do espiritual e do temporal sempre definiu a essência mesma do cristianismo; neste sentido, o mundo moderno representa para ele um desafio, mas não um questionamento radical; simplesmente, na tensão sempre presente entre o espiritual e o temporal, este último tende a ter cada vez mais peso.¹¹

Nesse sentido, a discussão teológica é abandonada em detrimento de uma análise do papel do cristianismo na história da Europa moderna, como veio a tornar-se, aliás, tese sociológica clássica, embora em *A Estrela da Redenção* Rosenzweig insista em mostrar que “o judaísmo e o cristianismo representam duas visões, opostas e complementárias, de uma mesma utopia”.¹²

Paradoxo da história

Aqui, nesta insistência, arriscamos a formulação de uma hipótese: a de que a tendência em identificar cristianismo e história imanente é herética, inspirada por Hegel e possivelmente por uma interpretação secularista e modernista de alguns escritos protestantes. Pelo contrário, a genuína interpre-

10 Cf. Hegel, G.W.F. “Der Geist des Christentums und sein Schicksal”. In: Frühe Schriften (Werke 1). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2014.

11 Mosès, op.cit., p.41

12 Ibid., p.40 Cf. Rosenzweig, F. *Der Stern der Erlösung*. Freiburg: Universitätsbibliothek, 2002.

tação da mensagem cristã não poderia abrir mão do que gostaria de chamar de *paradoxo da história*, obediente, porém vigilante, à famosa recomendação paulina na Epístola aos Romanos, quando diz “não vos conformeis com este século, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus” (Rm 12.2), obediente, numa palavra, ao ordenamento, por assim dizer, “perverso”, de agir na história imanente sem perder de vista a redenção enquanto restauração completa de todas as coisas, indeterminadamente adiada na expectativa da parusia.¹³ Tal paradoxo, numa expressão, nos questiona: “Será que o homem comum é capaz de odiar o mundo o bastante para mudá-lo, e, no entanto, amá-lo o bastante para achar que a mudança vale a pena?”¹⁴

A referência a Rosenzweig, na verdade, tem aqui apenas uma função heurística e não pretende de forma alguma abordar a questão judaica com a merecida profundidade. Ela visa apenas tornar clara a tendência sempre mais forte de identificar o cristianismo com a filosofia teleológica da história imanente, numa palavra, com o idealismo absoluto de Hegel. Sem dúvida, diz Rosenstock, o cristianismo é, em comparação com o judaísmo, uma religião moderna, mas isso não significa que ele se identifique sem mais com a civilização moderna. Entretanto, a resposta de Rosenzweig é franca e contundente demais para ser ignorada, pois ela toca o núcleo do paradoxo:

O cristianismo se identifica com os impérios (atualmente diríamos que se identifica com o mundo), o judaísmo se identifica consigo mesmo (exemplo, o sionismo). Neste mundo que, por força da universalidade (joânica) chega a perder sua substância própria, o judaísmo representa o único ponto de contradição, de limite, isto é, a única garantia da *realidade* do mundo cristão. Se não existisse, só haveria impérios.¹⁵

O paradoxo cristão, que para o pensamento ortodoxo contém o seu melhor, isto é, a disposição de agir na história sem perder de vista a trans-

13 A isso Heidegger chama de “tremenda dificuldade da vida cristã”, em contraposição à via mística. Cf. Heidegger, M. *Fenomenologia da Vida Religiosa*. Petrópolis: Vozes, 2010, p.111. Sabemos que, nas lições sobre a fenomenologia da vida religiosa, Heidegger estava sob profunda influência de Lutero. Aliás, tanto é ambígua a exigência de reconciliação com a história empírica no pensamento protestante, que Hegel denomina de “bela subjetividade do protestantismo” a subjetividade que “desdenha qualquer reconciliação com a existência empírica”, convertendo a poesia de sua dor “na prosa da satisfação com esta finitude”, no modelo da boa consciência kantiana. Cf. Hegel, G.W.F. *Fé e Saber*. São Paulo: Hedra, 2009, p.26-7

14 Chesterton, G.K. *Ortodoxia*. São Paulo: Mundo Cristão, 2007, p.119 A caracterização dos paradoxos do cristianismo como algo que se assemelha a uma “perversidade” é criação literária de Chesterton, para definir a principal e melhor característica da fé cristã. Por outro lado, Žižek explora esta ideia de forma claramente distorcida. Cf. Žižek, S. *The Puppet and the Dwarf: The perverse core of Christianity*. Cambridge/London: The MIT Press, 2003.

15 Rosenzweig-Scheinmann, R. & Casper, B. *Franz Rosenzweig, Der Mensch und sein Werk, Briefe und Tagebücher*. 2. Bd. 1918-1929. Haia: Martinus Nijhoff, 1979, p.305 *apud* Mosès, *op.cit.*, p.48. A expressão “joânica” se refere aqui ao fato de, na *Filosofia da Revelação*, Schelling propor a intrigante divisão entre três fases do cristianismo. A de Pedro, que vai dos primórdios até a Reforma, a de Paulo, que vai da Reforma à Revolução Francesa, e a de João, que vai daí em diante, até o cristianismo ser absorvido pela sociedade.

condência crítica representada pela expectativa messiânica imprevisível da restauração de todas as coisas, ameaça constantemente degenerar na identificação com o mundo, sobretudo com a história política, degeneração esta da qual Hegel fora o mais enfático e cruel representante. Por isso, para Rosenzweig, o cristianismo nunca poderá esquecer-se de sua origem judaica, sob o risco da assimilação. Ele reconhece, desta forma, que o grande enigma está no fato de existirem dois paradigmas da redenção dentro de uma mesma civilização, como manifestação da finitude definitiva da condição humana.¹⁶ Mas eu gostaria de sustentar, com o apoio de Chesterton, que tal paradoxo é intrínseco ao próprio cristianismo, e que pode ser formulado de modo mais ou menos independente da questão judaica, a saber, de que se trata do enigma, não de dois messianismos, mas de dois aparecimentos do mesmo Messias, se levarmos em conta a expectativa da parusia cristã.¹⁷

Cristianismo e judaísmo: afinidade eletiva por contraste ao idealismo alemão

Ao considerar Hegel como autor de uma teodiceia histórica, Rosenzweig pretende chamar atenção para o fato de que é o Deus da religião, e não da história, que tem de salvar o homem. Isto não poderia ser, em linhas gerais, uma interpretação incorreta do espírito do cristianismo que, para todos os efeitos, permanece religião. Mas é contra este mesmo espírito dizer que toda ação na história é naturalmente profana e pecaminosa, precisamente pelo fato de a primeira vinda do Messias ter aberto caminho para a ação humana.¹⁸ Com efeito, a ideia de Rosenzweig reflete um juízo sobre a história marcado pela experiência da Primeira Grande Guerra. Não por aca-

16 Cf. Mosès, *op.cit.*, p.48

17 Em linhas gerais, a correspondência com Rosenstock não dista muito da redação da tese de doutoramento de Rosenzweig, *Hegel e o Estado* – que identifica mais estritamente o cristianismo com a história imanente –, embora sua tese só viesse a ser publicada em 1920, próximo à data de publicação de *A Estrela da Redenção*, na qual ele parece fazer uma leitura mais cordial do cristianismo e de seus paradoxos, que poderíamos entender, em parte, como oriundos do vínculo com o judaísmo. Cf. Rosenzweig, F. *Hegel e o estado*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

18 É nesse sentido que eu falava de uma interpretação “modernista e secularista” de certos escritos protestantes. As diferenças, por exemplo, entre a teologia da graça de Agostinho e a teologia da justificação luterana, ou a teologia da predestinação reformada, são dignas de nota. Na pós-reforma, luteranos e calvinistas (e é bem possível que o próprio Lutero e o próprio Calvino não tenham nisso qualquer dolo) lutavam por estabelecer fronteiras doutrinárias que se confundiam cada vez mais com fronteiras nacionais, acirrando as diferenças com os católicos e entre si. Isto deixou marcas tanto na doutrina luterana da justificação pela graça quanto na doutrina calvinista da predestinação, que pareciam ofender o senso mais comum da responsabilidade humana e da justiça de Deus. Por outro lado, Agostinho defendia a complexa perspectiva, ratificada no Concílio de Trento, segundo a qual a graça, muito longe de limitar o livre arbítrio do ser humano, é precisamente o que o torna possível (*liberum arbitrium liberatum*), libertando-o do pecado ao qual estava originariamente preso (*liberum arbitrium captivatum*). Mas Lutero nunca pensou diferente disso. Só posteriormente ficou claro que esta controvérsia, paradigma da divergência entre a igreja protestante e a igreja católica, era de fato apenas um mal-entendido, devido ao estilo combativo de Lutero e, muito mais, aos esforços de seus seguidores, para quem a prioridade era demarcar a identidade da igreja nacional em contraposição à igreja romana. Cf. McGrath, *op.cit.*, Cap.4 “The Doctrines of Human Nature, Sin, and Grace”, p.1327-1433

so, em *A Estrela da Redenção*, ele atribui ao cristianismo a concepção de uma história sagrada ao mesmo tempo imanente à história profana. A ideia de uma existência radicalmente alheia à história profana, que corresponde à forma genuína do povo judeu, Rosenzweig só a concebeu “com o reverso, ou a inversão, da teoria hegeliana da história, no momento em que a catástrofe de 1914-1918 lhe confirma sua pertinência e desmascara, a um tempo, sua perversidade absoluta”.¹⁹ A recaída do jovem Rosenzweig no judaísmo radical é fruto de uma falsa identificação entre Hegel e o cristianismo. Ou, melhor dizendo, entre a perversidade de Hegel e a “perversidade” cristã.

Este é o ponto no qual a máscara da identificação entre Hegel e o cristianismo se desfaz, pois só podemos falar de uma inversão de Hegel, no sentido de uma não-história de inspiração judaica, se pudermos falar, da mesma forma, de uma história do cristianismo ou do cristianismo *como história*. A hipótese de que há uma intemporalidade litúrgica que “se separa da marcha dos que se aproximam da redenção pelo trabalho dos séculos”²⁰ só se mantém se for possível descrever estritamente o cristianismo como história, e não como religião, isto é, como doutrina que não preserva um núcleo não sujeito à mudança histórica. Mas não é disso somente que se trata. Não se trata do envolvimento do cristianismo, enquanto instituição, com as vicissitudes da história profana. Trata-se, antes, da ideia de que o próprio cristianismo muda, até tornar-se outra coisa que não ele mesmo, secularizando-se, dissolvendo-se na filosofia que é, por sua vez, história absoluta.

Ora, o próprio Rosenzweig, operando correções na sua tese, criticada como “quietista” por Gershom Scholem, “sem deixar de afirmar que a vocação religiosa do povo judeu é, em seu princípio mesmo, transcendente à história, teve que admitir que, em sua fase atual de secularização, esta vocação não poderia deixar de submeter-se à prova nos e através dos compromissos históricos.”²¹ Mas isso não difere, de forma alguma, do desafio cristão, como dito anteriormente, de agir no mundo sem se identificar com ele, sem se imiscuir na trama dos interesses mundanos, mas modificar o mundo por uma renovação espiritual, guardando e aguardando a transcendência redentora.

19 Mosès, op.cit., p.51 Na verdade, embora isto escape do alcance do presente trabalho, poder-se-ia dizer que “O ponto central da crítica de Rosenzweig à visão hegeliana da história se refere à questão do nacionalismo moderno”. Ibid., p.60 “O que Hegel escreve na *Filosofia do Direito* é a emergência do nacionalismo moderno como forma secularizada da ideia de eleição. Para Rosenzweig, esta secularização não é mais que o último avatar de um processo muito mais antigo, ligado à transformação que o cristianismo realiza nas categorias centrais do judaísmo. Efetivamente, o projeto fundamental do cristianismo não é abolir as categorias religiosas nascidas do judaísmo, mas universalizá-las. Em certo sentido, Hegel segue sendo fiel à inspiração mesma do cristianismo quando enuncia a tese segundo a qual todos os povos podem aparecer num momento dado como investidos de uma missão história pelo Espírito universal.” Ibid., p.62

20 Ibid., p.58

21 Ibid., p.59



Padre Luciano Duarte: Olhares de um Peregrino entre dois Mundos¹

Magno Francisco de Jesus Santos²

Father Luciano Duarte: Looks of a Pilgrim between two Worlds

Resumo:

Esse artigo analisa as experiências históricas de Luciano Duarte como peregrino no Velho Mundo e a invenção da Peregrinação da Juventude Universitária Católica ao Santuário de Nossa Senhora Divina Pastora. A partir das memórias produzidas pelo padre Luciano e pelos membros da JUC, tornou-se possível lastrear os caminhos trilhados na composição de um novo espaço devocional no cenário católico sergipano.

Palavras-chave: Luciano Duarte, peregrinação, Divina Pastora, Sergipe.

Abstract:

This article analyzes the historical experiences of Luciano Duarte as a pilgrim in the Old World and the invention of the Catholic University Youth Pilgrimage to the Shrine of Our Lady Divina Pastora. From the memories produced by Luciano priest and members of the JUC, it became possible to ballast the paths in the composition of a new devotional space in Sergipe Catholic setting.

Keywords: Luciano Duarte, pilgrimage, Divina Pastora, Sergipe.

89



- 1 Artigo apresentado na mesa-redonda “História da Igreja”, no Seminário Dom Luciano Duarte: Perfis.
- 2 Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor da Faculdade Pio Décimo. E-mail: magnohistoria@gmail.com

A vista é, de todos os sentidos, o que nos faz adquirir mais conhecimentos e que nos relava mais diferenças.³

François Hartog, ao analisar a condição de homem-memória a partir da figura mítico-literária de Ulisses, ressalta o papel do olhar e do ver. O olho torna-se um instrumento de construção do conhecimento, por meio da interlocução entre o ver e o saber. Na saga do homem-memória, o olhar torna-se o ponto de confluência entre os diferentes mundos, entre as experiências passadas e o encontro de novas realidades. Ao se deparar com o novo, o homem-memória remete-se ao seu mundo, ao seu passado, ao seu torrão natal.

Essa referência a Ulisses visto e interpretado por Hartog torna-se pertinente para a tentativa de compreensão de um dos atores sociais mais complexos e paradigmáticos do campo intelectual sergipano da segunda metade do século XX. Refiro-me ao padre Luciano José Cabral Duarte, personagem que marcou a sociedade sergipana da segunda metade do século XX por meio de suas ações no campo educacional, religioso, social, cultural, filosófico e político. Torna-se praticamente impossível, ou até mesmo imprudente, discutir a história cultural de Sergipe da segunda metade do século XX sem problematizar a figura marcante do padre Luciano Duarte. Sua presença no campo cultural sergipano foi algo próximo de uma onipresença. Isso torna-se plausível ao remetermos para as famosas homilias na capela São Salvador, as explicações lúcidas e paradoxalmente complexas na Hora Católica da Rádio Cultura, o Sermão das Sete Palavras no Batistão; para a atuação frente ao ensino superior, no campo administrativo, na criação do Museu de Arte Sacra de São Cristóvão e, principalmente, na defesa de suas convicções.

Além disso, destacam-se os seus textos sobre as viagens, reunidos no livro com um título que anuncia a sua sagacidade de homem-memória: *Europa: ver e olhar*. Como tão bem elucidou Ana Medina, a prefaciadora da obra, “ver é a mística do ato de apreciar, olhar é o processo”.⁴

Como estudioso das grandes manifestações de fé do povo sergipano, tentarei fazer o exercício de compreender esse ator histórico por meio de uma de suas principais criações: a peregrinação ao Santuário de Divina Pastora, recentemente registrada como “Patrimônio de Natureza Imaterial do Estado de Sergipe”.⁵ Esse patrimônio imaterial do povo sergipano, capaz de reunir anualmente mais de cem mil peregrinos, surgiu a partir

3 HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 14.

4 MEDINA, Ana Maria Fonseca. Prefácio. In: DUARTE, Luciano. *Europa: ver e olhar*. 3ª ed. Aracaju: IDLD, 2010, p. 8.

5 ESTADO DE SERGIPE. Decreto 29.884 do dia 09 de setembro de 2014. *Diário Oficial do Estado de Sergipe*. nº 27.051. Aracaju, 11.09. 2014, p. 1.

do intento do padre Luciano Duarte nos idos da década de 50 do século XX. Com isso, apresentarei Luciano Duarte desse período como um peregrino, um homem religioso dividido entre as experiências históricas construídas nas duas margens do Atlântico. Essa faceta de viajante do padre Luciano Duarte foi anunciada por Manoel Cabral Machado:

O viajero, o homo viajor, rasga a casca provinciana, na primeira oportunidade, oferecida ou cavada. Assim, o estudante em férias na Sorbonne palmilha os caminhos da Europa, ora escondendo a roupeta de clérigo quando penetra a cortina de ferro, ora envergando-a de peregrino em terras livres, chegando até o Santo Sepulcro, em viagem pelo Oriente. De outra feita, a pretexto de estudos, percorre a América e, por três anos, como repórter, acompanha o concílio e o próprio Papa em peregrinação na Ásia.⁶

Antes mesmo das longas viagens pelo além-mar, da visitação aos principais santuários do mundo católico na Europa e no Oriente, a família de Luciano Duarte era marcada pela experiência das romarias, das viagens com preocupações religiosas. Um exemplo disso é a poesia escrita pelo patriarca da família, José Góes Duarte, sobre a romaria do Senhor dos Passos na cidade de São Cristóvão, terra natal dos avós paternos do padre Luciano.⁷

Passos, em São Cristóvão

É dia de PASSOS. A cidade
Velhinha, mas de porte sobranceiro,
Trajando o seu vestido domingueiro,
Comunga da ambiente alacridade...

Bem que já teve as glórias de beldade,
Num remoto passado, alvissareiro...
Que lembranças lhe traz cada romeiro,
Daquele tempo de felicidade!...

Mas... Procura conter-se, neste dia.
É bem que finja arroubos de alegria,
Por protocolo... E hospitalidade...

6 MACHADO, Manoel Cabral. Dom Luciano. In: *25 anos de Sacerdócio*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1973.

7 Segundo José Góes Duarte, a primeira capital de Sergipe era uma ermida do passado, a urbis dos sinos e das lembranças: São Cristóvão! Ermida sacrossanta/ Dos sonhos que sonhei, na mocidade.../ Ao te rever, minh'alma se quebranta/ E reza o credo-santo da Saudade./ Quanta recordação me avivas; quanta/ Lembrança, enternecida, de outra idade!/ Meu coração de nômade se encanta/ Ao prestígio de tua soledade.../ Terra de meus avós e de meus pais:/ Ao planger dos teus sinos vesperais,/ Creio ouvir, melancólico e divino,/ O mesmo canto que me embalava,/ Ao me fazer dormir, quando menino. Cf. DUARTE, José de Góes. Alma em Êxtase. In: *Obra Poética*. Aracaju, 1995, p. 240.

Passada a festa, ei-la que volta, entanto,
 Ao seu cismar perene, ao desencanto:
 Volta a viver... morrendo de saudade!⁸

Essas lembranças acerca das expressões de religiosidade das romarias sergipanas foram reavaliadas a partir das experiências sociais vivenciadas na Europa. A visitação aos grandes santuários, como Fátima, Lourdes, Jerusalém, Roma e, particularmente, Chartres, impulsionaram o padre Luciano Duarte a repensar as celebrações de sua terra natal, especialmente em relação às atividades desenvolvidas em Aracaju com a Juventude Universitária Católica, JUC, da qual desempenhava o papel de diretor espiritual. O doutorado na Sorbonne propiciou ao padre não somente o aprimoramento intelectual e também a renovação de suas convicções espirituais, por meio dos templos visitados. O jovem estudante, nos períodos de férias, transformava-se em peregrino, vestido em sua batinha e com mochilas nas costas, a desbravar os caminhos devocionais da Europa. Observe a Figura 1:⁹

92



- 8 Essa poesia de José Góis Duarte, o Zeca, foi publicada originalmente no jornal católico “A Cruzada”, em 1950, quando o filho do poeta, o padre Luciano Duarte, era o diretor do periódico católico. Cf. DUARTE, José de Góes. Passos, em São Cristóvão. *A Cruzada*. Ano XVI, nº 643. Aracaju, 26 de março de 1950, p. 1. DUARTE, José de Góes. Passos, em São Cristóvão. *Obra Poética*. Aracaju, 1995, p. 276.
- 9 FIGURA 1: Padre Luciano José Cabral Duarte na peregrinação à Chartres em 1955. INSTITUTO DOM LUCIANO DUARTE. Doc. 1135.

O padre não somente palmilhou as estradas dos grandes centros de romarias do velho mundo, como também revelou-se na condição de cronista do seu tempo. Semanalmente, ele enviava textos para serem publicados na sessão “Bilhetes da Europa”. Os aracajuanos acompanhavam a saga do estudante brasileiro na visitação aos mais importantes núcleos urbanos europeus. Além disso, Luciano Duarte, na condição de andarilho, buscou perpetuar sua experiência por meio de uma câmera fotográfica. Seus registros iconográficos constituíram um valioso acervo acerca de seu olhar sobre o mundo, salvo guardado no Instituto Dom Luciano Duarte. Assim como Ulisses de François Hartog, Luciano Duarte foi “o herói que durante muitos anos errou/ vendo muitas cidades, descobrindo muitos costumes”.¹⁰

De certo modo, a estadia do padre no Velho Mundo tornou-se uma viagem coletiva. A população sergipana paulatinamente descortinava os segredos da Europa, ora por meio dos textos publicados semanalmente na coluna “Crônica da Semana”, do jornal católico “A Cruzada”,¹¹ ora por meio das afamadas conferências proferidas pelo padre no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no Curso de Vulgarização Cultural. De acordo com Gizelda Morais, “durante três noites, compareceram pessoas de todas as idades, ávidas para ver os *slides* e ouvir as exposições sobre os aspectos históricos, religiosos e estéticos dos lugares, monumentos, edificações ou obras de arte apresentados nas fotos.”¹² Na “Casa de Sergipe”, o velho mundo era apresentado em detalhes, como uma composição sensivelmente tecida entre imagens e palavras.

Na década de 50 do século XX, o padre Luciano Duarte já ocupava cargos de ressonância no clero sergipano. Ele atuou como assistente eclesialístico da Juventude Universitária Católica de Aracaju, capelão da Igreja de São Salvador, professor da Faculdade de Serviço Social e diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FAFI) e do semanário “A Cruzada”. Nos primeiros anos após a ordenação, o jovem padre já era visto como um dos promissores nomes do clero estadual. O êxito intelectual se confirmou nos idos de 1954, quando conseguiu uma bolsa de estudos na Sorbonne, “na qualidade de *étudiant patronné par le Gouvernement Français*”.¹³ A partida do Porto do Rio de Janeiro foi assim pelo padre viajante:

Embarquei no Rio, para a França, no dia 1º de setembro de 1954, no navio francês, “Charles Tellier”. O navio zarpou às 21h30 e saiu pela baía iluminada, lentamente, até que aos pou-

10 HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 14.

11 MEDINA, Ana Maria Fonseca. Prefácio. In: DUARTE, Luciano. *Europa: ver e olhar*. 3ª ed. Aracaju: IDLD, 2010, p. 7.

12 MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano Cabral Duarte: relato biográfico*. Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 122.

13 MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano Cabral Duarte: relato biográfico*. Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 98.

cos se foi apagando, na escuridão espessa, a visão dos fios de luz, coroando as praias incomparáveis, mergulhadas na noite.¹⁴

A despedida do Brasil foi descrita como um mergulho no escuro, no mundo desconhecido, nas incertezas do porvir. Luciano Duarte mostrou-se como um homem-memória consciente do afastamento do lugar comum, do “porto seguro”, em busca do conhecimento no além-mar. Em 1955, o padre universitário participou de um evento que marcaria a sua estadia na Europa: a peregrinação dos universitários a Chartres. Essa manifestação devocional havia sido recriada no início do século XX. De acordo com Luciano Duarte, “foi em 1911 que um homem angustiado partiu, a pé, de Paris, para percorrer os 90 quilômetros que o separavam de Chartres, e lá, coberto de poeira e de fadiga, implorar a Nossa Senhora a cura de um filho à morte”.¹⁵ Esse peregrino pioneiro foi Charles Péguy. Esse ato piedoso foi reproduzido, a partir de 1937, pelos universitários de Paris. No período do pós-guerra, a peregrinação tornou-se uma das mais expressivas manifestações do catolicismo francês. O Ulisses sergipano peregrinou entre os dias 14 e 15 de maio de 1955 e descreveu os preparativos:

Cada ano, um assunto é escolhido pelos assistentes eclesiásticos, para servir de tema à peregrinação. Nos anos anteriores, houve assuntos como: Deus, Jesus Cristo, a Missa, O Batismo. Para este ano o tema escolhido foi: a Santidade.

Dois Meses antes da peregrinação, começa a preparação. Cada “branche” dividirá os seus estudantes em grupos de 70: são os chapitres. Cada chapitre conta com cerca de 10 dirigentes, rapazes e moças, os quais se ocuparão de orientar os restantes, subdivididos em grupos de seis ou sete, durante a marcha para Chartres.¹⁶

A peregrinação à Chartres constituía uma novidade para o jovem padre brasileiro. Ao contrário das práticas recorrentes nas romarias de seu torrão natal, a solenidade francesa era marca pelo seu caráter reflexivo, com uma longa preparação e embates ao longo da caminhada. Tratava-se de uma caminhada religiosa com forte teor pedagógico, na qual prevaleciam os debates acerca das temáticas propostas. Ao longo da caminhada, os cenários bucólicos da França descortinavam diante de seu olhar atento e sensível. Um dos momentos centrais na assertiva do cronista foi a visualização das torres da Catedral de Notre Dame de Chartres:

Quatro horas da tarde. Ainda quinze quilômetros para Chartres. Mas já uma hora que se avistam, no horizonte, as duas

14 DUARTE, Luciano. *Europa: ver e olhar*. 3ª ed. Aracaju: IDLD, 2010, p. 19.

15 DUARTE, Luciano. *Europa: ver e olhar*. 3ª ed. Aracaju: IDLD, 2010, p. 67.

16 DUARTE, Luciano. *Europa: ver e olhar*. 3ª ed. Aracaju: IDLD, 2010, p. 69.

torres, desiguais da caminhada de Péguy, as torres de Nossa Senhora. A torre da alegria e a torre do sofrimento.¹⁷

Nas palavras do padre peregrino, as torres da grande catedral revelavam os substratos contidos na longa caminhada: alegria e sofrimento. Alegria em poder contemplar um dos mais importantes templos do cristianismo e sentir a força da devoção mariana. Sofrimento em decorrência do sacrifício pelo trajeto extenso.¹⁸



Além da dualidade de sentimentos por conta da conclusão do trajeto penitencial, Luciano Duarte também mostrou-se entusiasmado com a receptividade da população local em relação aos universitários peregrinos. De acordo com sua ótica, aquele momento simbolizava o encontro entre diferentes gerações, além de representar o fortalecimento dos pilares da tradição.

Na estrada, em linha reta, a coluna dos estudantes se desdobra por centenas e centenas de metros. O cansaço é vencido pelo

17 DUARTE, Luciano. *Europa: ver e olhar*. 3ª ed. Aracaju: IDLD, 2010, p. 71.

18 FIGURA II. Entrada do padre Luciano Duarte em Chartres. INSTITUTO DOM LUCIANO DUARTE. Doc. 1198.

canto, pela aproximação da meta, pela visão das torres. A entrada em Chartres é empolgante. As velhas ruas estão apinhadas de estudantes, cada qual com seu saco de bagagem às costas. Das janelas, velhas avós juntam a vós cansada ao canto forte dos estudantes, que repetem “*Je vous salue, Marie*”, infatigavelmente. (...) Chartres revive as horas gloriosas de seu passado. O canto vibra em sob as arcadas majestosas. O templo e os peregrinos são um só conjunto: é a mesma fé que a pedra reflete e que invade a alma dos jovens cristãos, reunidos diante de Nossa Senhora, na sua casa, para louvar em Maria a mais pura manifestação de Santidade de Deus, refletida numa pessoa humana. Na garganta dos estudantes de Paris vibra o mesmo canto de fé e de amor que, há dez séculos, é a alma de Chartres.¹⁹

A peregrinação à Chartres foi descrita pelo padre Luciano Duarte como uma cerimônia de encontros. Primeiramente entre os universitários de Paris e a população da cidade-santuário, com os olhares cruzados e as vozes que se uniam para louvar a Maria. Segundo, entre o tempo presente, vivenciado pelos jovens estudantes, e o pretérito, do período da construção da grande catedral. De acordo com o cronista, os universitários do seu tempo e os devotos de outrora entoavam o mesmo canto de fé dedicado à Virgem de Chartres. Por fim, o terceiro encontro, inicialmente de âmbito pessoal do padre Luciano, entre a experiência vivida no santuário francês e as memórias devocionais de seu país de origem. Do mesmo modo pelo qual o padre conhecia uma nova realidade, um modelo inovador de se fazer manifestações de fé, ele pensava sobre as possibilidades de fomentar novos espaços devocionais em Sergipe. Ao contemplar a beleza plástica da peregrinação de Chartres, Luciano Duarte repensou o catolicismo da outra margem do Atlântico.

No início de 1958, já usufruindo do título de doutor,²⁰ o padre Luciano Duarte retornou a Sergipe. Na Diocese de Aracaju, o padre reassumiu o comando das atividades que desempenhava anteriormente, além de novas incumbências. Para a biógrafa Gizelda Morais:

Em 2 de fevereiro, ele reassume a direção e o magistério da Faculdade de Filosofia e o ensino também na Faculdade de Serviço Social. É novamente designado assistente eclesialístico da Juventude Universitária Católica, a sua querida JUC, e da Liga Universitária Católica (LUC), formada por profissionais liberais e pessoas com estudos superiores. Além disso, é designado diretor do Apostolado Radiofônico de Sergipe.²¹

19 DUARTE, Luciano. *Europa: ver e olhar*. 3ª ed. Aracaju: IDLD, 2010, p. 71.

20 Luciano Duarte doutorou-se em Filosofia com a tese «l'Intelligence dans le Thomisme et dans la Philosophie de Hume». A defesa ocorreu no dia 30 de novembro de 1957 e contou com a participação do orientador, Ferdinand Alquié, e dos professores De Gaudillac e Paul Ricouer. Cf. MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano Cabral Duarte: relato biográfico*. Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 112.

21 MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano Cabral Duarte: relato biográfico*. Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 118.

O retorno às atividades como liderança católica em Sergipe foi marcada por inovações avassaladoras. De imediato, o religioso empolgou os jovens estudantes das faculdades locais com suas preleções acerca das experiências vivenciadas nos santuários europeus. Aulas, conferências e textos publicados na imprensa da capital, contribuíram para fomentar um grupo de seguidores, entusiastas das inovações pedagógicas, filosóficas e evangelizadoras. Até certo ponto, Luciano Duarte, tornou-se o portador da boa-nova, dos novos fazeres no âmbito do catolicismo. Clara Leite de Rezende, ex-militante da JUC, expõe o fascínio despertado pelo religioso em seu alunado: “sua personalidade forte e cultura muito acima dos parâmetros locais (da Igreja) exerciam sobre mim um misto de fascínio pelo mundo dos conhecimentos que com ele estava a descobrir e apreensão de não corresponder ao ritmo de aprendizado”.²²

Em maio de 1958, o padre Luciano Duarte deu início a série de reuniões com os membros da JUC para organizar a peregrinação dos universitários. Desejoso de fomentar a criação de um novo espaço devocional nos moldes franceses, o religioso teve como um dos primeiros desafios a escolha do templo a ser alvo da nova manifestação de fé. De acordo com Salvador de Oliveira Ávila:

Após o retorno do Padre Luciano a Aracaju, não só mantivemos as reuniões de rotina do grupo da JUC, mas também tivemos muitos encontros, verdadeiras aulas (...). Liderados pelo Padre Luciano, que vivenciou na França as peregrinações à Catedral de Chartres, uma grande manifestação da fé cristã e uma oportunidade de reflexão e prática religiosa, definiu-se realizar a primeira peregrinação à Igreja da Divina Pastora, após algumas visitas que fizemos, transportados de kombi dirigida pelo Padre Luciano, a capelas e igrejas para escolha do local. Estas visitas foram feitas pelo Padre, com a minha participação e mais as de Carmem, Juarez, Eunice e Geraldo. Escolhido o local, seguiu-se o processo de planejamento da Primeira Peregrinação, que ocorreu no final de 1958.²³

Percebe-se que a escolha do novo centro de romaria em Sergipe ocorreu a partir de visitas e reflexões. Era necessário que o templo se localizasse relativamente próximo a outra cidade, para tornar viável a caminhada. Além disso, no caso de Divina Pastora, as próprias características topográficas da localidade devem ter contribuído para a escolha, pois prática devocional, pois a cidade está localizada no alto de uma colina e a tanto a igreja quanto a Praça da Matriz apresentavam condições de

22 REZENDE, Clara Leite de. Uma homenagem ao mestre e ao amigo. In: DUARTE, Mons. Luciano. *Concílio do Vaticano II: os novos caminhos da Cristandade*. Aracaju: J. Andrade, 1999, p. 370-371.

23 ÁVILA, Salvador de Oliveira. A JUC em Sergipe: minhas lembranças. In: COSTA, Carmem Machado (et. al.). *Memórias de uma Fraternidade Cristã: a JUC e o padre Luciano Duarte*. Aracaju: EDISE, 2014, p. 144-145.

receber um elevado contingente de devotos.²⁴ Essa hipótese se torna mais plausível ao considerarmos as memórias do ex-integrante da JUC, Geraldo de Oliveira. Ele creditou a escolha de Divina Pastora pela beleza do templo e ao fato de, “em frente à Igreja, acha-se um amplo largo cercado de casa-rio, com um relvado adequado para receber os peregrinos”.²⁵

Após a escolha da igreja a receber os peregrinos, teve início a preparação dos universitários por meio de reuniões. Segundo Maria Giovanni dos Santos Mendonça, “naquele início, havia preparação dos peregrinos - que fomos nós, os estudantes da Faculdades da época - que constava de estudos de um tema com a duração de três meses. O primeiro tema escolhido foi ‘Jesus Cristo é o Filho de Deus’”.²⁶ Concomitante a esses encontros com os estudantes, o padre Luciano Duarte iniciou uma série de publicações voltadas para explicar o sentido de peregrinar e a presença dessa prática religiosa na tradição cristã. Para o religioso:

É por isto que o cristão peregrina. Peregrinar é por-se em marcha, é lançar pela estrada pela experiência de deixar o que se tem, em busca do que ainda não se tem, mas se espera. O peregrino é assim um homem que põe nos seus passos a inquietação interior de sua alma. Que deixa o morno conforto de sua mediocridade em busca de algo de maior que ainda não lhe pertence. Como aquele que “perde sua vida para encontrá-la” de que fala Jesus Cristo no Evangelho, o peregrino é um despojado na esperança.²⁷

Os meses que antecederam a peregrinação dos universitários à Divina Pastora foram marcados pela forte atuação pedagógica do padre Luciano Duarte. O assistente eclesiástico da JUC buscou expressar por meio de exemplos na tradição judaico-cristã o sentido das peregrinações como caminho dos homens ao encontro com Deus. Nas semanas que antecederam ao evento, os estudantes que seriam chefes das equipes e os demais padres que acompanhariam os estudantes também passaram a publicar artigos explicativos acerca da peregrinação. Na véspera da caminhada inaugural “A Cruzada” publicou a seguinte nota:

Sobem amanhã a Divina Pastora, em peregrinação, os universitários de Aracaju. Partindo de Aracaju às 8 hs, os es-

- 24 SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Novos caminhos da fé: a peregrinação da JUC à Divina Pastora em 1958. *Diversidade Religiosa*. Vol. 1, nº 2. João Pessoa, 2014, p. 1-12.
- 25 OLIVEIRA, Geraldo de. Fatos de lembranças da JUC em Aracaju. In: COSTA, Carmem Machado (et. al.). *Memórias de uma Fraternidade Cristã: a JUC e o padre Luciano Duarte*. Aracaju: EDISE, 2014, p. 101.
- 26 MENDONÇA, Maria Giovanni dos Santos. Impressões sobre a JUC. In: COSTA, Carmem Machado (et. al.). *Memórias de uma Fraternidade Cristã: a JUC e o padre Luciano Duarte*. Aracaju: EDISE, 2014, p. 154.
- 27 DUARTE, Pe. Luciano José Cabral. Peregrinação dos universitários. Crônica da Semana. *A Cruzada*. Ano XXIII, nº 1053, Aracaju, 9 de agosto de 1958, p. 1.

tudantes descerão em Riachuelo, donde prosseguirão a pé para Divina Pastora. Sua marcha está dividida em duas etapas, cada qual dominada pela preocupação de um tema. Pela manhã, o assunto da troca de idéias e da reflexão será: Jesus Cristo Filho de Deus. À tarde será Jesus Cristo Redentor.²⁸

A notícia publicada no impresso da Diocese de Aracaju elucidava o roteiro da peregrinação e revelava se tratar de uma caminhada com propósitos bem distintos do que era recorrente no cenário devocional local. Era uma caminhada de teor filosófico, de embates entre os estudantes das faculdades sergipanas acerca das questões da fé. Essas discussões, além de serem um importante elemento no fortalecimento das convicções católicas dos jovens sergipanos, também se tornava um instrumento valioso no processo de instrução. No entender de Juarez Alves Costa, o assistente eclesiástico tomou os estudantes “por discípulos” e passou a transmiti-los, “com a acuidade de quem conhecia a fragilidade intelectual dos seus alunos, conhecimentos de Filosofia, de teologia, que além de elevarem nosso nível intelectual, muito influenciaram no crescimento da nossa fé e no fortalecimento dos nossos ideais”.²⁹

Por outro lado, o padre Luciano Duarte tentou associar o evento à tradição cristã, mostrando-o como um legado, uma continuidade das manifestações de fé do período medieval e até mesmo da antiguidade judaica.

O que os universitários de Aracaju vão agora fazer, nesta peregrinação que a Juventude Universitária Católica promove a Nossa Senhora Divina Pastora, está na linha do fazem seus irmãos, em várias partes do mundo, mas eles vão entrar numa perspectiva que remonta muito mais longe, que floresce na Idade Média que reponta nas origens judaicas do cristianismo.³⁰

É impressionante o esforço do padre Luciano Duarte para dotar a peregrinação dos universitários de um sentido para a população sergipana. Ele busca na experiência histórica do cristianismo os elementos para justificar a necessidade de se criar uma nova prática devocional no estado. Ele inventa a tradição de peregrinar em Sergipe. Como salienta o historiador Eric Hobsbawm, “as vezes, as novas tradições podiam ser prontamente enxertadas nas velhas”.³¹ De acordo com Geraldo de Oliveira, os últimos preparativos ocorreram na igreja de São Salvador, com uma reunião na qual foram

28 MACHADO, Paulo. Amanhã em Divina Pastora os universitários de Aracaju. *A Cruzada*. Ano XXIII, nº 1055, Aracaju, 23 de agosto de 1958, p. 1.

29 COSTA, Juarez Alves. Dom Luciano. . In: DUARTE, Mons. Luciano. *Concílio do Vaticano II: os novos caminhos da Cristandade*. Aracaju: J. Andrade, 1999, p. 377.

30 DUARTE, Pe. Luciano José Cabral. Peregrinação dos universitários. *Crônica da Semana. A Cruzada*. Ano XXIII, nº 1053, Aracaju, 9 de agosto de 1958, p. 1.

31 HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 14.

realizadas orações, adoração e vigília.³² No dia 24 de agosto de 1958 ocorreu a primeira peregrinação da JUC à Igreja Matriz de Divina Pastora, uma ação “através do estudo e reflexão”, voltada à “cristianização do estudante e do meio universitário”.³³ De acordo com Geraldo de Oliveira:

Naquele domingo de fim de agosto, o tempo amanheceu bom. Às 7 h da manhã, o ônibus (acho que eram dois) já se encontrava à frente da escola de Serviço Social. Às sete e meia saímos em direção à Riachuelo. O ambiente era descontraído. Roupas leves, bonés, mantimentos e cada qual com sua reserva de água, como planejado. Ao peito, a insígnia com os dizeres: “Peregrinação Universitária a Divina Pastora.

Peregrinos do Absoluto, em busca do essencial, estávamos todos num momento de alegria, confraternização e entusiasmo.³⁴

100

A peregrinação universitária tinha duração de um dia. O trajeto entre Riachuelo e Divina Pastora com a estrada de piçarra transformava-se em espaço de reflexão acerca das questões da fé, com a formação de uma das mais importantes gerações de intelectuais católicos de Sergipe. Muitos dos membros da JUC do final dos anos 50 e do início dos anos 60 do século XX tornaram-se professores das faculdades e, posteriormente, da Universidade Federal de Sergipe. Pode-se afirmar que Luciano Duarte conseguiu

32 OLIVEIRA, Geraldo de. Fiapos de lembranças da JUC em Aracaju. In: COSTA, Carmem Machado (et. al.). *Memórias de uma Fraternidade Cristã: a JUC e o padre Luciano Duarte*. Aracaju: EDISE, 2014, p. 103.

33 DINIZ, Alexandre Felizola. A JUC que eu vivi. In: COSTA, Carmem Machado (et. al.). *Memórias de uma Fraternidade Cristã: a JUC e o padre Luciano Duarte*. Aracaju: EDISE, 2014, p. 177.

34 OLIVEIRA, Geraldo de. Fiapos de lembranças da JUC em Aracaju. In: COSTA, Carmem Machado (et. al.). *Memórias de uma Fraternidade Cristã: a JUC e o padre Luciano Duarte*. Aracaju: EDISE, 2014, p. 103-104.

constituir um grupo de seguidores e assegurou a formação de uma geração de intelectuais atrelados ao catolicismo. Observe a Figura III:³⁵



Na primeira edição desse evento participaram cerca de 50 jovens estudantes. Esse fato elucidava o perfil pensado pelo padre Luciano Duarte para a peregrinação, na qual deveriam prevalecer os aspectos de formação intelectual em relação às questões quantitativas. Era a ocasião para apontar questionamentos acerca dos textos debatidos ao longo de três meses. Geraldo Oliveira, ao problematizar se seria possível alguém viver sem acreditar em outra pessoa informa que “lembro-me que esse tipo de questão foi levantada na primeira peregrinação a Divina Pastora”.³⁶ A universitária Carmelita Pinto Fontes, sob o pseudônimo de Gratia Montal, explicou o método utilizado na promoção dos debates:

Estava dividida em três grupos representados por signos litúrgicos, o primeiro trazendo a frente a cruz, sinal da redenção. Cada grupo era dividido em equipes de cinco pessoas, divisão esta que deu lugar à ordem impressio-

35 FIGURA III: Membros da JUC com o padre Luciano Duarte na primeira peregrinação a Divina Pastora no dia 24 de agosto de 1958. INSTITUTO DOM LUCIANO DUARTE. Doc. 3249. Destaques: padre Luciano Duarte, Salvador, Eli, Geraldo, Maria do Carmo, Esmerinda, Carmem Machado, Maria do Carmo.

36 OLIVEIRA, Geraldo de. Peregrinos na Fé. In: COSTA, Carmem Machado (et. al.). *Memórias de uma Fraternidade Cristã: a JUC e o padre Luciano Duarte*. Aracaju: EDISE, 2014, p. 191.

nante dos peregrinos na estrada: de cinco em cinco eles marchavam pela estrada dos homens para descobrir a estrada de Deus; nada os perturbou, nada os desviou do seu roteiro original.³⁷

Essa crônica de Carmelita Pinto Fontes foi um dos primeiros textos publicado após a realização da primeira peregrinação à Divina Pastora e elucida a manutenção da ordem entre os estudantes. A peregrinação era marcada pela preparação, distribuição de folhetos explicativos, reuniões e, definição dos fazeres a cada momento da caminhada. Observe como a cronista descreveu o momento da refeição:

Era quase perto do meio dia, o sol queimava como um símbolo aquelas fronteiras inquietas: “é meio dia. Vejo a igreja aberta. E devo entrar”. Eles também, os neo-peregrinos precisavam entrar, mas não tinham igreja por enquanto; esperava-os um taquaral sombrio formando verdadeiras colunas que sustentavam uma folhagem fechada como a abóbada de um templo; foi ali, naquele templo feito pelas mãos de Deus que os universitários dividiram as suas dúvidas, as suas dificuldades da longa procura do Senhor; foi ali que alimentaram o corpo marcado pelo cansaço dos caminhos; foi ali que repousaram para continuar o louvor a Deus, foi ali que a chuva caiu sobre eles como bênção.³⁸

Entre cânticos, debates e conversas, os universitários de Aracaju a cada passo recriavam em terras sergipanas uma tradição vivenciada pelo seu pastor no mundo europeu. Luciano Duarte revelava-se como um homem-fronteira, “ao mesmo tempo dentro e fora, intermediário, barqueiro, tradutor”.³⁹ Era o artista que usava das cores nativas para recriar em seu mundo as vivências experimentadas no além-mar. A estrada de Divina

37 MONTAL, Gratia. Subimos a Divina Pastora. *A Cruzada*. Ano XXIII, nº 1056. Aracaju, 30 de agosto de 1958, p. 1.

38 MONTAL, Gratia. Subimos a Divina Pastora. *A Cruzada*. Ano XXIII, nº 1056. Aracaju, 30 de agosto de 1958, p. 1.

39 HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 14.

Pastora era a tradução de Chartres. Observe o registro fotográfico do almoço dos peregrinos em 1958.⁴⁰



O segundo momento da caminhada foi marcado pela expectativa de encontro com a Igreja Matriz Nossa Senhora Divina Pastora, um dos monumentos mais significativos da arquitetura religiosa em Sergipe. Os peregrinos retomaram a estrada as três e meia e paulatinamente iam descortinar no horizonte os campanários do templo, assim como o padre Luciano tinha contemplado as torres desiguais de Chartres. Para Geraldo de Oliveira, “finalmente, avistávamos a cidade e as torres do Santuário Nossa Senhora, Divina Pastora”.⁴¹ Carmelita Pinto Fontes, no calor dos acontecimentos, registrou a emoção do encontro com o antigo templo:

A tarde já começava a mudar de cor do seu véu anunciando a chegada dos peregrinos. E agora um templo de verdade os

40 FIGURA IV: Membros da JUC no almoço na peregrinação a Divina Pastora do dia 24 de agosto de 1958. INSTITUTO DOM LUCIANO DUARTE. Doc. 3336.

41 OLIVEIRA, Geraldo de. Peregrinos na Fé. In: COSTA, Carmem Machado (et. al.). *Memórias de uma Fraternidade Cristã: a JUC e o padre Luciano Duarte*. Aracaju: EDISE, 2014, p. 191.

esperava, a casa da mãe de Deus. E aí no templo eles entraram para COMER no altar Aquele de quem falavam pelos caminhos. A peregrinação foi esta soma de dedicação, de sacrifícios de todos e de cada um até dos que não puderam ir. Os peregrinos lá estavam de joelhos falando com Deus, cantando em torno do seu Pastor; foram não só para pedir e oferecer, mas para VER. Ver a Divina Pastora, a Mãe de Deus.⁴²

Na celebração da Eucaristia, com a presença do dispo diocesano, emergia um novo espaço devocional em terras sergipanas, com o reconhecimento da cúpula eclesiástica local e sob os cânones da Igreja reformada. Luciano Duarte dotava a pequena cidade de Divina Pastora de uma celebração que ao longos dos anos transformaria a própria realidade social do lugarejo. A cidade transmutou-se na terra das peregrinações. Ainda nessa celebração, o bispo Dom José Távora elevou a Igreja Matriz Nossa senhora Divina Pastora a condição de santuário diocesano, fato que sinalizava para o propósito do padre Luciano em celebrar peregrinações com outros segmentos da sociedade sergipana, como estudantes secundaristas, comerciários, congregações religiosas e, finalmente, a própria peregrinação arquidiocesana efetivada nos idos de 1971.

Na condição de santuário diocesano, a Matriz de Divina Pastora passou a receber inúmeras peregrinações ao longo do ano, quase sempre gestadas e organizadas pelo padre Luciano Duarte. O religioso formado em terras francesas, tornou-se o Péguy de Sergipe, o aventureiro que rompeu barreiras e abriu os caminhos que dariam origem a uma das mais expressivas manifestações de fé da população católica sergipana. Os cinquenta primeiros universitários que inauguraram a estrada de penitência

42 MONTAL, Gratia. Subimos a Divina Pastora. *A Cruzada*. Ano XXIII, nº 1056. Aracaju, 30 de agosto de 1958, p. 1.

multiplicaram-se.⁴³ No ano seguinte já eram cerca de duzentos. As caminhadas diversificaram-se e atualmente a semente plantada pelo padre Luciano Duarte reúne cerca de 150 mil peregrinos.



O padre Luciano não só viu e olhou, mas como homem-memória, formou toda uma geração de intelectuais, compartilhou experiências, dirigiu o olhar da juventude. Sob a batuta do padre Luciano, a sociedade sergipana pode ver e sentir o peregrinar. Parte das experiências culturais da outra margem do Atlântico, se fez presente na pequena Divina Pastora, primeiramente com os estudantes das faculdades, seguidos por estudantes secundaristas, comerciantes e, posteriormente, a partir dos anos 70, com toda a Arquidiocese de Aracaju.

43 FIGURA V: Peregrinação de 1958. INSTITUTO DOM LUCIANO DUARTE. Doc. 3251.





Ao Senhor dos Passos: notas sobre a história de uma túnica oitocentista

Samuel Barros de Medeiros Albuquerque¹

To the Senhor dos Passos: notes from a 19th century tunic's history

Resumo:

Em março de 2014, o Museu de Arte Sacra de São Cristóvão (MASC) expôs a túnica oitocentista que, durante décadas, vestiu a cultuada imagem do Senhor dos Passos da Ordem Terceira do Carmo da cidade de São Cristóvão, em Sergipe. Na ocasião, divulgou-se que a indumentária religiosa havia sido doada aos terceiros do Carmo por um influente político sergipano dos meados do século XIX, João Gomes de Mello (1809-1890), o Barão de Maruim. Este artigo investiga a trajetória da referida túnica, lançando luzes sobre práticas culturais características das elites políticas do Brasil oitocentista.

Palavras-chave Religiosidade, indumentária religiosa, Brasil - século XIX

Abstract:

In march 2014, the *Museu de Arte Sacra de São Cristóvão* (MASC) displayed a tunic from the 19th century that for decades worn the worshiped image of the *Senhor dos Passos* of the Third Order of Our Lady of Mount Carmel in São Cristóvão, Sergipe. It was publicized at that time that the religious vest was donated to the Third Order by an influential politician from Sergipe amidst the 19th century named João Gomes de Mello (1809-1890), the Baron of Maruim. This article investigates the trajectory of the referred tunic, casting light over cultural practices peculiar to the political elites of the 19th century Brazil.

Keywords: Religiosity, religious clothing, Brazil – 19th century

107



1 É professor da Universidade Federal de Sergipe - UFS, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE e membro titular do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe - CEC. Graduado em História (UFS, 2004), mestre em Educação (UFS, 2007) e doutor em História (UFBA, 2013), tem experiência na área do ensino e da pesquisa em História e dedica-se ao estudo da História do Brasil Oitocentista. É líder do grupo de pesquisa Sergipe Oitocentista (UFS/CNPq) e sócio de entidades como a Associação Nacional de História - ANPUH e a Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos - SEO.



Cidade de São Cristóvão, Sergipe, idos da década de 1970. Era um segundo domingo de Quaresma e a vetusta Praça de São Francisco estava tomada pelos devotos do Senhor dos Passos. Naquele luminoso fim de tarde, a aparição do arcebispo de Aracaju no púlpito montado na orla sul da praça era o sinal para que o silêncio que antecedia o aguardado Sermão do Encontro se fizesse.²

Dom Luciano José Cabral Duarte, diante da multidão atônita, fitou a celebrada imagem do Senhor dos Passos, vestida pela túnica oitocentista que, há quase cem anos, havia sido doado por um devoto aquinhoado, um barão do açúcar muito pouco conhecido nos dias atuais.

Quatro décadas depois, na Quaresma de 2014, durante as celebrações ao Senhor dos Passos, a referida túnica oitocentista reapareceu na antiga Cidade de Sergipe d'El Rey, ligada a um “fato museal” que pouco repercutiu durante aqueles dias consagrados à fé cristã. Refiro-me à exposição temporária *Nos passos do Senhor dos Passos*, aberta ao público em 8 de março daquele ano, no Museu de Arte Sacra de São Cristóvão, sob a curadoria da pedagoga Denize Santiago da Silva.

Imagem 1



Fonte: Acervo do autor

2 Descrição baseada nos relatos da imprensa sergipana sobre a Procissão do Encontro de 1974, notadamente a edição do *Jornal da Cidade* que circulou em 12 de março do referido ano.

Atraindo, somente, cerca de 80 visitantes (conforme o livro registros), que por lá passaram entre os dias 15 e 16, a exposição viu refletir em seu público muito do que era visível nas históricas ruas de São Cristóvão: a predominância de largartenses entre os romeiros (também se destacando aracajuanos, britenses, itabaianenses, estancianos e cristovenses)³. Grosso modo, a exposição apresentou aos visitantes um conjunto de túnicas que, entre a segunda metade do século XIX e meados do século XX, vestiram a cultuada imagem do Senhor dos Passos. As peças são do acervo da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo e se estavam em bom estado de conservação.

Seja por sua beleza ou pela qualidade dos materiais utilizados em sua confecção, seja pelo valor simbólico a ela agregado, destacou-se na exposição a túnica que, supostamente, foi oferecida ao Senhor dos Passos pelo Barão de Maruim. Aliás, no campo informativo que registrava “Túnica do século XIX, doada pelo Barão de Maruim” também constava que a peça foi confeccionada em veludo roxo, forrada de tafetá róseo e decorada com fios de ouro na gola, mangas e barra. Todavia, confesso ter dúvidas sobre a procedência daquela doação ao Senhor dos Passos. Segundo a curadora, o dado exposto foi apanhado na tradição oral, que também dá conta do local de confecção da túnica: a França.

Como é dever da História inquirir a memória (atestando, relativizando ou negando verdades por ela difundidas), ensaiemos um exercício de crítica histórica, tomando como referência, inclusive, outros registros da memória cristovense.

A historiografia sergipana nos ensina que a cidade de São Cristóvão era, durante o Segundo Reinado, um reduto do Partido Liberal, enquanto Aracaju e outras cidades e vilas da região da Cotinguiba eram redutos do Partido Conservador. Dessa forma, o grupo político que dominava o vale do Vazas-Barris (notadamente os municípios de São Cristóvão e Itaporanga d’Ajuda) não era aquele sobre o qual o Barão de Maruim (1809-1890) exercia sua influência, mas sim o grupo político capitaneado, até princípios da década de 1860, pelo comendador Sebastião Gaspar de Almeida Botto (1802-1884) e, depois disso, pelo Barão da Estância – como ficou conhecido Antônio Dias Coelho e Mello (1822-1904), senhor do Engenho Escurial, em São Cristóvão, e político de proa que chegou ao Senado do Império.

Em São Cristóvão, principalmente após 1855 (ano da transferência da capital da Província de Sergipe para Aracaju), o Barão de Maruim era, claramente, uma *persona non grata*. As páginas do *Anuario Christovense*, escritas por Serafim Santiago (1860-1932), o mais célebre memorialista de São Cristóvão, estão tomadas pela aversão dos cristovenses

3 Os gentílicos referem-se, respectivamente, aos naturais das cidades sergipanas de Lagarto, Aracaju, Campo do Brito, Itabaiana, Estância e São Cristóvão.

ao Barão de Maruim, político pejorativamente classificado como egoísta, traidor e ave de rapina.

Imagem 2



Fonte: Acervo do IHGSE

O sentimento que, na década de 1920, movia a pena de Serafim Santiago assemelha-se àquele que, na São Cristóvão de hoje, alimenta a lenda de que, na comovente Procissão do Encontro (realizada sempre no segundo domingo da Quaresma), quando a imagem do Senhor dos Passos alcança a Praça de São Francisco, um besouro popularmente conhecido como vi-ra-bosta dá voltas em torno da cabeça coroada com espinhos do Cristo. Seria o Barão de Maruim convertido em um inseto, pedindo perdão ao Senhor dos Passos pelo pecado cometido, em 17 de março de 1855, contra a abençoada “matrona do Paramopama”.⁴

4 O termo refere-se à cidade de São Cristóvão, que se desenvolveu às margens do Paramopama, um afluente da margem esquerda do Vaza-Barris.

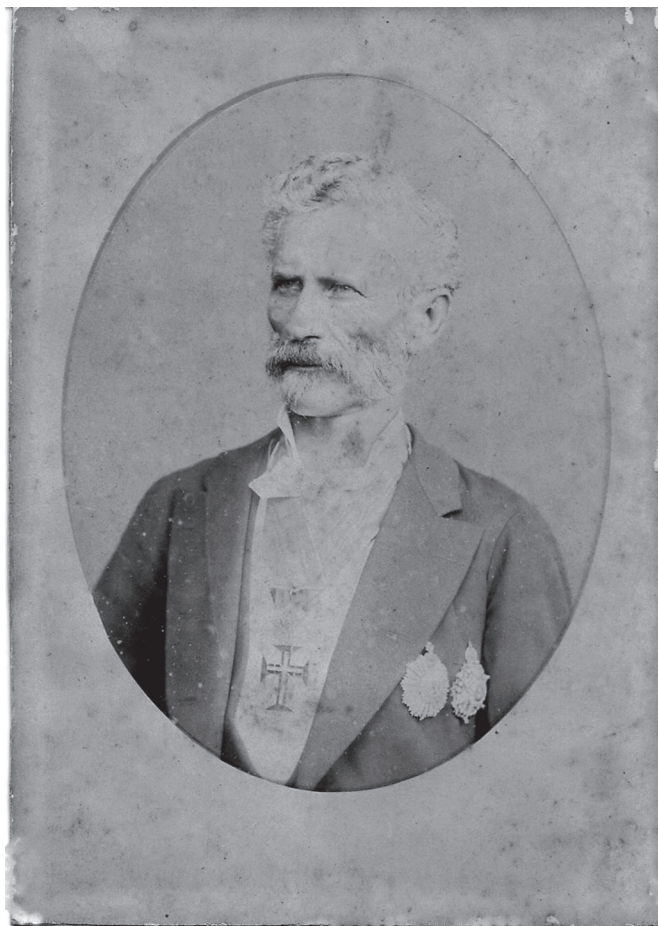
Não consigo, dessa forma, vislumbrar uma relação direta entre o Barão de Maruim e os atos devocionais ao Senhor dos Passos em São Cristóvão. Pelo contrário, ao custear a ereção do faustoso templo consagrado ao Senhor dos Passos da cidade de Maruim (atual igreja matriz da Paróquia Senhor dos Passos), é provável que o político mudancista pretendesse tirar de São Cristóvão também a primazia na vida espiritual da Província de Sergipe, atraindo devotos para outra morada do Senhor dos Passos, inaugurada em princípios da década de 1860. É, inclusive, no altar-mor daquele templo maruinense que jaz o Barão de Maruim. Morto no Rio de Janeiro em 1890, em plena ressaca republicana, o ex-senador e barão do Império foi sepultado no cemitério da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, de onde os seus restos mortais foram trasladados pelo Governo de Sergipe, em 1937.⁵

Considero provável que uma “armadilha da memória” tenha vinculado ao nome do mais afamado barão sergipano uma ação que, possivelmente, está ligada ao já mencionado Barão da Estância, político cujo nome é pouco lembrado pela historiografia e não batiza ruas ou avenidas importantes em Aracaju ou São Cristóvão.

O Barão da Estância, além de residir no município (o seu Engenho Escurial, localizado na ribeira do Vaza-Barris, ficava à cerca de duas léguas da sede municipal) e possuir casa em São Cristóvão (ocupada por sua família, principalmente, em datas assinaladas do calendário católico) era um dos membros mais ativos da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, grupo diretamente envolvido nas celebrações ao Senhor dos Passos.

5 ALBUQUERQUE, Samuel. *Registros epigráficos da Paróquia Senhor dos Passos, em Maruim/SE*. Aracaju, 2013 (Acervo Samuel Albuquerque).

Imagem 3



112

Fonte: Acervo do IHGSE

Rememorando os meados da década de 1870, o *Anuario Christovense* destaca o Barão da Estância entre os terceiros de Nossa Senhora do Carmo ao descrever, por exemplo, a Procissão do Depósito (também conhecida como da Transladação ou do Encerro), realizada na noite do segundo sábado da Quaresma, durante os atos votivos ao Senhor dos Passos. Segundo Serafim Santiago,

(...) Via-se ao pé da charola, aguardando o momento da saída, o Presidente da Provincia com seu estado-maior, Barão da Estancia, Commendador Sebastião Gaspar de Almeida Botto, Coronel Jozé Guilherme da Silveira Telles, Coronel Domingos Dias Coêlho Mello, D^r Silvio Anacleto de Souza Bastos, D^r Simões de Mello e muitissimos outros abastados proprietarios do Vasa-barris, antigos devotos da respeitavel Imagem do Senhor dos Passos.⁶

6 SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Christovão*. São Cristóvão: Editora UFS, 2009, p. 182.

Ao tratar da igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, templo que abriga a imagem do Senhor dos Passos, a anuário registra:

Este antigo Templo foi ultimamente retocado as expensas do Ex^{mo} Sen “Barão da Estancia no anno de 1898, cumprindo elle um voto antigo que havia feito ao mesmo Bom Jesus dos Passos, fasendo na conclusão da obra, celebrar-se uma pompoza festa, comparecendo n’aquella Cidade, a convite do mesmo senhor “Barão da Estancia, o Ex^{mo} Senr. Governador do Estado D^r Daniel Campos e sua comitiva, a musica do Corpo de Policia, grande multidão de pessoas desta Capital, Itaporanga, Larangeiras e das mais vizinhas.⁷

O célebre jurista Gumersindo Bessa (1859-1913), nos “retalhos” (textos esparsos veiculados pela imprensa sergipana) que foram reunidos e publicados, postumamente, na obra *Pela imprensa e pelo fôro* (1916), deixou seu testemunho sobre o papel de destaque ocupado pelo Barão da Estância nos atos em homenagem ao Senhor dos Passos. Referindo-se à Procissão do Depósito realizada no segundo sábado da Quaresma do ano de 1886, registrou Bessa:

Vi ao pé da charola, numa posição indescriptivel de fidalgo e penitente, um velho esguio, alto, aprumado, moreno, barba branca cerrada e curta, cabelleira rebelde, trajado com elegancia e modestia, silencioso, immovel, aguardando a sahida da procissão naquelle posto, para que ninguem lhe roubasse o gosó depôr aos hombros um dos varaes do andor. (...) No mesmo instante entram na igreja o Manuel Góes, presidente da provincia, o Rastelli, juiz de direito da comarca, e o Oséas, secretario do governo.

E, vão entrando e vão dizendo:

- Sr. ‘Senador’, – diz o Góes.
- ‘Sr. Barão’, diz o Rastelli.
- ‘Meu chefe’, diz o Oséas.

Então o vulto immovel falou. Palavra imprecisa, hesitante, acanhada; mas com tal timbre de dignidade e afirmação de si, que se sentia uma alma nobre alli dentro e um homem incapaz de uma falsidade.

Isto passou.

O velho Barão da Estância descança em Deus, abençoado pelos que tiveram o prazer de ser seus amigos.⁸

Em concordância com os registros legados por Serafim Santiago e Gumersindo Bessa, estão o texto de memórias de Aurélia Dias Rollemberg (1863-1952), filha do Barão da Estância e de dona Lourença de Almeida

7 SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Christovão*. São Cristóvão: Editora UFS, 2009, p. 73.

8 BESSA, Gumersindo. *Pela imprensa e pelo fôro*. Aracaju: Imprensa Popular, 1916. p. 74-75.

Dias Mello (1848-1890); e o testamento do próprio Barão da Estância, aberto em 1904, em sua casa de residência na cidade de São Cristóvão.

Dona Sinhá, como ficou conhecida a filha do Barão da Estância e viúva do político Gonçalo de Faro Rollemberg (1860-1927), registrou sobre a presença de sua família nas festividades religiosas da antiga capital de Sergipe: “(...) iamoss com muitas saudades para S. Christovão, assistirmos a Procissão de Passos [e] S. Sancta, que eram mto bonitas e concorridas”.⁹

Em seu testamento, além de declarar-se “firme Catholico Apostolico Romano”, o Barão da Estância deixou uma pequena fortuna para o templo que abrigava a imagem que tanto cultuava.

Deixo a Igreja do Nosso Senhor Jesus dos Passos da Cid^e de S Christovão huma apolice de hum conto de r^e de juros a 5% pa com os juros d’esta apolice dever de huma Missa Cantada todos os annos no dia de signado. Esta apolice ficará em poder do parochio da Freguesia, e qq^r q seja o seo [ilegível] tendo o direito de cobrar os juros do anno pa o dia [da] Missa Cantada. Nao poderá em tempo algum passar a outro, e nem ser alienada, salvo se justificar q a Igreja precisa de reparos, e n’este caso poderá ser negociada”, registrou o devoto já moribundo.¹⁰

Outra vontade expressa no testamento do Barão da Estância era a de ser velado aos pés do Senhor dos Passos, sob a casa que ajudou a manter:

Se morrer aqui [em S Christovão] o meo corpo será levado a Igreja do Senhor dos Passos, e lá collocado em huma mesa forrada de preto, sem eça sem aparato algum. Encomendado simploria^{te} p^{los} Frades a São Francisco, será meo corpo conduzido p^{los} meos amigos e parentes pa a Igreja do Colegio na onde serei sepultado.¹¹

Sua vontade parece ter sido cumprida à risca e ainda hoje podemos encontrar a esquecida e maltratada lápide sepulcral do Barão da Estância e de outros membros de sua família (inclusive seus pais, irmãos e sua segunda consorte) no que foi a sacristia da Igreja Nossa Senhora da Guia do Colégio, nos arredores do povoado Nova Descoberta, em Itaporanga d’Ajuda.¹²

Voltando à túnica, uma fonte que registra sua origem é o depoimento concedido pela memorialista Maria Paiva Monteiro (1913-2004) ao histo-

- 9 ROLLEMBERG, Aurélio Dias. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. *Memórias de Dona Sinhá*. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 53, 56-57.
- 10 TESTAMENTO do Barão da Estância. São Cristóvão, 1904, p. 3. Arquivo Geral do Judiciário, fundo São Cristóvão/Cartório do 1º Ofício, caixa 11, número geral 77.
- 11 TESTAMENTO do Barão da Estância. São Cristóvão, 1904, p. 3 e 4. Arquivo Geral do Judiciário, fundo São Cristóvão/Cartório do 1º Ofício, caixa 11, número geral 77.
- 12 Aliás, é preciso que se registre o estado lastimável em que se encontram as lápides no interior daquele combalido templo, a despeito de ser ele um bem tombado pelo poder público federal e pertencer a descendentes diretos dos que ali jazem.

riador Magno Santos em dezembro de 2003. Considerada “a memória viva de São Cristóvão”¹³, a professora primária conhecida como dona Marinete era filha de um antigo tesoureiro da Ordem Terceira do Carmo, o senhor Horácio Pio Monteiro (1852-1924), e foi secretária da Associação Nossa Senhora do Carmo, entidade que, nos idos da década de 1970, assumiu muitas das atribuições dos terceiros do Carmo, inclusive a organização das procissões quaresmais. Dona Marinete preservou a memória de que o Barão da Estância teria mandado confeccionar aquela túnica na França, oferecendo-a ao Senhor dos Passos como prova de sua devoção¹⁴. Sobre a memorável Marinete, registrou o historiador:

A trajetória de vida de dona Marinete esteve relacionada com a romaria dos Passos. Mais do que isso. Ela participou ativamente dos bastidores da celebração maior da cidade de São Cristóvão. Ofícios, arrumação das charolas, reuniões de comissões organizadoras, criação de associações, tudo isso ocorreu ao longo do século XX com a presença dessa devota. Prova disso foram as reuniões da década de 70 do século XX em que a devota se tornou testemunha da extinção da Ordem Terceira do Carmo e assumiu o cargo de secretária da nova Associação de leigos criada sob a tutela do arcebispo metropolitano de Aracaju, Dom Luciano Cabral Duarte. Desde a tenra infância dona Marinete esteve presente na vistosa procissão, pois ela era membro de uma família católica da cidade.¹⁵

É preciso mencionar, inclusive, que o primeiro registro historiográfico do qual tenho notícia, tratando da referida túnica, remete ao estudioso das devoções cristovenses que, em fins de 2003, colheu duas longas entrevistas com dona Marinete. Baseando em depoimentos da memorialista, Magno Santos registrou:

A túnica doada pelo Barão da Estância não é mais usada, mas traz em si as marcas de devoção, como o desgaste do tecido em partes em que os romeiros tocavam. O tato devocional passou milhares de vezes pelo manto, em busca de bênçãos, deixando suor, lágrimas e preces. São algumas das facetas da devoção ao Senhor dos Passos, que conseguia unir em um mesmo percurso, sob o mesmo tecido um nobre e tantos flagelados da sociedade aristocrática e excludente de Sergipe oitocentista.¹⁶

13 SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Os sete passos da Paixão: patrimônio e memórias na romaria do Senhor dos Passos de Sergipe. *Anais do Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural*. Terezina: 2012. p. 12.

14 SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Depoimento concedido ao autor*. Aracaju, 31 de outubro de 2012.

15 SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Os sete passos da Paixão: patrimônio e memórias na romaria do Senhor dos Passos de Sergipe. *Anais do Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural*. Terezina: 2012. p. 3.

16 SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Os últimos passos de uma devoção: indícios da religiosidade de um nobre sergipano oitocentista. *Historien – Revista de História*, Petrolina, v. 3, p. 164-165, 2010.

Confesso também não acreditar que a finíssima túnica foi confeccionada na França. Considero provável que os materiais e a mão de obra utilizada sejam, realmente, de origem francesa. Contudo, penso estar no atelier de certa madame Laurant, modista francesa estabelecida à Rua do Ouvidor (centro do comércio de luxo no Rio de Janeiro oitocentista), a criação daquela peça.

Conforme os registros de memória de Aurélia Dias Rollemberg, desde fins da década de 1870, a família do Barão da Estância tomou parte no seletivo grupo de clientes daquela modista, cujo concorrido atelier ficava sobre a famosa Confeitaria Paschoal, no número 128 da Ouvidor, esquina com Gonçalves Dias.

Madame Laurant aparece em vários momentos da narrativa de dona Sinhá. No primeiro deles, a memorialista registrou: “Ella era uma franceza q fallava o portuguez, delicada e optima modista. Morava com uma filha que ajudava e uma sobrinha professôra formada em musica”.¹⁷

Na companhia da museóloga Ana Karina Rocha de Oliveira, especialista em coleções têxteis, examinei detidamente a veste em estudo, uma “túnica de veludo na cor roxa, manga comprida, decote em V acentuado, gola clerical e forrada com tafetá róseo em toda a sua extensão”. Entre os detalhes alcançados pelo experiente olhar da museóloga, chamaram a minha atenção os finíssimos elementos fitomorfos (flores e folhas) confeccionados em fita dourada que decora a gola, as mangas e a barra da peça. Contudo, outros elementos decorativos, como “estrelas bordadas em alto relevo com fio dourado e lantejoulas” (dispostas indiscriminadamente em toda a peça), foram aplicados à túnica ao longo dos anos em que ela foi usada nas procissões quaresmais, nublando a sua originalidade.¹⁸

17 ROLLEMBERG, Aurélia Dias. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. *Memórias de Dona Sinhá*. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 67.

18 OLIVEIRA, Ana Karina Rocha de. *Descrição da “Túnica do século XIX doada pelo Barão de Maruim”, peça da exposição “Nos Passos do Senhor dos Passos”, aberta ao público em 8 de março de 2014, no Museu de Arte Sacra de São Cristóvão – MASC*. Aracaju, 30 mar. 2014 (Acervo Samuel Albuquerque).

Imagem 4



Fonte: Acervo do autor

Em suma, baseado nos testemunhos históricos e no parecer técnico citado, encaminho-me para a hipótese de que a túnica do Senhor dos Passos, supostamente doada pelo Barão de Maruim, foi confeccionada no Rio de Janeiro, por uma modista francesa da Rua do Ouvidor, sob encomenda, na verdade, do Barão da Estância.

Mas, seja como for, é provável que os sentimentos que moveram a ação do devoto brasonado assemelhem-se aos que movem os milhares de romeiros que, no segundo domingo da Quaresma, tomam as ruas da antiga capital de Sergipe, renovando a sua fé, dando conta das graças alcançadas e pedindo a benção do Senhor que, certamente, não dissocia a luxuosa túnica de veludo da ordinária túnica cetim atirada sobre sua imagem ao final da Procissão do Encontro.





Dom Luciano José Cabral Duarte e as vocações sacerdotais em Sergipe

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto¹

Don Luciano José Cabral Duarte and priestly vocations in Sergipe

Resumo:

Esse texto tem por objeto de análise a atuação de Dom Luciano José Cabral Duarte frente à arquidiocese de Aracaju no período de 1971 a 1998 mais especificamente no tocante a formação de padres no Estado de Sergipe. Foi Dom Luciano, como ficou conhecido, junto com os bispo de Estância, Dom Hildebrando Mendes Costa e Propriá Dom José Palmeira Lessa, atual bispo de Aracaju que criaram o Seminário Maior Nossa Senhora da Conceição e assim deram a formação sacerdotal do Brasil mais uma opção de estudos. O seminário, fundado em 1998, vem não somente representando a figura de um Arcebispo que zelou pelas vocações e por isso favoreceu a criação do seminário, mas também como um meio de carreira sacerdotal e de uma formação e ascensão intelectual e econômica.

Palavras-chave: Dom Luciano José Cabral Duarte. Seminário Nossa Senhora da Conceição. Sergipe.

This text is the subject of analysis the role of Don José Luciano

Abstract:

Duarte Cabral front of the Archdiocese of Aracaju in the period 1971-1998 more specifically regarding the formation of priests in the State of Sergipe. It was Don Luciano, as it became known, along with the office of bishops, Bishop Hildebrand Mendes and Costa Propriá Dom José Palmeira Lessa, current bishop of Aracaju who created the Major Seminary of Our Lady of Conception and so gave priestly formation Brazil one more option studies. The seminar, founded in 1998, is not only representing the figure of an Archbishop who has monitored for vocations and so favored the creation of the seminar, but also as a means of priestly career and training and intellectual and economic rise.

Keywords: Don Luciano José Cabral Duarte. Seminary Nossa Senhora da Conceição. Sergipe.

119



1 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora PPG1 do Programa de Pós-Graduação em Educação. Líder do Grupo de Pesquisa Sociedade, Educação, História e Memória (GPSEHM) da Universidade Tiradentes (UNIT). E-mail: raylane_navarro@unit.br



Nós a oferecemos pela vossa Igreja santa e católica: concedei-lhe paz e proteção, unindo-a num só corpo e governando-a por toda a terra. Nós as oferecemos também pelo vosso servo o papa João Paulo II, por nosso bispo Dom Luciano e por todos os que guardam a fé que receberam dos apóstolos. (Liturgia diária)

Foi assim, durante as missas, mais precisamente na parte da Oração Eucarística que ouvi durante anos, o nome “Dom Luciano”. A época, década de 1980 em Itaporanga d’Ajuda, o nome dele associado ao do Papa me fazia acreditar que se tratava de uma figura importante, de peso no meio católico. Na minha mente de menina era alguém que estava muito distante fisicamente e por quem todos nós devíamos rezar, pois deles, papa e bispo, dependia o destino da Igreja a qual estávamos vinculados. Não sabia eu que anos depois, por distintos motivos ouviria/leria muitas vezes o nome “Dom Luciano”. Era 1999 quando estava concluindo o meu curso em Ciências Sociais e o meu objeto de estudo era “A igreja católica como agente social no Baixo São Francisco”. Estudava o caso betume e como o então Bispo da Diocese de Propriá, Dom José Brandão de Castro se dedicou aos posseiros e fez do caso, um assunto internacional com ganho de causa para os posseiros em detrimento da CODEVASF. Isto na década de 1970 e 1980.

Nesse estudo pude perceber além da efetiva participação de representantes da Igreja em casos sociais para além do betume, o dos Xocós e da implantação das colônias Jardim, Alagamar, Barra da Onça, Borda da Mata e de Santana dos Frades, a divisão a Igreja em alas: a progressista e a conservadora. A progressista tendo por representante Dom Brandão e a conservadora, o Arcebispo Dom Luciano. O que isso representava? O que isso trazia para o seio da Igreja? - Se Dom Brandão colocou em evidência os direitos humanos e a justiça social, Dom Luciano, participou ativamente da faculdade Católica de Filosofia e conseqüentemente da formação de professores, da faculdade de serviço Social e da implantação da Universidade Federal de Sergipe. Assim sendo, mesmo dividida em alas e com todas as críticas que a historiografia revela, a Igreja esteve envolvida com os mais importantes assuntos do Estado nessas décadas em que estiveram a frente dela os referidos bispos. Por certo, nesse trabalho não me dediquei a atuação de dom Luciano, embora tivesse detectado no processo de investigação a sua ação na Promoção do homem do Campo, a PROCHASE. Tratava-se de uma Sociedade civil e de fins filantrópicos que num período de 20 anos (1968-1988) implantou 5 fazendas comunitárias em igual numero de municípios do Vale do Cotinguiba. Nessas fazendas de 3.343 hectares foram assentadas cerca 260 famílias.

Segundo o Monsenhor Carvalho de Sousa:

Para mostrar concretamente a viabilidade da reforma agrária e, concomitantemente, da criação de empregos para as pessoas não alfabetizadas ou de pouca instrução, que não possuíam terra para trabalhar, Dom Luciano empreendeu uma bem sucedida experiência de reforma agrária em Sergipe. Contando com a colaboração dos governadores da época, como Dr. Lourival Batista, Dr. Paulo Barreto de Menezes e Dr. João Garcez e, ainda da Misericórdia, instituição alemã, e até da maçonaria de Aracaju, a Loja Cotinguiba, Dom Luciano José Cabral Duarte, ainda como Bispo Auxiliar e, a partir de 1971, como Arcebispo Metropolitano de Aracaju, conseguiu recursos e comprou grandes propriedades: duas no município de Maruim, uma em Santo Amaro das Brotas, uma em Santa Rosa de Lima, uma em Carmópolis e uma em Divina Pastora. Essas 06 propriedades foram divididas em lotes de 33 tarefas (dez hectares) e nelas foram assentadas 261 famílias. Antes e depois de instalados, os chefes de família eram treinados e orientados para o cultivo da terra e tornaram-se pequenos agricultores e criadores de gado. Muitos deles, hoje, possuem transporte próprio e até casa em Aracaju. Esta melhoria de vida dos participantes do projeto justifica plenamente o nome PROCASE - Promoção do Homem do Campo de Sergipe, que, ao longo de sua existência, entre 1968 e 1988, beneficiou cerca de 5.000 pessoas.²

Em 2002 estava pesquisando o Ensino Superior em Sergipe: das Faculdades isoladas a Universidade Federal de Sergipe e embora tenha mudado de tema em função de eleger o Seminário Sagrado Coração de Jesus como objeto³, deparei-me mais uma vez com o nome “Dom Luciano”. Desta feita ligado as referidas faculdades de Filosofia e Serviço Social. Em meio aos artigos de jornais, aos livros de atas das faculdades e de alguns depoimentos de professores e ex-alunos, fui dando conta de que aquele nome que parecia tão distante na missa da Igreja de Nossa Senhora d’Ajuda em Itaporanga, estava mais próximo e se personificando. Encontrava depoimentos que lhe rendiam todas as homenagens, sobretudo pela sua inteligência, pelo seu capital cultural, pela sua rede de relacionamentos e pelo seu poder de influência, mas também encontrava opiniões que eram desfavoráveis e que destacavam a sua austeridade. Mudei de tema e meus olhos agora se voltavam para aquela que tinha sido a primeira instituição de ensino superior no Estado: o Seminário Sagrado Coração de Jesus. O período que estudei foi de 1913 a 1933, ou seja a data de sua fundação e a data do encerramento do curso maior. Isto porque o Seminário estava dividido em dois cursos: o menor/preparatório com duração de 2 anos e o

2 SOUZA, Monsenhor José Carvalho. *Presença participativa da Igreja Católica nos 150 anos de Aracaju*. Aracaju: Ed. Particular, 2006.

3 BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *Os padres de Dom José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)*. Maceió: Edufal, 2012.

maior, onde se ministrava os cursos de filosofia e teologia respectivamente em 2 e 4 anos.

Por ordem da Santa Sé, o SSCJ foi fechado e quando reabriu, foi somente com o curso menor. E aqueles que seguiram carreira eclesiástica foi fazer o curso maior em Seminários como o de Santa Tereza em Salvador na Bahia, Nossa Senhora da Conceição na Parayba do Norte, hoje João Pessoa, o Seminário de Olinda em Pernambuco e o de São Leopoldo no Rio Grande do Sul. Ao folhear o Livro de registros do seminário, eis que encontro o nome “Luciano José Cabral Duarte”, o que instantaneamente me fez colocar o prefixo “Dom”, mas ele ali era seminarista e seminarista menor. Tratava-se do ano de 1936 e este ano já não era contemplado pela minha pesquisa, embora por curiosidade tenha dada vistas a sua estada naquela instituição. Pecebi que foi aluno por cerca de 6 anos e que também ali, anos depois foi Diretor espiritual e professor. Isto depois de ter se ordenado padre em 1948.

As páginas do Jornal “A Cruzada” também trazem o nome “Luciano Cabral Duarte” desta feita na condição de padre-articulista. Nesse espaço, seus dotes linguísticos e sua erudição são revelados. Mas tais características são reveladas mesmo em seus livros e em sua tese de doutoramento, feita como todos sabem na Sorbone em Paris, onde estudou e onde pode arregimentar ainda mais o seu capital cultural. Nesse sentido, embora não estivesse estudando a trajetória de vida de Dom Luciano, encontrei traços significativos que compõem a sua história. O que me leva a crer que a História da Igreja Católica em Sergipe não pode ser dada a ler, sem que sua atuação seja destacada. Críticas lhas foram feitas, muitas alias, mas todas elas tendo por alicerce um dos seus feitos, uma de suas opiniões, um de seus posicionamentos. Tal qual se faz com os pioneiros, com os descobridores, com os exploradores, com aqueles que de uma maneira ou de outra contribuem com o curso da história.

Atentar para os dilemas travados entre Dom José Brandão de Castro e Dom Luciano Cabral Duarte me colocou a par não somente de como dois homens de fé e de uma mesma instituição podem pensar e agir diferente, mais também como uma instituição como a Igreja Católica pode congrega em seu seio pessoas tão distintas. Assim sendo, embora hoje não mais me dedique diretamente ao tema da Igreja católica, eis que mais uma vez aparece-me o nome Dom Luciano e aqui, embora se esteja comemorando os seus 90 anos, a minha intenção não é produzir um texto apologético, mas dar a ver as ações exercidas por Dom Luciano e que, salvas as críticas, contribuíram com os rumos da História de Sergipe, em especial com aquelas páginas que têm a Igreja Católica e a educação como protagonistas.

“Eu, sou eu e minhas circunstâncias” disse Ortega y Gasset em “Meditações de Quixote”⁴. Estava ele tratando, dentre outras coisas de como

4 ORTEGA Y GASSET. José. *Meditaciones del Quijote*: Meditacion preliminar, meditacion primera. Madri: Publicaciones de la residencia de estudianties, 1914.

e o que se pode fazer diante das situações e não como elas a determinam. De qualquer sorte, eis uma palavra, uma expressão, uma categoria, uma noção, um conceito que deve ser considerado ao tratar das ações de um ser humano: circunstâncias. Em outras palavras onde e com foi criado, como foi formado o seu capital cultural, como foi constituída suas redes de relacionamentos, quais as tensões produzidas decorrentes delas, bem como o que pôde ser feito em termos práticos daquilo que se propôs.

Por certo, tratar de Dom Luciano apenas no capítulo dedicado a formação de padres de Sergipe, seria reduzir sua atuação a apenas 1/5 do que fez, mas por certo há vários trabalhos que se dedicaram direta ou indiretamente a ele como é o caso da dissertação de mestrado de Fernanda Maria Vieira de Andrade Lima que de dedicou sob a supervisão da Professora Anamaria Bueno Gonçalves de Freitas as “Contribuições de Dom Luciano José Cabral Duarte ao ensino superior sergipano (1950-1968)”⁵ e que destaca a participação do bispo nas faculdades de Filosofia e de Serviço Social, bem como da implantação da Universidade Federal de Sergipe e do Colégio de Aplicação. Um outro trabalho que ressalta a importância do Bispo é o livro “Presença Participativa da Igreja Católica nos 150 anos de Aracaju” do Monsenhor Carvalho. Nesse livro, ele sintetiza bem sua atuação como bispo em exercício de Aracaju destacando a criação de paróquias no interior e na capital de Sergipe, sua oratória nas homílias, o seu esforço junto a previdência social em prol dos benefícios trabalhistas das empregadas domesticas, a criação da Escola João XXIII e do Centro Bem-me-quer, bem como a fundação do Museu de Arte Sacra de Sergipe, a transformação do convento São Francisco em centro de encontros de evangelização e estudos, a contribuição com a instalação das irmãs beneditinas no Convento do Carmo, a implantação da Comunidade Shalom e o estímulo que deu para a instalação da Associação de dirigentes cristãos de empresas (ADCE) e da compra de uma torre para reproduzir a programação da Rede Vida de televisão aos sergipanos além da criação da Prohcase anteriormente citada.

Somadas à essas contribuições, todas elas a partir de circunstâncias específicas, e que constam registradas nas paginas da historiografia sergipana, em se tratando da formação de padres, Dom Luciano deu, tal qual no Ensino Superior sergipano e na política católica, a sua contribuição. Não somente como bispo, o que era sua obrigação, mas também como ho-

5 LIMA, Fernanda Maria Vieira de Andrade Lima. *Contribuições de Dom Luciano José Cabral Duarte ao ensino superior sergipano (1950-1968)*. (Dissertação de mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão-SE, 2009.

mem de letras e intelectual tradicional⁶ na acepção gramsciana do termo. No Seminário Sagrado Coração de Jesus, ele não somente foi estudante dos primeiros anos, mais, também, como já ressaltado, Diretor Espiritual. Quando assumiu o arcebispado em Aracaju, em 1971, assumiu também o compromisso de estimular as vocações sacerdotais e nesse sentido mandou que em todas as missas realizadas no Estado, palavras de incentivo fossem proferidas (lembro-me bem dessa parte da missa e das palavras do padre Vicente em Itaporanga nos idos de 1980).

Estava Dom Luciano, dando continuidade ao trabalho iniciado por Dom José Tomás Gomes da Silva em 1913 com a implantação do Seminário Sagrado Coração de Jesus e do qual o próprio Dom Luciano é um dos seus frutos, ao lado de tantos outros que legitimam a formação ali recebida. Talvez tal ideia tenha nascido no dia 21 de abril de 1972 quando, na chácara João XXIII na cidade de Salgado, o clero sergipano se reuniu para discutir o sínodo da igreja sobre o ministério sacerdotal como registra o Livro de Tombo da Arquidiocese de Aracaju. Foi nesse mesmo ano que Dom Luciano inaugurou a primeira escola de diáconos da Arquidiocese com 24 candidatos ao diaconato. Nos conteúdos da referida escola, percebe-se algumas das preocupações do bispo, entre elas uma formação mínima: primeiro grau completo para os diáconos rurais e curso ginásial para os diáconos urbanos; o estudo da Bíblia e que fossem homens concentrados e que tivesse “gosto pelas coisas de Deus”. A essa época, vale ressaltar, Dom Luciano era presidente do MEB (Movimento de Educação e Base) e do departamento da Ação Social do CELAM (Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano).

Tais atuações e feitos revelam o quão importante é a história local e conseqüentemente a sua escrita. Rafael Samuel, historiador inglês e que enveredou pela história cultural e social em detrimento de uma história factual e baseada em critérios econômicos, escreveu uma coisa que eu gostaria muito de ser a autora e por isso repito sempre. Disse ele:

A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos [...].⁷

- 6 Para Gramsci os intelectuais tradicionais se caracterizam sobretudo pela linearidade em seu pensamento e por fazer parte de uma tradição de ideário que a Igreja Católica e seus clérigos é um bom exemplo. Em suas análises e interpretações ele contempla a figura do intelectual orgânico como aquele que distinto do tradicional tem por meta a sua aliança, visto que o objetivo central é aliar o teórico e o técnico numa espécie de luta pela hegemonia política. Para mais ver: Gramsci, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002, v. 2, p. 15-53.
- 7 SAMUEL, Raphael. Documentação história local e história oral. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, p. 220, fev. 1990. Para maiores detalhes ver: SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, 1997. p. 41-81.

Nesse sentido, a história local contribui significativamente com a história global, ora legitimando as interpretações mais largas, ora dando a ela contribuições de pequena escala mas que serve de modo significativo a sua composição, análises e interpretações. Ao dedicar-se a História de Sergipe ao invés da História Romana, podemos encontrar expressões como a de Dom Luciano e que necessariamente recaí no que um outro historiador inglês, do mesmo grupo de Raphael Samuel e que ao tratar de “Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz” assim se expressou acerca das pessoas comuns e que não necessariamente constam na historiografia tradicional:

Minha questão diz respeito, antes, a que, coletivamente, se não como indivíduos, esses homens e mulheres são os principais atores da história. O que realizam e pensam faz a diferença. Pode mudar, e mudou a cultura e o perfil da história, e mais do que nunca no século XX. Essa é a razão por que dei o título a um livro sobre essas pessoas, tradicionalmente conhecidas como “pessoas comuns” de pessoas extraordinárias.⁸

Várias histórias são dadas a ver naquele livro, demonstrando cada uma em particular e todas em seu conjunto como pessoas comuns/extraordinárias compõem o curso da história e podem por um motivo ou por outro interferir nela. Por certo a campanha das vocações sacerdotais aconteceu em todo o mundo, as ordenações de padres foram feitas por muitos bispos, a adequação dos espaços educacionais ao público alvo também foi feita por vários gestores da Igreja em função das condições físicas e materiais da instituição local, entretanto, e vale ressaltar que sempre há um entretanto, essas pessoas como ressalta Hobsbawm (1998, p.8) “[...] são moldadas pelos seu passado e pelo seu presente, a qual a racionalidade de suas crenças e ações, como por sua vez, modelam suas sociedades e história [...]”. Eis o que fez Dom Luciano ao “interferir” na formação dos padres brasileiros quando, junto com os bispos de Estância (Hildebrando Mendes Costa) e Propriá (José Palmeira Lessa, atual bispo de Aracaju), criaram o Seminário Maior Nossa Senhora da Conceição e assim deram a formação sacerdotal do Brasil mais uma opção de estudos.

Mesmo considerando que em Sergipe, a formação de nível maior, Filosofia e Teologia, já havia sido uma opção e que fora extinta em 1933, um aspecto deve ser pontuado: havia a opção de não criação de seminário uma vez que os vocacionados sergipanos, tal qual o dos outros estados sem seminários, poderiam ser encaminhados aos seminários já existentes como foi, inclusive, o caso de Dom Luciano. Reativar a formação completa do padre foi senão uma estratégia de ampliação do espectro da Igreja em Sergipe, uma opção de escolha para aqueles que queriam seguir a carreira eclesiástica. Foi assim que Adeilton Santana Nogueira, Daniel Fran-

8 HOBSBAWM, Eric. *Pessoas Extraordinárias: Resistência, rebelião e Jazz*. São Paulo: Paz e terra, 1998. p. 7-8.

cisco de Souza, Francisco Luis de Barros Dantas), José Dácio dos Santos, Josiel Santos Mota, Manoel Bomfim Lima (desistiu), Roadson Ramos Silva, Valdemir Vicente Andrade Santos e Milton Alves da Cruz Junior compuseram a primeira turma do referido seminário.

Assim como esses, vários outros seminaristas seguiram carreira e dotaram Sergipe, e outras provinciais eclesiásticas, de sacerdotes. Vale evidenciar que foi durante o Concílio de Trento, ocorrido no período de 1545 e 1563 que ficou determinado a formação de sacerdotes em lugar apropriado e com objetivos formativos (morais, éticos, filosóficos e teológicos) e que aqui no Brasil tal designação só pode ser colocada em prática, tal qual o determinado, a partir do processo de laicização, ocorrido após a proclamação da República.⁹ Muitos seminários foram criados, comunhão com o que Micelli (1988) chamou de processo de estadualização da Igreja no Brasil, mas muitos também, depois de certo tempo de funcionamento, acabaram por serem fechados pela Santa Sé, ora por motivos de economia, ora por falta de vocações sacerdotais.

Sergipe, como já ressaltado, teve o seu Seminário fechado em 1933, mas que logo no ano seguinte foi reaberto, embora com apenas o curso menor, oferecendo o curso propedêutico, o que só foi reparado 65 anos depois e na gestão episcopal de Dom Luciano. O que isso quer dizer? O que isso representa? O que isso significa para o seio católico? Embora o curso da história tenha uma lógica muitas vezes ininteligível num primeiro olhar, nesse caso específico há que se considerar que determinados atores sociais são evocados a decidir por um ou outro caminho e isso deve ser contemplado nas análises feitas, pois quando se trata de uma instituição como a Igreja Católica, em que normas e dogmas são considerados, o seu agente é quem a revela.

No seio da Igreja poderíamos dizer a criação do Seminário Maior Nossa Senhora da conceição, representa a figura de um Arcebispo que zelou pelas vocações e por isso favoreceu a criação da instituição. No tocante a comunidade de fieis, pode ser visto como uma estratégia em prol da sustentação da instituição; do ponto de vista dos vocacionados ou mesmo daqueles que porventura acharam que a carreira sacerdotal era uma alternativa de trabalho, o seminário era a chance de formação e ascensão intelectual e econômica. Já do ponto de vista da educação, o seminário significa uma casa de formação que independentemente da fé professada, se traduz, na via de acesso de muitos jovens a um significativo nível de escolaridade. Já na História sergipana o Seminário Nossa Senhora da Conceição, fundado em 1998, soma-se as outras instituições educativas. Na acepção de Magalhães:

9 Para maiores informações consultar: BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. A formação de padres no nordeste do Brasil (1894-1933). Natal: Edufrn, 2011.

A dialética entre instituição e educação é de natureza historiográfica e historiográfica. A história, valendo-se de um jogo de probabilidades de desenvolvimento do presente, se bem que do presente-passado, é essencialmente a construção de relações ou de combinatórias de relações (conjunturais e estruturais). A história das instituições educativas é um campo de investigação em que a instituição e a educação se articulam por ação dos sujeitos (MAGALHÃES, p. 67)

E foi nesse sentido, ou seja, contando com a ação dos Bispos Dom Luciano, Dom Lessa e Dom Hildebrando que o Seminário Nossa Senhora da Conceição se transformou em uma estrutura central no plano educativo. De modo que ele entra na História das instituições educativas como uma instituição com identidade própria e que vem formando padres aliando os preceitos católicos, a formação sacerdotal e as normas educativas nacionais. Se atentarmos para o espaço onde ele foi construído, logo se perceberá o quão influente ele foi para o seu entorno, se considerarmos sua arquitetura, perceberemos o quanto esta foi pensada estrategicamente para atender ao maior número de seminaristas e o quanto foi despendido em termos de recursos materiais e humanos para que a infraestrutura e a burocracia institucional fosse levada a curso. Se se soma isso o seu desempenho ao longo dos seus 17 anos fica fácil detectar como a sua organização privilegiou seus objetivos e funções e como os meios foram válidos, o que compõe o seu histórico de forma positiva.

Em se tratado de representação, acredito que o seminário vem preparando, tal qual o Seminário Sagrado Coração de Jesus fez nos seus primórdios, as memórias, os seus arquivos, cuidando dos seus artefatos, selecionado diligentemente os seus agentes para que a formação de que disso resulte seja fator e ou condicionante de percursos sacerdotais/profissionais que recaiam em sua identidade e que esta seja reconhecida não somente pelo corpo clerical, mas pelo público em geral. Por certo são as histórias de vida dos que passaram/passam e passarão pelo referido Seminário, reveladoras de uma formação (familiar e escolar) o que as tornam, senão projeção, uma marca do que foi/é e poderá ser a formação superior de padres em Sergipe. 17 anos, de fato é uma idade pequena, entretanto a lacuna que vem sendo preenchida o coloca no rol de opções da formação sacerdotal nacional. Eis mais uma página que a história sergipana registrará.





O Sacerdote Artista da Palavra: Dom Luciano José Cabral Duarte e a Academia Sergipana de Letras

Claudefranklin Monteiro Santos¹

The Word Artist Priest: Dom Luciano Jose Cabral Duarte and the Academy of Letters Sergipe

Resumo:

o presente artigo versa sobre a trajetória e atuação de Dom Luciano José Cabral Duarte na Academia Sergipana de Letras, a partir de sua posse em 26 de agosto de 1971. Com base em uma expressão utilizada por seu primo, Cabral Machado, Dom Luciano é apreendido no tecido histórico, social e cultural de Sergipe como um “artista da palavra”, contribuindo de forma significativa e singular para o cenário da intelectualidade do Estado, extramuros e acima das formalidades do ambiente.

Palavras-chaves: Dom Luciano José Cabral Duarte – Academia Sergipana de Letras – Trajetória de Vida.

Abstract:

the present article deals with the history and role of Don José Luciano Duarte Cabral on the Lyrics Sergipana Academy, from his office on August 26, 1971. Based on an expression used by his cousin, Cabral Machado, Archbishop Luciano is seized the historical, social and cultural fabric of Sergipe as an “artist of the word”, contributing significantly and unique way to the scene of the intelligentsia of the state, extramural and above the environmental formalities.

Keywords: Don Luciano José Cabral Duarte - Sergipana Academy of Arts - Path of Life.

129



1 Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Sócio do IHGSE.



Visitar a seara cultural de Dom Luciano José Cabral Duarte, tendo como lentes a sua atuação na Academia Sergipana de Letras, logo se apresenta, também, como um momento oportuno para pensar a formação intelectual de Sergipe, considerando a significativa presença e contribuição do clero neste particular de sua história. Há casos representativos que atestam, na chamada “geografia diocesana” do Estado, a existência de uma elite clerical consistente e atuante, capaz de influenciar em diversas instâncias, mesmo depois da proclamação da república e da laicização das instituições governamentais.

Entre meados do século XIX e pelas décadas do século seguinte, a Igreja Católica passou a investir mais e melhor na preparação de seus padres, cultivando neles o gosto pela erudição. Seja por meio de ações próprias de seus membros, com vistas a uma reinvenção de seu papel institucional, seja por meio da provocação racional de intelectuais, também a Igreja, por meio de seus agentes religiosos, sobretudo os clérigos, passou a dar vasão ao conhecimento e ao estudo, formando uma plêiade de padres capacitados, intelectualizados. Viram-se, gradativamente, com algumas resistências, mudanças nas condutas, modos e posturas de ser padre. Mudaram-se os procedimentos educativos dos seminários e os próprios seminários foram mudando com eles. Esteve em questão a restauração da imagem do clérigo, no sentido de formá-lo melhor, tanto ao nível da ética e da moral, como ao nível acadêmico.

Assim, parte considerável dos padres sergipanos formados em seminários nordestinos compuseram importantes quadros da intelectualidade local e regional, como também brasileira. Sobre o Seminário de Aracaju, assim se refere Raylane Navarro: “(...) oferecia à sociedade nordestina e brasileira uma elite intelectual, com ampla e sólida formação sacerdotal, acadêmica e, por vezes, erudita²”. Além disso, acrescenta a autora, foi um instrumento a serviço da renovação da Igreja e do seu trabalho pastoral.

Em Aracaju, nas primeiras décadas do século XX, como iniciativa para a propagação da fé católica pelos meios intelectualizados, ou a partir deles, foi criada, por parte dos seminaristas do Sagrado Coração de Jesus, a Academia Literária São Tomás de Aquino. Seu propósito era criar e manter uma instituição cultural que procurasse “fomentar o gosto pela literatura, pelas ciências e pelas artes³”, conforme propugnava seu principal veículo de disseminação de ideias, a Revista *Cientia et Virtus* (1933).

A Academia Literária São Tomás de Aquino teve como mentor o Reitor Monsenhor Adalberto Sobral e foi fundada no dia 20 de abril de 1919. É

2 BARRETO, Raylane Dias Navarro. *A Formação de Padre no Nordeste do Brasil (1894-1933)*. Natal: EDUFRN, 2011. p. 24.

3 BARRETO, Raylane Andreza Dias. *Os Padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1938)*. Maceió: EDUFAL, 2012. pp. 182-184

considerada a precursora da Academia Sergipana de Letras (ASL), que, entre outros membros da Igreja Católica, teve a participação do Monseñor Carlos Costa, em sua fundação no dia 01 de junho de 1929, e, posteriormente, Dom Antônio dos Santos Cabral e Dom Mário de Miranda Vilas-Bôas, como membros da primeira leva de imortais.

Em 1922, por exemplo, foi fundado o Educandário Tomás de Aquino, instituição que ajudou a formar importantes nomes da sociedade sergipana. Trata-se de uma iniciativa do Padre lagartense, Vicente Francisco de Jesus, e do então Seminarista Manoel Cândido dos Santos, este último, natural de Rio das Contas-BA (01 de setembro de 1844). Estudante, como preparatório para padre no Seminário Santa Tereza, na Bahia, não concluiu a sua formação, dedicando-se ao ensino, ao jornalismo e ao direito. Mudou-se para Aracaju em 1912, a convite do Presidente de Sergipe, General Siqueira de Meneses, depois de uma prodigiosa passagem pela imprensa da cidade baiana de Alagoinhas. Foi professor de Latim e de Português no Colégio Atheneu Sergipense. Em 1913, foi convidado pelo Bispo Dom José Thomas para ocupar o corpo de docentes do Seminário Sagrado Coração de Jesus⁴.

Dom Luciano não foi da primeira leva de sacerdotes formados pelo Seminário Sagrado Coração de Jesus, portanto, dos chamados “padres de Dom José”. Ele estudou naquela instituição entre 1936 e 1942, quando partiu para Olinda-PE. Apesar disto, encarnou muito bem a postura pastoral do primeiro Bispo de Aracaju, assumindo, mais tarde, o perfil de clérigo intelectualizado e erudito, de que estamos dissertando preliminarmente, até mesmo para compor uma tecida histórica que nos dê condição de entender e explicar a estada de Dom Luciano na Academia Sergipana de Letras, propósito para o qual tive a honra de merecer a missão.

Em que pesem tais considerações sobre a participação da Igreja Católica na formação cultural de Sergipe no século XX, em particular, pode-se dizer que Dom Luciano, cria do Seminário Sagrado Coração de Jesus, se apresentava como um de seus maiores expoentes, antes mesmo de alçar ao posto de imortal da Academia Sergipana de Letras. Exemplo disto, ainda na condição de um jovem sacerdote, foi lhe conferida pelo Bispo de Aracaju, em 1949, Dom Fernando Gomes, a incumbência de atuar, decisivamente, no meio acadêmico, social e cultural, por meio de iniciativas como: o jornal A Cruzada, a Faculdade Católica de Filosofia e a Juventude Universitária Católica (JUC)⁵.

4 NETO, Urbano Oliveira Lima. “Era um Sábio... Era um Santo”. In: *Revista da Academia Sergipana de Letras*. Nº 28. Aracaju-Se, setembro de 1981. pp. 181-183.

5 MORAIS, Gizelda. *D. Luciano José Cabral Duarte. Relato Biográfico*. Aracaju: Editora J Andrade, 2008. p. 68.

Tudo leva a crer que as mobilizações para a candidatura de Dom Luciano para a Academia Sergipana de Letras deram início entre finais dos anos 60 e início da década seguinte. Até o fechamento do presente texto, não foi possível saber, ao certo, se ele, pessoalmente, desejasse isto para si, ao que nos parece que não. A julgar pelo que sabemos da trajetória do Bispo até a presente data, isto, de ele vir a tornar-se membro daquele sodalício seria inevitável. O próprio Cabral Machado aventou, em seu discurso de recepção ao mesmo, que seria uma questão de tempo e de oportunidade, deixando entrever que tivesse sido seu principal articulador.

O descuido com a memória por parte de algumas de suas diretorias criou alguns hiatos significativos que não nos permitiu reconstituir os momentos que antecederam a escolha e posse de Dom Luciano na Academia Sergipana de Letras, pelo menos com maiores detalhes que enriqueceriam nossa prédica. A documentação escrita disponível não fornece maiores elementos elucidativos sobre os bastidores para a indicação do nome de Dom Luciano, algo que julgamos ser apenas recuperado no pesquisar da memória das testemunhas oculares e auriculares. Sobre este assunto, Gizelda Morais afirma que o nome de Dom Luciano se deu “por instância e indicação de vários acadêmicos⁶”.

Em março de 1971, os convites para a sua posse já começavam a ser distribuídos pela Academia Sergipana de Letras, em princípio para o mês de maio. A solenidade, entretanto, ocorreu no dia 26 de agosto daquele ano, às 20 horas, no prédio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Ele tornou-se ocupante da cadeira de número 18, cujo patrono é o Vigário Barroso. Sucedeu ao Bispo Dom Mário de Miranda Vilas-Bôas, falecido em Aracaju no dia 23 de fevereiro de 1968. A cadeira estava vaga, portanto, havia três anos.

No dia seguinte, o mesmo periódico atesta a força representativa do neo-imortal. Em nota intitulada “Prestígio”, a solenidade de posse foi apresentada como um grande acontecimento social e cultural de Sergipe. O auditório do IHGSE esteve “completamente lotado”, com a presença de inúmeros intelectuais e autoridades. Assim, encerra a nota: “mais uma vez a força do nosso Arcebispo perante a sociedade sergipana⁷”. Apesar disto, chama-nos a atenção para o fato de não haver o registro escrito desta solenidade por parte da Academia Sergipana de Letras. O evento só mereceu uma citação em ata de sessão solene do dia 16 de dezembro de 1972, mais de um ano após.

Além do Jornal Gazeta de Sergipe, a posse de Dom Luciano recebeu destaque também do jornal Diário de Aracaju, datado de 28 de agosto de 1971.

6 Idem, *ibidem*. p. 312.

7 *Gazeta de Sergipe*. 28 de agosto de 1971. p. 3

Entre as autoridades intelectuais que se manifestaram a respeito da solenidade, destaque para o Professor Hélio Ferreira dos Santos, Diretor do Instituto de Química da Universidade Federal de Sergipe, que, via ofício, lhe dirigiu moção de congratulações, no dia 24 de setembro de 1971⁸.

Dom Luciano foi recepcionado por seu primo, Manoel Cabral Machado “(...) que teceu longas considerações sobre as qualidades do Arcebispo de Aracaju⁹”, conforme noticiou matéria de capa o Jornal Gazeta de Sergipe, no dia 27 de agosto daquele ano. Para justificar a presença de mais um religioso na Academia Sergipana de Letras, sobretudo de Dom Luciano, em especial, Cabral o colocou ao nível do “intelecto prático”, do sujeito cuja função sacerdotal era a de um *artista da palavra*. Salientou suas qualidades de bem-letrista e filósofo e assim expressou-se a respeito da premissa: “O pastoreio das almas manifesta-se num soerguimento vital ao nível da beleza literária”. Ou ainda: “Se deste modo agis como o brilho dos talentos, esta casa haveria de esperar-vos¹⁰”.

Ainda sobre a fala de Cabral Machado é possível destacar outros elementos que tornaram aquele evento ainda mais representativo para o momento cultural sergipano. Ele deu ênfase a quatro características do recipiendário, que tornaram a fazer parte de sua trajetória de vida, como sacerdote e homem das letras: “inteligência criadora, caráter firme, poder de decisão, capacidade de ação¹¹”.

Citando Garcia Moreno, Cabral ressalta a oportunidade, entendendo que o religioso representava a aliança entre os apelos da vocação e a reconhecida cultura e inteligência do mesmo. Isto teria bastado para justificar sua presença entre os imortais sergipanos. Ele transitou, nem sempre com tranquilidade, mas com propriedade, entre a fé, a ciência e a arte. E “(...) se após 20 anos, neste pastoreio [nos atesta seu anfitrião e parente], não houve a plena conversão da intelectualidade sergipana ao catolicismo, porquanto continuam a existir os ateus, os agnósticos, os indiferentes, pelo menos, afirmariamos, a fé passou a ser respeitada pela inteligência e o valor do pensamento cristão”.

A propósito, em seu discurso de posse, Dom Luciano se apresentou aos colegas como um homem de fé: (...) aquele que crê em Deus, que crê em Jesus Cristo”, tecendo um leve trocadilho com a imortalidade dos colegas acadêmicos, todos, inclusive ele: “(...) peregrinos mais ou menos

8 Ofício nº IQ/243/71 do Diretor do Instituto de Química da UFS a Dom Luciano Duarte, enviando uma moção de aplausos pela posse na Academia Sergipana de Letras. 24 de setembro de 1971. Acervo do Instituto Dom Luciano. Aracaju-SE.

9 *Gazeta de Sergipe*. 27 de agosto de 1971. Capa.

10 MACHADO, Manuel Cabral. Discurso de Saudação a Dom Luciano Cabral Duarte. In: *Revista da Academia Sergipana de Letras*. Número 25. 1975. pp. 92-93.

11 Idem, *ibidem*. p. 96.

transviados pelos desertos da vida, carregando, dentro das entranhas, esta inexorável sede de uma água que, necessariamente, existe [Deus]¹².

Por ocasião da posse de Dom Luciano na Academia Sergipana de Letras é possível dizer, sem vacilo, que seu nome já estava consolidado. E sobre este particular, pode-se levantar uma questão que nos parece muito importante para dimensionar aquele acontecimento no cenário cultural sergipano.

Dom Luciano ingressou na Academia Sergipana de Letras em meio a uma crise institucional. Poucos dias depois, foi eleito seu mais novo presidente o jornalista Zózimo Lima, que em artigo para o jornal *Gazeta de Sergipe*, intitulado “No território das letras”, queixava-se da pouca frequência dos imortais às reuniões, fato que apenas 16 deles tivessem exercido voto para àquele pleito. Aos que não compareceram ao certame, assim se pronunciou: “(...) Não votando em outro candidato, desejam êles que continuasse a Academia inoperante, estagnada, sem possibilidade de renovação¹³”.

Na sessão a que se refere o jornalista Zózimo Lima, de 30 de agosto de 1971, é possível perceber o clima de tensão. Para se ter uma ideia, o Presidente João Evangelista Cajueiro, ao designar seu confrade Marcos Ferreira de Jesus (vice-Presidente) para conduzir o processo eleitoral, o fez acompanhado de um ofício onde pede sua exclusão do quadro social da Academia. Afora este constrangimento e não sendo candidato de oposição a Zózimo, ainda recebeu um voto. Sem falar nas recusas de vários membros em ocuparem as funções para as quais foram indicados nas urnas.

Visto deste modo, a eleição de Dom Luciano caiu como uma luva para aquele cenário, mostrando-se muito oportuna. O sodalício precisava de um nome de consenso e que pudesse mexer com seus membros, ou que ao menos se criasse essa expectativa. Àquela altura, sua biografia já era digna de admiração e apreço, sobretudo se levarmos em consideração apenas três de seus inúmeros perfis.

Como religioso, já tinha uma carreira bastante consolidada, não só no cenário nacional, mas também internacional, sobretudo junto ao Vaticano, tido como uma das maiores autoridades eclesiásticas do Brasil. Um ano antes de sua posse na ASL, havia sido nomeado o segundo Arcebispo Metropolitano de Aracaju. No campo educacional, não menos importante, estando entre os mais conceituados nomes, inclusive junto ao Governo Federal, como membro atuante do Conselho Federal de Educação. Já possuía um cabedal cultural invejado e vasto, enriquecido por suas andanças pelo mundo. Um homem erudito, cuja capacidade intelectual era digna de nota e das melhores referências. Por estes motivos, bem afirmara Cabral Machado que se nas hostes da Academia Sergipana de Letras este homem

12 DUARTE, Dom Luciano. Discurso de Dom Luciano ao ser recebido na Academia Sergipana de Letras. In: *Escritos sobre Educação e Outros Temas*. Aracaju: Editora J Andrade, 2008. p. 77.

13 *Gazeta de Sergipe*. 11 de setembro de 1971. p. 2.

não viesse um dia figurar, teria sido uma mácula e uma grave injustiça cometida por aquele sodalício¹⁴.

Por outro lado, um levantamento feito na documentação da Academia Sergipana de Letras é possível saber que Dom Luciano não foi afeito a frequentar suas sessões, salvo raras e pontuais exceções, fato, inclusive atestado por sua principal biógrafa, Gizelda Moraes, a qual atribui o infortúnio às inúmeras atividades que ele desenvolvia seja na vida religiosa, seja nas esferas educacional e cultural. Era um homem amplamente requisitado e comprometido com diversas causas. Dois dias após a sua posse na ASL, por exemplo, ele esteve proferindo palestra de encerramento na Semana do Excepcional, no Centro de Reabilitação Ninota Garcia, em Aracaju¹⁵.

Entre as raríssimas aparições, destaque para a posse de Dom José Brandão de Castro na cadeira número 24, cujo patrono é Dr. Pedro Ribeiro Moreira. Na ocasião, 21 de outubro de 1977, coube ao Arcebispo Metropolitano de Aracaju proferir o discurso de recepção, cujo original encontra-se no acervo do Instituto Dom Luciano, ainda não publicado, nem mesmo pela Revista da Academia Sergipana de Letras.

Dom Luciano foi um orador por excelência. Embora o tenhamos na conta de um exímio escritor, não deixou nada registrado nos anais da Academia Sergipana de Letras, sobretudo em seu periódico. A seu respeito, somente o discurso de Cabral Machado, datado de 28 de agosto de 1971 e que só fora publicado no número 25, em 1977. Quantas pérolas discursivas de Dom Luciano poderiam ter se tornado valiosos textos, a exemplo do que acontecera algumas vezes a Luiz Antônio Barreto, este último mais cuidadoso com a pena, se é que podemos dizer assim.

Seu discurso de posse, por exemplo, foi, por alguns anos, alvo de algumas críticas, sobretudo por sua inexistência na forma escrita. Graças aos esforços de sua irmã, Carmem Dolores Cabral Duarte, Dona Carminha, e da escritora Ana Medina, fragmentos foram transcritos e publicados no livro “Escritos sobre Educação e Outros Temas”, de 2008, organizado pelos professores Jorge Carvalho do Nascimento e Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, cuja apresentação coube ao Prof. Dr. Edmilson Menezes.

Antes de tecer alguns comentários sobre este documento, cabe salientar algumas outras questões a respeito. Dom Luciano, como é sabido, não preparou nada escrito para a sua posse, falando de improviso para os presentes. A Rádio Cultura de Sergipe gravou seu pronunciamento, mas o Arcebispo de Aracaju jamais se prontificou a escrevê-lo. Durante anos, sobretudo a partir de 1972, ocasionalmente isto foi tocado em sessões da academia, até data mais recentemente.

14 MACHADO, Manuel Cabral. Discurso de Saudação a Dom Luciano Cabral Duarte. In: *Revista da Academia Sergipana de Letras*. Número 25. 1975. p. 92.

15 *Gazeta de Sergipe*. 29 e 30 de agosto de 1971. Capa.

Em Ata de Sessão Ordinária da ASL de 24 de janeiro de 1973, o então Presidente Zózimo Lima queixou-se da demora de, não só Dom Luciano, mas também de outros confrades, a exemplo de Luiz Magalhães e José da Silva Ribeiro Filho, não remeterem ao sodalício seus discursos. Segundo Zózimo, Dom Luciano alegava não saber onde estava a fita gravada pela Rádio Cultura.

Finalmente resgatado, o Discurso pôde ser conhecido não só por admiradores, mas também por aqueles que lhe fizeram a cobrança, por vezes incisiva, por tantos anos. Em Ata já aqui mencionada no dia 24 de janeiro de 1973, Zózimo destaca, de memória, o que ele chamou de uma “magnífica apologia a Dom Mário Vilas-Bôas¹⁶”. Natural do Rio Grande, foi Bispo de Garanhuns e Arcebispo de Belém do Pará. Tendo sido, ainda, Arcebispo Coadjutor de Salvador e Arcebispo da Bahia. Renunciou ao cargo em 1965, radicando-se em Aracaju, até a sua morte, três anos depois. Para Luiz Antônio Barreto, trata-se de “(...) gaúcho sergipanizado¹⁷”.

De fato, Zózimo tinha razão. Ao debruçarmos sobre o discurso de Dom Luciano é nítida a sua admiração por Dom Mário, dando vazão a três momentos díspares do pastor: o auge na carreira, por ocasião da realização do VI Congresso Eucarístico Nacional, em Belém do Pará (1953); a sofrível e dolorida fase de transferências; e a última estada nas terras sergipanas, sobre a qual teve Dom Luciano grande influência.

A respeito do retorno e curta permanência de Dom Mário em Sergipe, porém necessária, do ponto de vista humano, assim se referiu o recém-ingresso na Academia Sergipana de Letras:

(...) E ele para aqui veio com as suas irmãs. E ele aqui encontrou a casa, onde viveu os últimos meses da sua vida e onde morreu e onde estão suas irmãs. E ele aqui teve o desenlace de sua vida, cercado de carinho e da fidelidade daqueles amigos, daquelas afeições, cuja raiz plantara na juventude e, no tempo que passou como padre, trabalhando em Aracaju¹⁸.

Na sequência da transcrição de seu discurso de posse, ainda tecendo palavras afáveis sobre Dom Mário Vilas-Bôas, enaltece a sua qualidade de exímio orador. Neste momento, o leitor atento perceberá que o que dirigiu ao homenageado serve muito para si próprio, particularmente como ficamos o conhecendo na sequência de sua prodigiosa carreira sacerdotal e intelectual: “(...) o que distingue o orador de um orador, é a inflexão, é

16 Ata da Sessão Ordinária da Academia Sergipana de Letras, realizada no dia 16 de Dezembro de 1972. pp. 06-07.

17 BARRETO, Luiz Antônio. “A Tese de Dom Luciano”. In: http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=8484&titulo=Luis_Antonio_Barreto. 11.02.2004. Acessado em 27 de janeiro de 2015.

18 DUARTE, Dom Luciano. Discurso de Dom Luciano ao ser recebido na Academia Sergipana de Letras. In: *Escritos sobre Educação e Outros Temas*. Aracaju: Editora J Andrade, 2008. pp. 74-75.

o acento, é o calor de alma que ele consegue pôr ou não consegue pôr naquilo que ele está transmitindo¹⁹”.

Em 1984, o Jornal Gazeta publica uma matéria intitulada “Quem são nossos imortais?”, destacando a atuação de Dom Luciano na Academia Sergipana de Letras. Em geral, além de apresentar aspectos relacionados à sua trajetória de vida até então, vê-se que o religioso projeta a instituição mais pelo que fez por Sergipe, sobretudo pela educação, do que por ter sido um homem de reuniões e solenidades daquele sodalício²⁰.

Entretanto, é preciso ver esta questão da ausência e da inatividade produtiva no seio da Academia Sergipana de Letras com outros olhos, sob outra perspectiva, sobe pena de incorrerem em erro ou injustiça. Medir a atuação e importância de Dom Luciano por este patamar é limitar suas possibilidades. Isto jamais impediu de que ele estivesse entre os melhores nomes daquele sodalício. Pode-se afirmar, sem nenhum exagero ou panfletagem, que ele projetou aquela instituição no campo cultural sergipano e nacional, conferindo-lhe notoriedade e credibilidade por muitos anos. Sua produção e atuação exógena ao ambiente da imortalidade sergipana atesta qualquer premissa neste sentido. Ele foi um homem da academia e para além dela.

No dia 01 de setembro de 2003, a Academia Sergipana de Letras lhe prestou uma justa homenagem. A sessão foi concorrida e registrada em ata. A referida sessão havia sido uma sugestão de Gizelda Moraes, feita ao Presidente José Anderson do Nascimento, no dia 28 de julho daquele ano, no que foi prontamente acatada por seus pares.

A solenidade ocorreu em comemoração ao cinquentenário sacerdotal de Dom Luciano. Entre os presentes, destaque para: Manuel Cabral Machado, João Oliva Alves, Maria Thétis Nunes, Luiz Antônio Barreto, Jorge Carvalho do Nascimento, o Secretário da Cultura José Carlos Teixeira (representando o Governador João Alves Filho) e a professora Ana Maria Medina (representando o Prefeito Marcelo Déda).

O homenageado entrou no auditório da Academia Sergipana de Letras, acompanhado de sua irmã Carmem Dolores e foi efusivamente aplaudido por todos. Fizeram uso da palavra: Gizelda Moraes, idealizadora e mentora do evento; Manoel Cabral Machado, tecendo palavras carinhosas e intimistas; João Oliva Alves, destacando a veia jornalista do homenageado, sobretudo a experiência, como repórter, no Concílio Vaticano II; a saudosa Lígia Pina Madureira, destacando o papel de sacerdote dedicado, bem como de docente afável, que contagiava os alunos, a exemplo dela; Maria Thétis Nunes, ressaltando curiosidades da vida

19 Idem. *Ibidem*. p. 75.

20 Jornal Gazeta. Ano IV. 07 de julho de 1984. p. 06. Acervo do Instituto Dom Luciano. Aracaju-SE.

peçoal de Dom Luciano, como o hábito de andar de bicicleta; seguindo as falas de Emanuel Franco, José Carlos Teixeira, Cléa Maria Brandão e do Presidente José Anderson do Nascimento.

Em 2007, em sessão conjunta da Academia Sergipana de Letras e do Conselho de Cultura de Sergipe, Dom Luciano esteve prestigiando a solenidade em homenagem ao centenário de nascimento do poeta e jornalista lagartense, Abelardo Romero Dantas. Foi, ao que se sabe, sua última aparição pública em eventos daquela natureza. Debitado, mais ainda demonstrando bastante entusiasmo, rompia o silêncio da atenção dos ouvintes à fala do palestrante, com palmas de louvação, satisfeito com o que ouvia a respeito de seu confrade, falecido em 1979.

Ocasionalmente, até a presente data, a importância de Dom Luciano no cenário cultural, mais de perto na Academia Sergipana de Letras vem à tona nas reuniões do sodalício, em geral, por iniciativa dos acadêmicos Ana Medina e João Oliva ou mesmo de membros do Movimento Cultural Antônio Garcia Filho. Mais do que lampejos de memória, marcos memorialísticos de uma ausência, paradoxalmente, muito presente.

Em que pesem tais considerações a respeito do perfil acadêmico-literário, no que dou por encerrada a minha fala, cabe salientar e atestar a assertiva de Cabral Machado a respeito de Dom Luciano José Cabral Duarte a quem lhe coube a alcunha de *sacerdote artista da palavra*, sobre o qual repousou a palavra com maestria e assentasse-se a sapiência da gente sergipana, alçada ao mais expressivo, significativo e melhor grau, típica dos que fazem da imortalidade a justa e prestigiosa razão de ser e de representar-se.



“Aceitáveis com restrições, outras totalmente inaceitáveis”: Dom Luciano Cabral Duarte e as “Teologias da Libertação”

Péricles Andrade¹

“Acceptable with restrictions, others entirely unacceptable”:
Dom Luciano Cabral Duarte and the “Theologies of Liberation”

Resumo:

Este artigo tem como objetivo apresentar um primeiro esboço de mapeamento e compreensão dos posicionamentos de Dom Luciano Cabral Duarte enquanto pertencente a ala ortodoxa e como opositor à ala heterodoxa no campo católico entre as décadas de 1960 e 1980. Parte-se da premissa que a partir da análise dos posicionamentos de Dom Luciano em relação à Teologia da Libertação é possível a compreensão das tensões e sentidos do campo católico brasileiro entre as décadas supracitadas, quando as disputas buscavam estabelecer uma matriz geradora sacerdotal baseada na assistência espiritual e social.

Palavras-chaves: Dom Luciano, Marxismo, Teologia da Libertação.

Abstract

This article aims to present a first draft of the mapping and understanding of Don Luciano Cabral Duarte's positions as a member of the orthodox wing and an opponent to the heterodox wing of the Catholic field from the 1960s to the 1980s. We presume that the analysis of Don Luciano Cabral Duarte's positions in relation to the theology of Liberation allows us to understand the tensions and meanings of the Brazilian Catholic field during the above mentioned decades, when the disputes sought to establish a sacerdotal generating matrix based on spiritual and social care.

Keywords: Dom Luciano, Marxism, Theology of Liberation.

139



1 Doutor em Sociologia pela UFPE. Professor Adjunto IV do Departamento de Ciências Sociais e do Núcleo de Graduação e Pós-Graduação em Ciências da Religião (UFS).



Introdução

Em sua atuação enquanto agente no campo religioso Dom Luciano Cabral Duarte sempre se posicionou publicamente como anticomunista. Esse fenômeno diz respeito a uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que é a ele identificada, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. O anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista. Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo, etc. Vale ressaltar que no Brasil uma das instituições que mais se dedicaram ao combate ao comunismo no Brasil foi a Igreja Católica. O anticomunismo se organizava a partir da infraestrutura já existente na Igreja e se beneficiava das boas relações que a hierarquia mantinha com governos e grupos dominantes. Essa postura era veiculada através de pronunciamentos de autoridades católicas em jornais, alocações radiofônicas, solenidades de inauguração, missas especiais. Recheava as páginas de jornais católicos e permeava o conteúdo de programas de rádio; era difundido nas escolas, nos grupos da Ação Católica, nos seminários onde se formavam os novos padres. Circulava na forma de livros, revistas, cartazes, panfletos e santinhos, impressos nas gráficas e editoras católicas. Foi, muitas vezes, canalizado através do trabalho de entidades como a Liga Eleitoral Católica (LEC), os Círculos Operários (COs) e as Frentes Agrárias. Transformou-se em tema para os sermões dominicais nas pequenas e grandes paróquias espalhadas pelo País, pregação que permanece na memória de muitos católicos até hoje. Incentivou multidões a irem às ruas para rezar o terço, pedindo proteção a Deus contra a ameaça do comunismo.²

O posicionamento deste religioso pode ser constatado em diversos momentos. Em 1963 o então Monsenhor Luciano Cabral Duarte visitou durante dez dias a Hungria num intervalo das suas atividades junto ao Concílio Vaticano II (1962-1965)³, quando atuava como correspondente da revista *O Cruzeiro*. Os escritos dessa experiência foram publicados pelo Instituto Dom Luciano Cabral Duarte em 2008. Nessa experiência de viagem o religioso registra o cotidiano húngaro no início da década de 1960. O leitor é levado ao ambiente policial vivenciado nas repúblicas do Leste Europeu. As experiências vivenciadas por Luciano Duarte demonstram como os mecanismos de

2 Ver: RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 463-488, 2002.

3 As correspondências do padre Luciano Duarte ao jornal *O Cruzeiro* foram reunidas e publicadas em 1999 na obra *Concilio Vaticano II: os novos caminhos da cristandade* (Aracaju: Editora J. Andrade/Prefeitura Municipal de Aracaju).

controle do Estado atuavam sobre os nativos e os estrangeiros. Isto emerge na sua escrita em diversas passagens, que ressalta a constante presença de policiais, os inúmeros episódios em que é observado por agentes oficiais e o receio de alguns padres em relação à exposição de ideias contrárias ao Estado. Por outro lado, o Monsenhor aponta significativos avanços dos projetos sociais instituídos com a implantação do comunismo na Hungria. Porém, ao final do texto destaca-se sua postura de combate ao comunismo, quando aponta preocupação com o avanço dos ideais socialistas no Brasil.⁴

Tal posicionamento marcou sua atuação enquanto agente do campo católico⁵ no Brasil entre as décadas de 1960 e 1990. Por exemplo, no acervo de documentos do Instituto Dom Luciano Cabral Duarte já catalogado, a postura anticomunista de Dom Luciano é marcante, com temas diretamente relacionados ou correlacionados, tais como: marxismo, Teologia da Libertação (TL), Igreja e o partido comunista, Igreja e marxismo.

Esta comunicação tem como objetivo apresentar um primeiro esboço de mapeamento e compreensão dos posicionamentos de Dom Luciano Cabral Duarte enquanto pertencente a ala *ortodoxa* e como opositor à ala *heterodoxa* no campo católico entre as décadas supracitadas. Parte-se da premissa que a análise dos seus posicionamentos de Dom Luciano Cabral Duarte em relação à Teologia da Libertação é possível à compreensão das tensões e sentidos do campo católico brasileiro nas décadas de 1960 e 1980, quando as disputas buscavam estabelecer uma matriz geradora sacerdotal baseada na assistência espiritual e social. A *opção preferencial pelos pobres*, enfatizada pela Conferência de Medellín na Colômbia em 1968, possibilitou duas leituras católicas: a atualização da caridade via a assistência social *versus* a incorporação da perspectiva libertária de conotação marxista.

Dom Luciano e as “Teologias da Libertação”

A Igreja Brasileira esteve, durante um significativo período, influência decisiva da *Teologia da Libertação* e de seus seguidores nas pastorais. A Teologia da Libertação é um movimento teológico genuinamente latino-americano, por consistir no primeiro movimento teológico nascido na América Latina no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. A Teologia da Libertação surge num contexto de grandes agitações sociais. No período pós II Guerra Mundial, o mundo encontrava-se bipolarizado: comunismo, representado pela URSS, *versus* capitalismo, representado pelos EUA, em que cada bloco visava expandir sua influência.⁶

4 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. *Hungria – 1963: Registros de Viagem*. Aracaju: J. Andrade, 2008.

5 Ver: BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

6 Ver: BARBOSA, Imerson Alves. *A Esquerda Católica na formação do PT*. Marília-SP, 2007 (Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília).

No começo da década de 1960 surgiu uma tendência nova, que ficou conhecida como “Esquerda Católica” (EC). Movimento estudantil católico – antiga *Juventude Universitária Católica* (JUC) criada por Dom Leme na década de 1930 –, radicalizou-se e muito rapidamente aproximou-se das ideias socialistas e esquerdistas. Os estudantes católicos reivindicavam a substituição da economia anárquica, baseada no lucro, por uma economia organizada de acordo com princípios humanos, objetivo este que, na prática, exigiria a nacionalização dos setores produtivos básicos. Tentando formular uma ideologia essencialmente anticapitalista e anti-imperialista e em busca de uma estrutura social mais justa e mais humana, eles pedem um verdadeiro compromisso com as classes exploradas, numa verdadeira negação da estrutura capitalista. Aqui há uma radicalização das novas práticas sociais, culturais e políticas dos ativistas católicos: participação no movimento estudantil, alianças com a esquerda secular, apoio às lutas sociais e compromisso com a educação popular⁷. Dessa forma, os pobres foram conclamados ao engajamento social, à ação política e à busca de conhecimento científico para entrar no jogo político moderno.⁸

O raciocínio compreendia a ideia de que para se edificar o *Reino de Deus* na terra os católicos deveriam começar a trabalhar em seu próprio ambiente cotidiano. Os pobres deveriam assumir a vanguarda deste movimento, pois são “leais a Deus por sua unidade e fraternidade”. Essas bases teológicas foram formuladas na *Teologia da Libertação*, que se diferencia em três pontos da teologia do catolicismo tradicional. Em primeiro lugar, a teologia não pode ser separada dos contextos socioeconômico e político. Segundo, esta teologia sustenta a premissa de que Deus faz “uma opção preferencial pelos pobres”. Por fim, ela é marcada pela ideia de que a salvação deve ser encontrada nesta vida: não é um prêmio a ser obtido após a morte. Os teólogos consideravam as comunidades de base como o meio mais adequado para se criar um contexto em que os católicos pobres pudessem desenvolver uma consciência da situação política e social de seu país e traduzi-la numa adequada ação política e social. A consciência social era o caminho da salvação. A religião era vista como uma fonte de mudança cultural, social e política. Inspirados em leituras da Bíblia críticas em relação à estrutura social, os pobres seriam emancipados para se filiarem aos partidos políticos e aos sindicatos e para exigirem serviços e infraestrutura dos governos locais, fazendo assim a sua parte na criação de uma sociedade justa “aqui e agora”⁹.

7 Ver: THEIJE, Marjo de. *Tudo o que é de Deus é bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns*, Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2002.

8 Idem.

9 Ver: THEIJE, Marjo de. *Tudo o que é de Deus é bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns*, Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2002.

Desta *Igreja Progressista* surgem em diversos países da América Latina nos anos de 1960 as *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBs). Cada vez mais o diálogo com a modernidade é reforçado. A Igreja Católica redefine sua orientação naquilo que afeta o dia-a-dia do católico, não somente em termos ritualísticos e da doutrina espiritual, mas sobretudo no que se diz respeito à maneira como o cristão deve se colocar no mundo profano. Participaram das primeiras CEBs muitos líderes das ligas camponesas e de sindicatos rurais, do MEB e da AC. As CEBs logo proliferaram também pelas cidades. Há aí um duplo movimento: o da militância católica de esquerda e o da própria Igreja que procura atualizar-se no mundo. As CEBs significaram uma mudança efetiva na prática pastoral, com inequívoca abertura para as questões sociais, gerando inclusive mecanismos de formação de militância político-partidária, em que ficou selado o compromisso da “opção preferencial pelos pobres” (PRANDI, 1998: 97-98). O fator marcante na renovação da Igreja que emergiu com as CEBs está na participação efetiva dos leigos na vida eclesial com necessária perspectiva de transformação social. Através das CEBs assistência da Igreja visava ajudar os pobres a se tornarem conscientes de sua posição na sociedade brasileira.¹⁰

O surgimento dessas comunidades nas periferias urbanas teve como contexto a carência da população, a distância dos centros de poder público e eclesiástico, a ausência quase permanente de padres e a aliança entre motivação religiosa e manifestações por melhoria nas condições de vida local. São nessas circunstâncias que os leigos vão, aos poucos, assumindo a liderança, tanto nas celebrações como nas lutas comunitárias. Na visão deste catolicismo, sob nítida influência do marxismo, o pecado é social e se chama capitalismo. No lugar do tradicional opositor sobrenatural (“o velho diabo”) esse catolicismo coloca a classe social concreta: o mal é a burguesia e seu sistema econômico de exploração. O pecado é a exploração do homem pelo homem e a medida do pecado tem nome: a mais-valia marxista.¹¹

Este catolicismo definia-se num feixe de relações, num conjunto de oposições e interesses que compõem o campo religioso e político latino-americano nos anos 1960 e 1990. Neste momento a *Igreja dos Pobres* alcança uma existência histórica duradoura e um conteúdo significativo. Como destaca Carlos Alberto Steil, esta igreja se opõe a *Igreja Institucional*, comprometida com o processo colonizador e com o *status quo*. Ao contrário, elabora-se uma igreja que pensa pela base, articulada no movimento popular e voltada para a libertação dos oprimidos, em contraposição a uma igreja de massa, composta de uma multidão heterogênea e dispersa, sem inserção eclesial ou compromisso político com a “causa dos pobres”.¹²

10 Idem.

11 Ver: PRANDI, Reginaldo. *Um sopro do Espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1998.

12 Ver: STEIL, Carlos Alberto. A Igreja dos Pobres: da Secularização à Mística. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, out./1998, p. 61-76.

A constituição desta perspectiva teológica ao final da década de 1950 e sua legitimação a partir das tendências “modernizadoras” assumidas a partir do Concílio Vaticano II não representavam uma unanimidade tranquila no campo católico. Pelo contrário, ala ortodoxa se restabelece numa perspectiva desenvolvimentista. Cada vez mais se configura neste campo disputas entre os segmentos clericais quanto aos sentidos atribuídos de modernização da Igreja Católica após o citado Concílio.

A partir de 1967 os ortodoxos levaram a cabo uma reorganização e centralização da Cúria Romana. Na América Latina, por sua vez, isso se deu a partir da XIV Geral da Conferência Episcopal Latino Americana (CELAM), em Sucre (Bolívia), entre os dias 15 e 23 de novembro de 1972. Naquele momento a ala ortodoxa começou a expressar seu pensamento e a agir contra os setores populares da Igreja. Nesta reunião foi eleito como presidente do Departamento de Ação Social D. Luciano Cabral Duarte. Desde então o CELAM começou a percorrer trilhas mais ortodoxas, principalmente estabelecendo questionamentos a Teologia da Libertação e a *Igreja Popular*.¹³

Quais eram as críticas e controvérsias envolvendo os agentes católicos ortodoxos quanto a Teologia da Libertação? Neste sentido os posicionamentos de Dom Luciano Cabral Duarte são representativos. Na condição de filósofo – capital simbólico e cultural adquirido a partir da defesa de tese obtenção do título de Doutor em Filosofia pela Universidade de Sorbone na França, além da atuação na seara educacional – Dom Luciano utiliza seus capitais para questionar o caráter ontológico do pensamento marxiano e marxista. Nesse aspecto, critica, a princípio, a “monocausalidade”, não considerando as pluricausalidades “que põe em marcha a comunidade dos homens” (DUARTE, 12/10/1984). As críticas também focalizam o caráter teleológico da filosofia da história de Karl Marx, com destaque a “inevitabilidade” da etapa comunista e da instalação da ditadura do proletariado quanto ao desenvolvimento humano, os princípios do materialismo histórico. Noutros textos o religioso destaca a difusão das ideias desta corrente política e de investigação, o que ele chama de “marxistização do mundo”, sobretudo pela capacidade de adesão por neófitos sem capacidade crítica as ideologias marxistas, conforme destaca: “...aqui continuam os marxistas a ocupar o centro do palco intelectual, e não é de bom tom alguém ser universitário (professor e aluno) sem ostentar algo assim como um namoro intelectual com a ideologia de Karl Marx”.¹⁴

Obviamente que sua postura crítica em relação aos postulados do materialismo histórica ganha novas dimensões quando seus capitais culturais e

13 Ver: BARBOSA, Imerson Alves. *A Esquerda Católica na formação do PT*. Marília-SP, 2007 (Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília).

14 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. A auto-implosão do marxismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo-SP, 23/07/1986, Opinião, p. 3.

simbólicos vinculados ao campo religioso são utilizados para um questionamento público dos postulados da Teologia da Libertação. Na perspectiva deste agente católico a TL em si não é inaceitável. Em entrevista concedida ao *Jornal da Cidade* (Aracaju) em 1984 o Arcebispo destaca a “confusão sobre o tema”. Nesse aspecto, conforme afirma, “há uma Teologia da Libertação legitimada pelo então papa João Paulo II, centrada na abolição da miséria social e espiritual que esmaga uma grande parte da humanidade”. Entretanto, reconhece que “surgiram outras correntes, das quais algumas são aceitáveis com restrições e outras totalmente inaceitáveis”.¹⁵

Dom Luciano destaca a existência de três modalidades de TL: a) a social-popular, que visa uma transformação radical da sociedade, transmite uma conscientização em vista ao socialismo crítico, nacional e cristão; b) a de sentido marxista; c) de cunho evangélico. A princípio questiona a de denotação marxista por “devorar as outras duas tendências e apropriar-se como um monopólio seu:

... a) – a Teologia da Libertação pretende ser uma interpretação global do fenômeno cristão; b) – todo o cristianismo deve ser entendido como uma práxis de libertação; c) – toda a realidade política e assim também a libertação é um conceito político; d) – a Teologia da Libertação não apenas pode mais deve usar a ferramenta da análise marxista da sociedade, análise que é julgada científica e a palavra definitiva do assunto.¹⁶

Quais seriam os traços deste não reconhecimento da Teologia da Libertação de cunho marxista como pertencente ao campo católico? A princípio esse é estabelecido a partir da caracterização do que considera um *nomos* a esse campo, onde está o “âmago da perversão da TL”:

... ela é um híbrido e contraditório sistema de ideias marxismos-cristãos, onde se tenta a impossível fusão de duas visões essencialmente inconciliáveis. E onde também acaba o primado o inventário das teses marxistas: luta de classes em todos os domínios da sociedade (inclusive dentro da Igreja), a adoção da práxis revolucionária, emprego da violência, a práxis como fonte e critério da verdade; para resumir: uma perspectiva terrenista da qual a transcendência desaparece. E onde tudo se reduz a instalação do comunismo no mundo inteiro, pela ditadura do proletariado.¹⁷

15 Apud. MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano Cabral Duarte: relato biográfico*. Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 355.

16 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. Reflexões sobre a Teologia da Libertação. *Jornal da Cidade*, Vitória-ES, 01/06/1984.

17 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. Roma e a Teologia da Libertação. *Jornal do Brasil*, São Paulo-SP, 12/10/1984.

Pelo que se vê, a oposição de Dom Luciano faz um significativo esforço de deslegitimar a Teologia da Libertação de cunho marxista. Não se trata apenas de reconhecê-la como mais uma possível tendência variante do campo católico. Sua posição de membro do Episcopado Católico e Presidente do Departamento de Ação Social D. Luciano Cabral Duarte do CELAM lhe possibilitam um vasto capital social que vai além do campo religioso. Como um agente de posição de destaque nesse campo, as críticas de Dom Luciano se dirigem com mais ênfase a relação entre marxismo e cristianismo, sobretudo quanto à “incompatibilidade” entre ambos em virtude do caráter ateísta do segundo.¹⁸ Todos seus esforços identificam-na como “totalmente inaceitável”, como “novo e falso evangelho, diametralmente contrário ao Evangelho de Jesus de Nazaré, o Cristo, Filho de Deus Vivo nascido da Virgem Maria”.¹⁹

Esta TL também é deslegitimada a partir de dois traços: releitura e reducionismo. Em relação à primeira, o religioso destaca que os teólogos marxistas tomam certas passagens da Bíblia e estabelecem releituras e interpretações a partir da chave da revolução socialista:

Por exemplo: no livro do Êxodo, no Antigo Testamento, Moisés, mandado por Deus, liberta os israelitas da escravidão do Faraó do Egito, e os conduz a Terra onde correm leite e mel, a Palestina, chamada então Cannã, onde o mistério da Salvação vai cumprir-se. Numa releitura como a fazem hoje os teólogos da libertação marxista, Moisés é a Classe Operária, o Faraó o Capitalismo, e Cannã é a Sociedade Socialista-marxista.²⁰

Quanto ao reducionismo, afirma que em geral estes teólogos escolhem alguns textos do citado livro, separando-os do contexto e de outras passagens bíblicas, sobretudo aquelas que lhes completam e modificando-as com a interpretação isolada: “para os liberacionistas da linha socialista-marxista, o Evangelho de Cristo, praticamente, pode reduzir-se ao capítulo 25 de S. Mateus...”²¹

A leitura pela Teologia da Libertação Marxista da “opção preferencial pelos pobres” e seu vínculo com a luta de classes é bastante questionada. As críticas centram-se no *habitus* sacerdotal, sobretudo quanto à colocação da “práxis” em primeiro lugar em detrimento da fé e da assistência espiritual pelos religiosos ao rebanho católico. Nesse aspecto as ações sociais realizadas por sacerdotes na América Latina são vinculadas a partir

18 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. A auto-implosão do marxismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo-SP, 23/07/1986, Opinião, p. 3.

19 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. Roma e a Teologia da Libertação. *Jornal do Brasil*, São Paulo-SP, 12/10/1984.

20 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. “Fidel e a Religião”: o livro e as contradições. *O Estado de São Paulo*, 26/01/1986, p. 14.

21 Idem.

de um novo *habitus*, não legítimo na perspectiva de Dom Luciano: “lutar contra a opressão, entrar na guerrilha se for preciso, marchar com os que deflagraram a bandeira vermelha dos desesperados...”²² Essa atuação, conforme destaca, “desvirtua” a “opção preferencial pelos pobres”. A “luta” deve estar centrada na “humanização das estruturas sociais injustas”, mas deve, ao mesmo tempo, “anunciar Jesus Cristo” sem a ênfase sistemática em questões de ordens materiais:

Quando tivermos resolvido todos os problemas sociais dos pobres, os mesmos pobres estarão na etapa zero de evangelização, que não consiste essencialmente em casa para morar, nem em saúde física, mas na difícil conversão do coração...²³

Conforme destaca Dom Luciano, ao optar pelas questões sociais, os sacerdotes católicos deixam o rebanho sem assistência espiritual, possibilitam “dúvidas”, “perplexidade e grãos de heresia”, “fome de Deus”, “desamparo”:

Quanto Bispo no Brasil não têm confrontados com esta situação: a gente simples que vem perguntar: “Final, para onde vai a nossa Igreja?” “E a nossa Fé?” “O que era verdade essencial no catolicismo, ontem, continua sendo verdade hoje ou não?” “Jesus é mesmo Deus?” “É preciso ter recebido o Sacramento da Ordem para celebrar a Missa?”²⁴

Por fim, a fidelidade papal é posta como um traço distintivo de pertencimento ao campo católico. Sobre esse aspecto escreve: “há uma ‘teologia da libertação’ de João Paulo 2º e outras dos irmãos Boff e dos demais teólogos que, como eles, colocam ali elementos da teoria e da práxis marxistas”.²⁵ Quando se refere à existência desta “teologia da libertação romana”, Dom Luciano ressalta sua fidelidade papal, sobretudo porque estabelece um modelo legítimo e não legítimo a partir das Instruções *Libertatis Nuntius* (1984) e *Libertatis Conscientia* (1984) documentos publicados pela *Congregação para a Doutrina da Fé*, tendo o então Cardeal Joseph Card. Ratzinger como Prefeito, e que tratam da Teologia da Libertação²⁶

22 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. Da natureza humana e do sobrenatural. *Jornal do Brasil*, São Paulo-SP, 10/05/1985.

23 Idem.

24 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. A mecha que ainda fume. *Jornal do Brasil*, São Paulo-SP, 14/09/1984, Caderno I, p. 11.

25 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. Teologia da Libertação – qual delas. *Folha de São Paulo*, São Paulo-SP, 24/07/1986, Opinião, p. 3.

26 Ver: <http://paroquiasantoantonio.patots.com.br/admin/documentos/Instru%C3%A7oes-Libertatis-Nuntius-sobre-alguns-aspectos-da-Teologia-da-Liberta%C3%A7ao.pdf>; http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19860322_freedom-liberation_po.html.

Nesse aspecto, Dom Luciano exalta as “qualidades” daquela que deve ser a “legítima” Teologia da Libertação:

... toda a ação da Igreja no campo sociopolítico deve manter-se em indefectível coerência com o ensinamento da Igreja; toda ação social deve ser fiel aos numerosos documentos publicados ultimamente pela Santa Sé; a teologia da libertação de construir uma nova etapa – em estreita conexão com as anteriores daquela reflexão teológica iniciada com a tradição apostólica e continuada com os grandes pastores e doutores).²⁷

Está evidente que a defesa da hierarquia e da obediência é basilar para Dom Luciano enquanto condição de pertencimento ao campo católico. Nesse aspecto, ao não aceitar tais condições e criticá-las publicamente os demais teólogos da libertação deslegitimam suas práticas e pertencimento a este campo: “logo, a TdL deles é ilegítima e inaceitável para quem é fiel ao papa”.²⁸ Dom Luciano ressalta a Igreja Católica como uma comunidade de natureza hierárquica e reconhece a severidade da sua autoridade quando publica a instrução *Libertatis Nuntius* (1984) e convocou frei Leonardo Boff para audiência em setembro de 1984 no Vaticano para esclarecer questões relativas à Teologia da Libertação²⁹:

... o problema está claro e se resume num dilema. Os do Brasil terão que escolher, em matéria de posição a respeito da Igreja Popular, entre o Papa João Paulo II e Frei Leonardo Boff e seus companheiros na maneira de pensar sobre este tema. As posições, na verdade não são apenas diferentes: são opostas.³⁰

Considerações finais

O tom geral da resistência da ala ortodoxa católica a Teologia da Libertação se refere às inovações propostas quanto à separação entre o a religião e o mundo. Ao contrário do que foi proposto, esta ala insiste em rejeitar parte do mundo, defendendo a “abstenção” quanto aos conflitos sociais. Vale ressaltar que até entre os marxistas também existem críticos à Teologia da Libertação. Entende-se que essa teologia se constitui numa

27 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. Teologia da Libertação – qual delas. *Folha de São Paulo*, São Paulo-SP, 24/07/1986, Opinião, p. 3.

28 Idem.

29 Ver: DUARTE, Luciano Cabral. A mecha que ainda fumeira. *Jornal do Brasil*, São Paulo-SP, 14/09/1984, Caderno I, p. 11.

30 Ver: DUARTE, Luciano Cabral Quem tem medo da “Igreja Popular”? *Tribuna*. 31/05/1983, p. 12.

modernização necessária e oportunista da hierarquia da Igreja que teria como meta principal a manutenção da influência e dos privilégios que vinham sendo perdidos em decorrência das mudanças sociais.³¹

Os posicionamentos de Dom Luciano Cabral Duarte estão vinculados ao seu pertencimento enquanto agente da ala ortodoxa no campo católico. Seus embates são marcantes em relação aos marxistas, com questionamentos de cunho filosófico e teológicos. Enquanto membro do Episcopado e com cargo de destaque no CELAM, seus embates foram acirrados com os agentes da ala heterodoxa. Suas tomadas de posições foram públicas ao longo da sua trajetória sacerdotal, principalmente através de discursos proferidos via palestras e meios de comunicação, homilias a publicação de diversos escritos, tais como livros e artigos em jornais e revistas locais e de circulação nacional. Obviamente Dom Luciano utilizou de forma eficaz seus capitais cultural, social e simbólico para combater de forma sistemática certa leitura da Teologia da Libertação, nomeando e provocando seus adversários clericais e leigos: frades Leonardo e Clodovis Boff, Frei Betto, Enrique Dussel, Gustavo Gutierrez, Hugo Assman, Pablo Richard, dentre outros.

31 Ver: BARBOSA, Imerson Alves. *A Esquerda Católica na formação do PT*. Marília-SP, 2007 (Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília).





Dom Luciano José Cabral Duarte¹

Ana Maria Fonseca Medina²

Senhoras e Senhores:

Como um pintor neófito que debuxa na tela virgem aspectos de uma paisagem escondidos nas dobras da alma, procurarei traçar um breve perfil do intelectual Luciano Duarte. Talvez o exagero da metáfora me induza a cometer erro. A vida densa de um homem que dominou diversos ramos do conhecimento e que esteve sempre acima do seu tempo não se encerra na geometria de um quadrado.

A proximidade do meu clã ao seu concedeu-me o direito de ter acompanhado, desde a minha infância, a sua trajetória, seja de forma presencial, seja pela ótica de Célia e Joca Duarte, seus pais, irmãos de afeto dos meus.

O menino Luciano José fez os estudos elementares com a professora Zizi Cabral, na Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe. Foram três anos de muita sintonia com a mestra, literalmente tia, irmã de Célia, sua mãe. Concluiu o curso primário nessa escola, sob a regência da famosa professora Leyda Regis.

Luciano José Cabral Duarte nasceu a 21 de janeiro de 1925, em Aracaju, filho de José de Góes Duarte e Célia Cabral Duarte.

Nos primeiros anos da adolescência é tocado pela chama da vocação sacerdotal, momento saudado em versos pelo pai poeta:

Onze anos, apenas. Tão criança,
Ingressaste nas hostes de Jesus...
No coração em flor, - quanta esperança!
Quanta alegria n'alma, quanta luz!

A constatação dessa luz que brotou do seu coração infantil, registrada no soneto do pai ilustre, materializou-se no exemplar desempenho do seminarista, sempre o mais inteligente na busca de se dedicar à causa da fé.

1 Palestra proferida no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no dia 29 de janeiro de 1915.

2 Membro da Academia Sergipana de Letras.



Aqui, ocorre-me lembrar a célebre frase do padre Rodinei Carlos Thomazella: “Busco uma estrada para encaminhar meu sonho, encontro um caminho para conduzir minhas pegadas”

O caminho se descortinou. A vocação para a messe era o sonho, o Seminário o caminho. Em 15 de fevereiro de 1936, ingressa no Seminário Menor de Aracaju, casa formadora de padres, fruto do trabalho ardoroso de Dom José Tomás Gomes da Silva, primeiro bispo de Sergipe, que a criou em 1913.

Proveniente de um lar harmônico, de pessoas ligadas à cultura como os tios Passos Cabral, a tia Zizi, o pai poeta, frequentador da Hora Literária que vicejava no Outeiro de Santo Antônio, onde esplendiam nomes como Garcia Rosa, José da Silva Ribeiro, o menino acostumara-se aos floreios da inteligência.

O espírito ativo e competitivo sabia mesclar seus doces anos da infância com o futebol de botão que lhe enchia as horas vagas; apreciava também o futebol de campo, com uma paixão que o fazia vibrar a cada *gol* do seu time preferido. Certamente, no Seminário foi uma das diversões preferidas, mas a leitura era o prazer maior.

Convencido da vocação que escolhera, a partida da casa paterna não foi traumatizante. O chamado era algo que iluminava as franjas da sua alma de criança piedosa.

José de Góes Duarte, o pai, era telegrafista e servia em São Cristóvão, fato que oportunizou a Luciano sentir a religiosidade que emanava de velhos templos barrocos da capital de Sergipe d’el Rei e privar da amizade de Frei Pascásio que, delicadamente, o levava a acolitar a liturgia eucarística, despertando-lhe o desejo de ser padre.

Ouvia, frequentemente, do progenitor que só deveria continuar no Seminário até o dia que quisesse, e que não ficasse constrangido se resolvesse sair. Essa liberdade sugerida pela família valorizava muito mais a sua vocação.

Antônio Machado, poeta espanhol, em belos versos diz: “Caminhan-tes, não há caminhos. O caminho faz-se ao andar”...

O caminho percorrido, com a contrição de peregrino que busca atrelar as suas pegadas ao ideal de encontrar Deus, fê-lo padre.

Jovem, pleno de entusiasmo e de cultura erudita, Luciano Duarte, o padre da motocicleta, logo descobre caminhos. O jornalismo é um deles.

Inicia-se no jornal A Cruzada e não tarda a se tornar seu diretor. Este jornal foi também uma das criações importantes de Dom José. Por meio dele, a doutrina da fé católica era ensinada e propagada para todas as paróquias.

Combativo e comprometido com os anseios de perpetuação dos católicos no seio da sua Igreja, o jornal saía semanalmente. Cultura, instrução e fé formavam o trinômio que regulava os pilares do periódico católico.

Vários intelectuais fizeram a alegria dos apreciadores da boa crônica, do bom artigo, a exemplo de Carmelita Fontes, que escrevia sob o pseudônimo de Gratia Montal, padre José Soares, Mário Cabral, Manoel Cabral Machado, João Oliva, ele próprio e muitos outros.

Este jovem que ingressa no jornalismo pelas imposições advindas da sua carreira clerical alarga o horizonte e ganha espaço nos melhores periódicos nacionais, tais como a revista Manchete, O Cruzeiro, a Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, entre outros. Seu nome, como enviado especial da Revista O Cruzeiro (1961-1962) para a cobertura do Concílio Vaticano II, ganhou destaque na imprensa internacional.

Só um intelectual com o seu conhecimento teológico de doutrina e liturgia católicas poderia avançar em tão nobre e profícua missão. Poliglota, não teve qualquer problema para entender a pluralidade de culturas que se aglomerava nos hieráticos salões do Vaticano, por ocasião do Concílio Vaticano II.

A cobertura do grande evento do século XX para a Igreja Católica abriu horizontes muito largos para o então Monsenhor Luciano Duarte e o colocou como um dos mais festejados repórteres do Brasil daquela segunda metade do século XX.

Também marcante foi a atuação jornalística foi também no Congresso Eucarístico de Bombaim, durante o pontificado de Paulo VI.

Retomemos o caminho do pastor

Convencido da missão evangelizadora, por ele mesmo declarada, disse: “Eu me fiz padre para me dar a Deus – e me dar a vocês”.

Com a idade que teria Cristo, 33 anos, recebe o múnus de guiar a Juventude Universitária Católica de Sergipe e a ela dedicou o melhor dos seus verdes anos, irmanando-se com todos e fazendo-os descobrir a importância de saber conviver fé e razão.

O Papa Francisco diz que “o título de Pastor inclui o de Mestre que alimenta o seu rebanho ensinando-lhe o caminho verdadeiro da vida e corrigindo-o nos seus erros. O Bom Mestre (cf. Mt 19, 16) não ensina a distância, a partir da cátedra, mas com quem pastoreia.” (p.144 Bergolio, Jorge María).

Dessa forma pensava o nosso biografado.

Era a JUC (Juventude Estudantil Católica) a sua pastoral maior. Líder nato, de palavra eloquente e didática, arejou a Igreja militante com encontros de reflexão e diálogo, derrubando velhos tabus e brandindo a flâmula da esperança, virtude teologal, tão expressiva e presente em seu ardor juvenil, assim ia perseguindo seu ideal. Influenciado pelo pensamento de alguns convertidos franceses, como Claudel, Bergson, Charles Péguy,

Maritain, Léon Blois, semeava na *jeunesse* da sua terra mãe aquela mesma semente que encontrara em Chartres: a devoção a Nossa Senhora. A peregrinação a Divina Pastora é fruto desse momento de graça.

Monsenhor Luciano Duarte tinha consciência de que, no seio da universidade, estava a seara do seu apostolado. Convivendo em Sorbonne, com pensadores e alguns até orientadores e membros da Ação Católica, não tardou a ver que urgia irradiar o Cristo (*Rayonner le Christ*), lema da JEC, que evoluiria para *faire réussir*, promover o êxito da Universidade.

Em 1912, *Charles Péguy* retomou o hábito de visitar em peregrinação o templo de *Chartres*, que fica a 160 km a sudeste de Paris. O ato processional partilhado pelo poeta francês foi um gesto de gratidão e de louvor a Nossa Senhora, orago de Chartres, que curara seu filho.

Charles Péguy, socialista ardente, polemista, um cristão convertido e cômico da missão que lhe pousara aos ombros, concebeu a sua obra literária como se fosse um apostolado. A poesia de Péguy, marcada pelo misticismo, encantava o jovem padre sergipano.

Cabral Duarte nos apresentava com entusiasmo o pensamento vigoroso desse intelectual de fé e, além dele, o de muitos outros dessa geração de pensadores.

O ardor missionário, inspirado na célebre peregrinação dos jovens franceses avChartres, motivou o padre Luciano a criar a peregrinação a Divina Pastora em agosto de 1958.

Procissão hoje tombada como patrimônio imaterial da gente sergipana pelo Conselho Estadual de Cultura, onde tive a honra de ser a relatora.

Biografia não é algo estanque, requer movimento, brinca de esconde-esconde nos labirintos da alma. Das sombras vão surgindo os lugares de memória tão bem qualificados por Pierre Nora. Com o fio de Ariadna, se percorrem trilhas que se escondem nas sombras, mas deixam um filete de luz que guiará o caminho e que transcende o tempo.

Retomemos a sua trajetória no seminário. Aqui, ousei repetir a frase de Lao Tsé, usada pelo padre Sebastião Heber ao escrever sobre Monsenhor Sadoc, “qual o retorno é o movimento do caminho”.

Os caminhos do meu biografado foram vastos, pontilhados de saberes e de códigos linguísticos que lhe abriram muitas janelas para o conhecimento.

Voltemos ao seu tempo de seminário.

Do Seminário de Aracaju, transfere-se para o Seminário Maior, de Olinda, em Pernambuco, onde por dois anos estudou Filosofia. A Filosofia desabrochou na sua alma com o viço natural dos dotados pela flama inebriante do pensamento que enriquecia a Acrópole de Atenas.

Após a Filosofia, serão quatro anos de Teologia (ciência sagrada, ciência de Deus), os Evangelhos, a Bíblia, Teologia Dogmática, Teologia Moral. Do professor de Filosofia, padre dr. Luís do Amaral Mousinho, o jovem seminarista guarda a lembrança de ter sido o mais eminente dos mestres daquela instituição formadora de sacerdotes, e, por outro lado, este mestre declarava que Luciano foi o seu melhor discípulo, sintonia nos moldes de Sócrates e Platão.

Concluído o curso em Olinda, em 1945, parte para São Leopoldo, no Rio Grande do Sul; tinha apenas vinte anos de idade.

Em sua opinião, o Seminário de São Leopoldo, dirigido por padres jesuítas, era o de melhor reputação no país em estudos de Teologia. Os jesuítas, no dizer do próprio Luciano Duarte, “eram o quartel-general intelectual da Igreja”.

A intenção do seminarista sergipano era fazer um curso em Roma, mas o mundo estava em guerra, que só acabou em 1945. Ficou em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, onde recebeu o subdiaconato.

Ao encerrar o curso com os jesuítas, recebeu o histórico escolar daqueles anos e a frase célebre em Latim: *Magnum cum laude*. Este boletim valioso prenunciava que o padre brilharia pelos caminhos que percorresse.

Na solidão dos pampas, enviava cartas amorosas aos pais. Para a genitora, escreveu uma oração da noite, em forma de poema; era a veia da sensibilidade própria dos aedos da família.

A última estrofe resume a ligação estreita do filho amado com a mãe terna e zelosa:

- Enquanto as águas seguem o seu fadário,
O coração saudoso lembra e sonha
A mãe que longe reza o seu rosário.

Em 18 de janeiro de 1948, é ordenado padre pelas mãos de Dom Fernando Gomes. No dia seguinte, faria a Missa Nova, isto é, celebraria a primeira missa na Igreja de São Salvador, templo histórico que, em 1860, recebera solenemente Dom Pedro II e sua esposa Dona Teresa Cristina para um solene *TE DEUM*.

Foi imediatamente nomeado capelão daquela igreja, uma vez que Dom Avelar Brandão Vilela fora nomeado bispo de Petrolina. Nesse espaço secular, o Padre Luciano deixou impregnada a memória de seus sermões iluminados.

O ilustre sacerdote sentiu que os seus horizontes deveriam transpor os limites geográficos da sua pátria e buscar no velho mundo a complementação da sua formação cultural.

A França, um sonho, a Sorbonne, uma realidade.

1954, um ano marcante em sua trajetória. Era 1º de setembro. Tomando o navio Charles Tellier, zarpa do Rio de Janeiro rumo ao sonho: Paris, a cidade luz. Não foi sem medo que o destemido padre enfrentou essa primeira longa viagem. Utiliza como epígrafe da página inicial do livro *Europa e Europeus* um pequeno trecho de *Albert Camus*, deixando transparecer o sentimento de dúvida diante desse rito de passagem:

O que faz o valor de uma viagem é o medo.

Longe dos nossos, da nossa língua, arrancados de todos os nossos apoios, privados de nossas máscaras, estamos inteiramente à superfície de nós mesmos.

Mas, por outro lado, é então que, sofrendo dentro d'alma, nós damos a cada ser, a cada objeto, seu valor de milagre.

156



Sua percepção era de que o professor não poderia se enclausurar numa cátedra engessada de informações, deveria ir mais longe buscar aperfeiçoamento, por meio de pesquisa e estudo. Essa constatação o levou à Sorbonne, no coração do *Quartier Latin*.

Declarou em entrevista que poderia ter cursado a Universidade Gregoriana em Roma, mas certamente, para trabalhar no meio universitário, uma universidade laica com o peso da Sorbonne seria mais produtivo. Com muito esforço, empenhou-se em aprender francês e com isso, lá mesmo, em Paris, conseguiu uma bolsa de estudos. Em Sorbonne, fez Filosofia Escolástica.

Dom Luciano disse em entrevista: “Paris é uma encruzilhada religiosa. Santo Inácio de Loiola estudou na Sorbonne, São Tomás de Aquino ali ensinou. E é também uma encruzilhada intelectual, uma encruzilhada de inteligências”.

É nesse ponto do caminho, nessa encruzilhada que Luciano Duarte mergulha com todas as forças da alma e da inteligência para se tornar à altura do espaço que elegera para se doutorar em Filosofia. E, para orgulho seu e dos sergipanos, obteve da Sorbonne a menção *Très Honorable*. A tese intitula-se *A Natureza da Inteligência no Tomismo e na Filosofia de Hume*, publicada pelo Instituto Dom Luciano e prefaciada pelo professor dr. Edmilson Menezes.

O retorno da Sorbonne foi um grande ganho para Sergipe. A intenção do padre doutor era servir a sua gente, embora houvesse surgido convite para atuar em São Paulo.

Reassume a direção da Faculdade Católica de Filosofia e a cátedra na Faculdade de Serviço Social. Retoma também a orientação da Juventude Universitária Católica e a direção do Apostolado Radiofônico.

Em 1959, inaugura a nova sede da FAFL, época em que funda o Ginásio de Aplicação.

Em 1968, a FAFL e o Colégio de Aplicação foram incorporados à recém-criada Universidade Federal de Sergipe, também um dos frutos do seu empenho pela causa da Educação no Estado.

O professor Luciano Duarte

O mestre lecionava Psicologia, Filosofia, Latim, Teologia. E aos sábados, aula de Conversação Francesa. Ali o seu *esprit definesse* afluía harmoniosamente. Às vezes, o texto estudado era uma letra das músicas de *Piaff*, que nos fazia cantar; outras eram as projeções de slides de monumentos franceses. Inesquecível era pensar e interpretar em francês com os textos de *Claudel*, entre eles, destaco a *Conversão*.

Nas outras disciplinas, como Teologia, Filosofia e Psicologia, sabia de forma muito inteligente e didática manter a turma atenta, porque traçava alusões com os problemas cotidianos, no âmbito social, político, religioso.

A Educação para ele era realmente uma paixão. Íntimo da palavra e da lógica, não se furtava de usá-las quando estava em jogo a defesa da sua verdade. Nas muitas salas de aula, a imagem do professor de didática impecável ganhava foros de universalidade. Gostava do debate caloroso, jamais abdicava de defender a doutrina cristã, fazendo o encantamento de alguns universitários provocadores que traziam como verdade única e inofismável o pensamento de *Marx, Engels, Nietzsche*. Do alto do seu sólido conhecimento filosófico rechaçava os neófitos no debate sem a menor cerimônia. Alguns petulantes ousavam mesmo desafiá-lo; nesse momento a aula crescia em adeptos, salas cheias sempre.

Portador de um humor fino e vivaz, dobrava muita gente. O jeito obstinado e convicto de defender suas verdades rendeu-lhe algumas inimizades. Superior a intrigas, dominava o seu *métier* e tinha razões de sobra para se colocar altaneiro em defesa do que cria.

A carreira eclesial se consolida, em 1966: o Papa Paulo VI o nomeia Bispo e Auxiliar de Aracaju. A sagração se deu em 2 de outubro de 1966, oficializada por Dom José Vicente Távora, tendo como consagrantes D. José Coutinho, bispo de Estância e D. José Brandão de Castro, bispo de Propriá. O presbítero assistente foi o amigo Monsenhor Olívio Teixeira, que havia assistido em Paris a sua defesa de tese.

Da carta de São Paulo a Timóteo escolheu o lema do seu brasão: “Estou seguro d’Aquele a quem dei minha adesão”. Nenhum lema poderia tão bem emoldurar a sua vida de dedicação e fidelidade irrestritas à Igreja,

Dom Távora, velho guerreiro nas hostes de Cristo, estava fragilizado, diabético, com problemas de coração, incompreendido pelo regime militar

que se implantara no país, fez do novo bispo auxiliar Luciano Duarte o interlocutor entre a Igreja e o Estado.

Na manhã de 3 de abril de 1970, faleceu Dom Távora, vitimado pelo terceiro enfarto. O Cabido Arquidiocesano elegeu Dom Luciano para Vigário Capitular. Um ano depois, 12 de fevereiro de 1971, o Papa Paulo VI o nomeia arcebispo metropolitano, através da Bula “*Cum Universae Ecclesiae*”. Recebeu o báculo arquiépiscopal das mãos do Núncio Apostólico, D. Humberto Mossoni.

Nessa época, precisamente um mês antes da sagração, havia sido eleito para a Assembleia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), responsabilizando-se pelas pastorais de educação e catequese.

Esse foi um ano de muitas conquistas com a escolha para compor o Conselho Diretor Nacional do MEB, em seguida eleito presidente. As muitas funções advindas desses novos cargos levaram-no a renunciar a uma cadeira no Conselho Federal de Educação, ao qual voltaria dois anos depois para permanecer por seis anos.

Exerceu importante papel no CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano).

Dom Luciano, à frente da Arquidiocese, não se descuidou da ação social da Igreja. Como em tudo a que se dedicava, defendeu-a honradamente, abrindo oportunidades para refletir problemas sociais. Para ele, não há fé sem obras.

Trabalhou pelo direito das domésticas à cidadania, defendeu também direitos para as lavadeiras, que, orientadas pela Igreja, representada pela assistente social Teresinha Lemos, criaram sua própria associação.

A Escola João XXIII, o Bem-me-quer, a PRHOCASE são marcas dos passos do Pastor que impunha seu cajado na defesa das minorias. “A PRHOCASE, Promoção do Homem do Campo de Sergipe, segundo a biógrafa Gizelda Moraes, é a obra social por excelência de Dom Luciano em seu episcopado.”

No afã de construir o trabalho de promoção do homem do campo, Dom Luciano Duarte empenhou toda sua inteligência, força de trabalho, prestígio social.

Um fato que exemplifica esse seu empenho deu-se na célebre visita à Maçonaria, onde foi recebido com toda honraria que aquela instituição reserva aos ilustres. Após um caloroso discurso, fez-se o diálogo. Posteriormente, apresentando o projeto social de promoção do homem do campo e da necessidade da compra de uma fazenda comunitária, recebeu a aquiescência dos maçons, selando assim a reconciliação da Igreja com a centenária instituição maçônica.

No palácio episcopal, foi lavrada a escritura da terra e, em discurso emocionado, Dom Luciano contemplou a Maçonaria com duas diretorias na PRHOCASE.

As vocações sacerdotais receberam muita atenção do ilustre prelado, fazia campanhas, empenhava-se pessoalmente na motivação dos seminaristas para permanecerem fiéis à vocação recebida.

Segundo Manoel Cabral Machado, o serviço maior de Dom Luciano, como bispo, foi a renovação do Clero.

A Igreja estava em crise vocacional, fato que o preocupava, pois há muito tempo não se ordenava um padre em Sergipe. Em presença de Dona Conceição Ludovice, na Sacristia da Igreja São Salvador, redigiu a primorosa oração para as vocações sacerdotais. As preces e a motivação da sua palavra convincente surtiram efeito. Os segadores da messe brotavam dos muitos cantos do interior sergipano, graças aos trabalhos de recrutamento nas paróquias.

Fundou o Seminário Imaculada Conceição que começou em São Cristóvão, transferindo-se depois para Aracaju, no Bairro Lamarão.

Além do Seminário para a formação de sacerdotes, Dom Luciano apoiou as ordens religiosas a exemplo da Congregação de Santa Teresinha, criada pelo padre José Gumercindo; a fundação de um mosteiro em São Cristóvão para abrigar as religiosas beneditinas. Enfim a sua atuação na arquidiocese foi frutuosa.

A celebração da Paixão de Cristo em Sergipe sempre foi muito comemorada, iniciando-se com a tradicional Festa de Passos, hoje um patrimônio cultural dos sergipanos. Esse evento de religiosidade e de fé, introduzido em nosso Estado pelos franciscanos, há mais de duzentos anos, teve em Dom Luciano um entusiasta. Sua voz sonora silenciava a multidão que enchia a Praça São Francisco para ouvir o Sermão do Encontro ao lado do Palácio Imperial, atual Museu Histórico. A dramaticidade do ato e a solidez da palavra cheia de vida levavam a multidão ao pranto.

Dom Luciano seguia a tradição dos grandes oradores sacros do passado, Frei Santa Cecília, Dom Mário Vilas Boas que marcaram seu tempo nesse rito quaresmal da secular São Cristóvão.

O Arcebispo Emérito realizava no Estádio Lourival Batista, em Aracaju, na Sexta-feira Santa, o Sermão das Sete Palavras. O ato tinha uma feição cinematográfica. A ambiência de penumbra, o roteiro partilhado pelo povo orante, os penitentes em contrição, perseguindo a cruz, criava o clima para acolher o belo sermão. O orador eletrizava a multidão com a exegese do Evangelho da Sexta-Feira Santa. Na simbologia do numeral sete, descortinava-se aquele drama de um Deus que se fez homem e que morreu na cruz para salvar a humanidade.

Do estádio, partia a procissão pelas ruas até a Catedral. Não era apenas um ato penitencial, mas um diálogo da Igreja Militante com Cristo, que se fez homem e sofreu para nos redimir. O cenário era de uma plasticidade encantadora. O manto da noite vestia a paisagem, que recebia a

iluminação das bruxuleantes lamparinas. O cortejo trazia á frente a cruz processional e o Arcebispo conduzindo o seu rebanho, entre cânticos e orações, retomando o ar de mistério da noite histórica em que o Filho de Deus expirou na cruz.

Impossível traçar um perfil biográfico sem visitar os diversos caminhos percorridos pelo erudito mestre.

Diante de tão vasto currículo, pergunta-se:

Que legado Dom Luciano José Cabral Duarte deixa para a sua terra?

A resposta não se pode dar a vôo de pássaro. O amor à causa da Educação, o sólido saber erudito, o espírito da Doutrina Social da Igreja de que estavam impregnadas as suas ações, são elementos que fornecem dados para uma pesquisa da sua presença no cenário sergipano, mas ainda insuficientes para compor uma biografia.

O Instituto que leva o seu nome, criado pelo zelo de Carmen Duarte, é guardiã de um rico acervo catalogado e organizado, graças à cooperação de muitos professores universitários que se solidarizaram com a sua presidente e o fizeram espontaneamente. Temo citar nomes para não incorrer na indelicadeza da exclusão. Esta casa de memória pode ser uma importante aliada dos pesquisadores, para o estudo mais profundo da figura deste importante intelectual.

Dom Luciano José Cabral Duarte, Arcebispo Emérito de Aracaju, imortal da Academia Sergipana de Letras, laureado em Sorbonne, conferencista de nome internacional, integrante por muitos anos do Conselho Federal de Educação, portador de diversos títulos honoríficos, no Brasil e até na França, não se descuidou da memória do seu Estado e lega à cultura, num gesto visionário, o Museu de Arte Sacra de Sergipe, instalando-o no Convento São Francisco.

“O Museu é fruto de uma confluência de esforços, que procurou salvar, na década dos anos 70, o que ainda restava da floração artística religiosa do nosso Estado, as peças do referido Museu são uma janela que permite um olhar para o passado da expressão espiritual católica da arte em Sergipe”(…)

“A arte busca a verdade das coisas e sua beleza. A arte religiosa parte em procura dos rastros de Deus em seus santos, nos objetos de seu culto, na beleza espiritual que a imagem sensível tenta exprimir”. É com esta definição que ele faz a abertura do Catálogo do Museu de Arte Sacra de Sergipe.

No entanto, hoje, este relicário da arte sacra sergipana, fruto da sua sensibilidade e do seu sonho, ainda vive, mas agoniza, pede socorro para manter o título que alcançara com muito esforço, de um dos três melhores museus do Brasil.

A Rádio Cultura, criada em 21 de novembro de 1959, teve no então padre Luciano Duarte seu maior incentivador e primeiro diretor. As cele-

brações maiores do Ano Litúrgico são, até o presente, transmitidas pelas ondas dessa emissora, bem como a missa dominical da Igreja São Salvador, cujos sermões atraíam muita gente. Além dos programas de evangelização, a emissora educava os ouvintes para a música erudita.

Nos confins de Sergipe, em meio à seca inclemente do sertão, ou nas regiões ribeirinhas e praianas, a voz de Dom Luciano ganhava uma audiência impressionante.

A sua escrita é a marcada sua intelectualidade. O livro de estreia é *Europa ver e olhar*, cuja primeira edição saiu em 1960 (pela Livraria Regina); a segunda, em 1961, com o título *Europa e Europeus*, pela Editora Flamboyant, do Rio de Janeiro. Teve uma excelente aceitação pela crítica nacional. Gilberto Amado disse: “é um livro que se lê com encanto”. Luís da Câmara Cascudo deu sua opinião dizendo que em “*Europa, ver e olhar*, figuras e paisagens conhecidas aparecem renovadas pela vivacidade, transparência, graça serena de estilo, oportuno e claro”.

O crítico Mário Cabral, o intelectual Garcia Moreno, o padre Manoel Soares, articulista do Jornal A Tarde, da Bahia; Philippe Greffet, Secretário da Aliança Francesa, no Rio de Janeiro, Hélio Viana, do Jornal do Comércio, entre outros, elogiaram o trabalho elegante e bem-pensado do padre Luciano.

O título, como escrevi no prefácio da terceira edição, “reveste-se de um significado que adentra o domínio da Semântica -*Europa ver e olhar*. Ver é a mística do ato de apreciar, olhar é o processo. No ato de ver, percebe-se a sensibilidade, o alumbramento do peregrino de primeira viagem. O seu olhar detém-se nas particularidades, dando-lhe muitas leituras vestidas de significados. A decodificação das imagens que o maravilharam não são retidas *par lui-même*, como dizem os franceses, partilha com a sua gente e transforma o ato de ver e olhar num fato cultural”.

Fora de circulação, por estar esgotado há muito tempo, foi reeditado pelo Instituto Dom Luciano Duarte em 2010, retomando a capa e o título originais.

Em 1962, após uma viagem aos Estados Unidos, faz um relato de sua experiência na terra de Tio Sam que publica com o título *Viagem aos Estados Unidos*.

Em 1970, escreve sobre a Índia: *Índia a voo de Pássaro*.

Em 1971, publica *Estrada de Emaús*, um conjunto de crônicas e artigos coligidos por ele mesmo. Em 2010, o livro ganha uma nova capa e é relançado pelo Instituto Dom Luciano Duarte, com o patrocínio do Governo do Estado de Sergipe.

Estrada de Emaús não é um livro de catequese, mas, no âmago, percebe-se a intenção evangelizadora. A miscelânea de assuntos que adentram o domínio da arte, da vida e da teologia dão densidade e colorido ao ensaio. São trinta e cinco títulos que retratam bem o pensador engajado e fiel à sua Igreja. De forma professoral, encerra sua escrita, dizendo que o

“cristianismo total é o amor de Deus, primeiro e basilar, e o amor do homem, decorrência essencial do Senhor, sem o qual todas as palavras serão vãs, e todas as preces serão levadas pelo vento, como folhas secas”...

Em 1989, Carmen Cabral Duarte, legatária de todo o acervo do prelado, reuniu em livro as crônicas publicadas na Revista O Cruzeiro, por ocasião do Concílio Vaticano II, com o título *Concílio Vaticano II – Os novos caminhos da Cristandade*.

Em 2003, foi publicada a tese de doutorado: *A natureza da inteligência no Tomismo e na Filosofia de Hume*.

Em 2007, sai *Escritos Filosóficos: Sócrates, Kant e Bergson*,

Em 2008, é publicado o livro *Escritos sobre Educação e outros temas*.

Ainda em 2008, edita-se o opúsculo *Hungria 1963, registros de viagem*.

Publicou ainda: *Credo* e *O Banquete de Platão*.

Agora, por ocasião da efeméride de 90 anos, o Instituto Dom Luciano Duarte lança *Reflexões*.

Retomo, neste momento, a metáfora inicial do pintor e sua tela: e encerro a comunicação sobre Dom Luciano José Cabral Duarte, ciente dos vazios deixados na paisagem de tão vasto alcance.

Obrigada a todos pela presença.





RESENHA







Leituras Kantianas: Resenha Crítica

Cássia Virginia Moreira de Alcântara¹

Kantian Readings: Critical Review

Leituras Kantianas, organizado por Edmilson Menezes, Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas e Professor da Universidade Federal de Sergipe, é o resultado de um trabalho realizado pelos membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia da História e Modernidade (NEPHEM), bem como alguns convidados, que através dos muitos encontros dedicados à pesquisa em Filosofia, cujo instrumento, por excelência, como afirma Menezes (2015) é a leitura, tornaram possível a publicação desta coletânea.

165



Trata-se de uma coletânea composta por treze artigos criteriosamente produzidos a partir das discussões ocorridas no Grupo de Estudos, tendo como temática a filosofia de Kant. E, segundo Menezes (2015, p. 12) “o livro possui também um alvo educativo, a saber: dar a conhecer ao grande público uma parte da filosofia kantiana exposta através de questões fundamentais [...]” discutidas ao longo deste percurso do grupo.

Por se tratar de uma coletânea, as diversas produções contempladas em forma de artigos individuais poderiam gerar certa dissonância, e, causar, nos leitores, a impressão de fragmentação, mas isso não ocorre porque os textos cumprem uma função mediadora para leitores que se propõem ao estudo do sistema crítico kantiano. Desta maneira, o elo de ligação entre eles, revela-se no objetivo comum de levar ao leitor a reflexão filosófica que precedeu estes escritos, realizada por seus autores através de uma leitura intensa da obra do filósofo.

Além disso, o fato dos autores pertencerem a um mesmo grupo de estudos e/ou serem convidados que compartilhamas reflexões deste grupo, faz com que suas referências filosóficas contemplem uma interpretação e exegese do texto filosófico que se pauta em princípios comuns garantindo coerência e coesão ao conjunto da obra.

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe onde também concluiu o mestrado em Educação, área de concentração História Sociedade e Educação (2004).



Por isto, admiramos o título do livro que em sua simplicidade expressa os bastidores de sua produção, revelando a dinâmica do funcionamento grupal em torno das leituras como objeto de pesquisa e estudo, que a posteriori, consolidam-se nos textos disponibilizados a partir de sua publicação.

Dentre os treze artigos produzidos nesta pesquisa, encontram-se textos, que segundo nosso entendimento, abordam questões centrais da filosofia crítica, ou, abordam temas específicos dentro desta filosofia, ou ainda, tecem paralelos entre Kant e outros filósofos. Por este motivo, nossa abordagem a estes artigos estará pautada nesta espécie de classificação em torno da qual eles se agrupam.

Também é relevante informar aos leitores que não poderemos comentar aqui todos eles individualmente pelas limitações impostas a um texto que se propõe a apenas a resenhar uma obra. Mas nos propomos a tecer comentários acerca daqueles artigos que compõem o primeiro grupo pelas razões expostas a seguir.

Compreendemos que compo um primeiro agrupamento encontram-se os artigos que se debruçam sobre aspectos nucleares do sistema filosófico de Kant e se preocupam em introduzir o leitor nestas questões centrais para a compreensão do arcabouço no qual se estrutura sua filosofia. Neste grupo estão contempladas as quatro primeiras produções, que tratam das questões que estão relacionadas à Razão Pura, à Moralidade, à Razão Prática e à Pedagogia na obra de Kant.

O primeiro artigo compõe este grupo e intitula-se *As antinomias Kantianas*. Escrito por Luciano José Cabral Duarte, Doutor em Filosofia pela Universidade de Paris I/PanthéonSorbone e Professor Emérito da Universidade Federal de Sergipe, o texto é uma exposição das reflexões do autor acerca das quatro antinomias kantianas, situando o lugar destas antinomias no sistema crítico, a apresentação de suas Teses e Antíteses e as observações críticas a respeito delas.

Com a grandeza já esperada de um intelectual que, não apenas é escolhido para abrir o conjunto de textos desta coletânea, mas também é alvo da homenagem de todos os demais autores, sendo a ele dedicado este livro, Luciano Cabral aborda a temática com o rigor filosófico que lhe é característico e, simultaneamente, com a simplicidade necessária ao entendimento da complexidade da *Crítica da Razão Pura*. Desta forma o texto conduz o leitor diretamente ao núcleo duro em torno do qual se concentra o sistema crítico mostrando que, tanto as teses quanto as antíteses, que explicam as antinomias, são falsas, pois, “no domínio de nosso conhecimento, [...] supõem uma condição impossível, isto é, esta correspondência entre a razão e a experiência” (p. 25). Portanto, cumprindo a proposta anunciada por seu organizador no prefácio do livro, este primeiro artigo nos situa em relação ao que há de mais central para a compreensão da filosofia kantiana.

O segundo texto é de autoria de Daniel Omar Perez, membro da Sociedade Kant Brasileira, Doutor em Filosofia pela UNICAMP, professor da PUC-PR e pesquisador do CNPQ, e, através dele o autor tece suas considerações filosóficas a respeito da natureza humana e das operações judicativas. Portanto, temos uma espécie de continuidade em relação às discussões feitas no primeiro artigo, tendo em vista que as reflexões giram em torno dos elementos trazidos por Kant na *Crítica da Razão Pura* e se concentram no seguinte questionamento: “como são possíveis os juízos sintéticos a priori?” (KrV B19). O autor defende a hipótese de que Kant “parte da estrutura de uma proposição da qual se pergunta suas condições de possibilidade (formulação e validade) e daí se deriva a natureza ‘humana’ do executor das operações judicativas.” (p. 31). Perez afirma que para chegar a estas proposições Kant retomou aspectos contemplados pelo debate da História Natural do século XVIII e, por isso, posicionou-se a favor de uma origem única da espécie humana e do uso do conceito de *germe* e de *impulso formativo* (Blumenbach) para explicar a forma e as capacidades humanas e que a partir desta constatação é possível entender a introdução de conceitos como *disposição*, *temperamento* e *caráter* usados por Kant como elementos para constituir o executor das operações judicativas teóricas, práticas e reflexionantes. (p. 35).

O terceiro texto da coletânea, escrito por seu organizador, aborda a Filosofia Moral tratando-se de uma leitura e reflexão filosófica de Edmilson Menezes a partir da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. O autor, especialista e tradutor das obras de Kant, se propõe, neste artigo, a introduzir os leitores, no difícil universo do sistema kantiano, adentrando às questões da moralidade. Para ele a Fundamentação da Metafísica dos Costumes é “o alicerce sobre o qual se ergue uma arquitetônica moral” mas, ao longo de sua leitura não podemos deixar de conceber o caráter didático da *Fundamentação*... quando, em sua Introdução, contempla toda uma explicação acerca da tripartição clássica da filosofia, do posicionamento de Kant sobre a divisão do conhecimento racional em material ou formal, do que vem a ser a Lógica e do que vem a ser uma Metafísica dos Costumes. Portanto, mais uma vez, o texto de Menezes, insere-se numa sequência cujo objetivo é situar o leitor no universo do sistema kantiano, agora, preparando-o para adentar no universo da filosofia prática.

No texto seguinte, de autoria de Sonia Barreto, Doutora em Filosofia pela UNICAMP e membro da Sociedade Kant Brasileira, observamos a introdução da temática da Pedagogia na obra kantiana. Intitulado *O Princípio da Destinação Humana como Oriundo da Pedagogia de Kanto* artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa de pós-doutoramento da autora e conclui que a Pedagogia de Kant é uma ação inserida dentro do contexto de sua filosofia prática, sendo um projeto a realizar-se paulatinamente tendo como alvo não o indivíduo, mas a espécie, apontando para “o como deve ser a realização humana”. (p. 61).

Findo este primeiro conjunto de textos, identificamos ainda dois outros agrupamentos assim compreendidos a partir de nossa leitura. Num segundo grupo encontram-se os artigos que fazem sua incursão na obra do filósofo abordando um aspecto específico, conceito ou categoria e delimitando a reflexão desse aspecto em torno de uma obra do filósofo ou dentro de seu sistema crítico. Este é o caso do texto de Izaias Ribeiro, que trata da noção kantiana de mal radical na obra *A Religião nos limites da simples razão* (1793), assim como do artigo produzido por Guilherme Fernandes Ramos da Silva que faz uma abordagem da Vontade, da Personalidade Moral e do Imperativo Categórico na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Também estão neste grupo o artigo de Joel Thiago Klein, *Indivíduo e Natureza na História da Filosofia em Kant*, no qual o autor reflete acerca da questão do sujeito histórico na filosofia kantiana e o artigo de Zilmara de Jesus V. de Carvalho, *Da Desconstrução da Teleologia Dogmática à Noção de Providência na Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*, no qual a autora não se limita a uma análise da questão da Providência apenas na *Ideia de uma História Universal...* como assegura o título mas faz um percurso maior considerando os escritos de Kant desde a *Crítica da Razão Pura*.

Num terceiro e último grupo o leitor encontrará os artigos que se preocupam em traçar uma relação entre a filosofia kantiana e outras filosofias e/ou filósofos. Este é o caso do artigo de Elvira Suzi B. Garção que estabelece uma relação entre o princípio da responsabilidade em Hans Jonas e o Imperativo Categórico Kantiano. É também esta a intenção de Filino Carvalho Neto que aborda a questão da civilização a partir de textos de Rousseau e Kant, no artigo intitulado *Rousseau, Kant e a Questão da Civilização*. No artigo *O Projeto Pedagógico Moderno e sua Crítica: A Propósito de Kant e Adorno*, Geraldo Freire reflete sobre a Modernidade e sua crítica a partir de uma relação entre os conceitos de autonomia e emancipação em Kant e Adorno respectivamente. Por último neste grupo estão contemplados dois artigos abordando Walter Benjamin e Kant. O primeiro produzido por Daniel Francisco dos Santos cujo título é *Reflexão Romântica, Crítica e História: apontamentos e aproximações* que trata de Benjamin e da herança e interpretação da filosofia de Kant na produção do jovem filósofo com especial referência à filosofia da história e à concepção de temporalidade presente em seus estudos, e, o segundo, uma produção do professor Everaldo de Oliveira que ao escrever sobre a *Avaliação Benjaminiana do Iluminismo* aborda o Programa da Filosofia Vindoura de Benjamin e traça algumas relações entre este Programa e o sistema crítico kantiano.

Por fim, concluímos que apesar de encontrar nesta coletânea uma polifonia de vozes que falam sobre a filosofia de Kant, cada autor, individualmente, contribui para que o leitor possa desfrutar de um trabalho de pesquisa através do qual Kant e seu sistema filosófico crítico são apresentados de uma forma simples mas radical, no sentido filosófico do termo, através de discussões que buscam as raízes desta filosofia.